

cadernos de

CAMPAÑHA

1977

O ESTADO DE S. PAULO — 16

1977 — 11 DE NOVEMBRO DE 1977

Tumulto marca julgamento do MEP

Da escarcela do MEP
vezes pediu apertar
mas para... 19 Caderno

Presas políticas recusam
Satisfação e mantêm a greve



Presos denunciam tortura
pela Polícia do Exército



Sidney Linza descreveu as torturas

Em Per
Presos políticos divulgam
carta denunciando torturas



Embora não tenha feito qual-
quer referência, a escadela Parla
Linza pretende criar uma delém
com o Registro Nacional de
1976 — 1977 —
do Registro que vem
tudo o que o governo
de Brasília é usado
de denúncia do el-
tudo e que
de um po-
do um
puno

10 — NACIONAL

NACIONAL — 19

Cel. Camargo acha denúncias
"impressionantes e sérias"



Artur Obino rotunda: depoimento anterior porque disse não assinaria sob ameaça de prisão

Três implicados no MEP
confirmam em Auditoria
as denúncias de tortura

Mais três implicados no inquérito do Mor-
mento de Emancipação do Proletariado foram ou-
vidos ontem na 1.ª Auditoria da Aeronáutica:
Franklin Dias Coelho, André Teixeira Moreira e
Cláudio da Rocha. Coelho, que confirmou as denú-
ncias, afirmou que não assinaria sob ameaça de prisão



Prof. Pedro Pablo foi denunciado de tortura

Presos confirmam na Auditoria as torturas
Acusados do MEP volta
a denunciar torturas no

Os escrivães... M... da... de uma parte da... A denúncia... não assinou... não disse...

... e o Ministério
para saber quem está ap-
sibando os...
"Essencialmente, não apre-
dido as circunstâncias das
torturas, mas, apenas para
racionar, admito que po-
ssem existir, aqui como em
qualquer parte do mundo"

denúncias diretas dos presos

de... sença

COLABORARAM COM ESTE NUMERO:

VOLUNTARIAMENTE... E "INVOLUNTARIAMENTE"...

M. GARCIA
EDER SADER
INES DE CASTRO
ANTONIA DE SOUZA
T. RODRIGUES
R. NONATO
MILENA
M. LOREDO
L. SA
M. JOSE
AMÉLIA
PETER KLEIN
JORNAL "NOVA LUTA"
M. SOUZA
J. MARIA

OS "PRESOS DO MEP"
AS PRESAS POLITICAS EM GREVE
DCEs DO RIO
CHAPAS ESTUDANTIS DE SÃO PAULO
HELIO SILVA
FERNANDO H. CARDOSO
FLORESTAN FERNANDES
MARILENA CHAUI
ULISSES GUIMARAES
JORNAL MOVIMENTO
REVISTA VEJA
JORNAL "O GLOBO"
ESTADO DE SÃO PAULO
FOLHA DE SAO PAULO
JORNAL DO BRASIL
M. R. P
PCBR

presos políticos: UMA VITÓRIA DOS SETORES COMBATIVOS

Durante os dois últimos meses, uma vez mais, após as manifestações de 1.º de maio, amplas parcelas dos trabalhadores e oprimidos de nosso país, deslocaram seus olhos das pugnas interburguesas, das atividades parlamentares, para os setores combativos da resistência.

Desta vez foi dentro das prisões, que se originou uma resistência combativa, capaz de atrair a atenção do conjunto dos opositores à Ditadura Militar. As manifestações de presos políticos (greves de fome, denúncias, manifestos) e a transformação do Tribunal da 1.ª Auditoria da Aeronáutica numa tribuna de acusação do regime, tornaram-se o centro da luta política do país, originando fortes polemicas dentro do próprio regime e de seu parlamento. Enchendo páginas e páginas da imprensa burguesa diária por um período superior a um mês (ver reportagem neste número).

Qual o significado político destas manifestações? Quais os ensinamentos que elas nos trazem? Estas perguntas merecem a atenção de todos os combatentes da resistência.



as torturas: tão bárbaras quanto antes

A primeira coisa que nos chama atenção é o barbarismo das torturas descritas pelos presos políticos em sua "carta-denúncia".

O crescimento da oposição burguesa, o fato de ter sido relachada a censura à imprensa burguesa, de ter sido re-dinamizado o parlamento burguês, todos estes fatos têm criado uma expectativa de "aberturas" vindas de cima. Uma das consequências disto é o "esquecimento" de que se mantém intacto um aperfeiçoado aparato repressivo, que se retira para as sombras da luta parlamentar, mas continua a agir impunemente contra os setores combativos do movimento. As torturas e a máquina repressiva do regime como um todo continuam como instrumento central da dominação burguesa no país, ao lado de um jogo institucional que busca dar canais crescentes para a manifestação burguesa (e de setores populares que se mantenham nos limites dos interesses burgueses, canalizando a sua manifestação para o parlamento e para o apoio desta ou aquela fração das classes dominantes).

As torturas continuam e continuarão enquanto houver máquina repressiva e câmaras de torturas e o jogo institucional não poderá impedir que isto ocorra. Ao contrário, intervindo em um ou outro caso mais escandaloso e tratando-os como excessão dará uma cobertura para que as torturas continuem existindo como regra.

Os revolucionários devem estar preparados para este fato. Não podem desarmar-se e crer que "aberturas" vindas

de cima dão ou darão imunidades aos que combatem ao regime.



aproveitar as brechas legais

O fato do país estar em crise, tanto a nível econômico quanto político e das classes dominantes terem sua dominação dificultada em razão de suas contradições tem confundido os revolucionários constatemente em no me do "realismo" e de aproveitar as contradições nas classes dominantes, de aproveitar as brechas, setores importantes da esquerda e mesmo das organizações revolucionárias, têm se dedicado a dar apoio a esta ou aquela fração parlamentar de "oposição", a este ou aquele setor das classes dominantes. Diz-se, ser esta a única forma de fazer "trabalho legal", de intervir no cenário político nacional, de não cair "no propagandismo do trabalho em pequenos círculos".

A iniciativa dos presos políticos em geral (e dos acusados de pertencerem ao MFP em particular), mostrou que a aproveitar as brechas legais e as contradições nas classes dominantes e no regime, não significa apoiar esta ou aquela fração das classes dominantes, não significa "falar" pela boca deste ou daquele "autêntico" do MDB, nem se restringir ao programa democrático da pequena-burguesia.

Usando o seu julgamento como tribuna de acusação ao regime todos os companheiros acusados de pertencerem ao MFP, um a um, desenvolveram em seus depoimentos uma denúncia detalhada das torturas que sofreram. Perante as demagogias do governo de dizer que se dispunha a "apurar as denúncias" responderam colocando-se "à disposição de pessoas e organismo idôneos para, apesar de temerem represálias, identificar os torturadores".

Mas ao mesmo tempo apontavam que não se poderia acabar com as torturas no país "se não se desmantelasse as câmaras de tortura, se não se abrissem as portas da PE (em de esta o DOI-CODI) para que entrasse quem quisesse para ver as câmaras de torturas" (1).

Os setores combativos do movimento, com os quais se identificam aqueles presos políticos, sabem que não podem conquistar nenhuma tribuna (e esta era dentro do próprio aparato repressivo, o tribunal da Aeronáutica) se não se apoiarem em suas próprias forças e nas forças do movimento de massas.

Para conquistar esta tribuna, os presos políticos não vacilaram em colocar em risco sua própria vida. Duas iniciativas mostraram sua disposição de se apoiar em suas próprias forças e nas forças do movimento de massas. Inicial-

mente, através de uma carta-denúncia, estabeleceram u ma veemente requisitoria ao regime, denunciando detalha damente as torturas por que passaram. Na carta não existi- tem, em nenhum momento, como tantas vezes é o caso, ' concessões de "pedido" de "confiança" nas autoridades".

A segunda iniciativa foi a greve de fome a segunda em dois meses) que se generalizou em quatro prisões do Rio e São Paulo, e que ganhou a solidariedade de presídios de ' Salvador e Recife. Com a greve, os presos políticos coloca ram o governo em uma situação difícil, criando as condi - ções de transformarem o julgamento em tribuna e garanti rem a repercussão de suas iniciativas na imprensa (inclu sive através de entrevistas coletivas) e no parlamento.

Para isto não foi necessário dar autoridade a nenhum' político burguês para que falasse "em nome do povo". Não foi necessário se descaracterizar como combatentes do re- gime (em sua carta e nas entrevistas os presos por ligação com o MEP, jamais deixaram de se chamar de companhei - ros e de declarar que foram presos "por lutar por liberta- de de organização e manifestação política para trabalhado - res e oprimidos e melhores condições de vida para os traba - lhadores").

Nenhum apoio dado a este ou aquele candidato do MDB, foi capaz de levar tão longe e de maneira tão consequente ' a agitação dos revolucionários dos setores combativos do movimento.



o movimento de massas tem condições de defender-se

Um dos argumentos realistas que se ouve constante - mente hoje no Brasil, é o que justifica a passividade, ou a "moderação", devido às poucas forças do movimento revolu cionário e a debilidade do movimento de massas. Argumen ta-se que não temos forças para levar uma luta combativa e independente. Que "radicalização" (como chamam a toda iniciativa combativa e independente), só serve para dar ar - gumentos à linha-dura para que nos reprima e nos destru a. A consequência política deste argumento é a de adiar a prática revolucionária para "depois" e de centrar hoje, na luta por "aberturas" segundo uns e por liberdades demo - cráticas burguesas, segundo outros. Depois disto, como ' por milagre, garantidos por um "Estado de Direito", por "li - berdades democráticas" burguesas, e só então teríamos ' forças para levar a luta pelos interesses dos trabalhadores e oprimidos.

Este argumento que nunca é verdadeiro, agora em par ticular se mostra incorreto.

Em primeiro lugar ele implica em buscar as forças do movimento de massas, fora dele, isto é no "Estado de Direi to", nas "liberdades democráticas" (enquanto conjunto de leis'conquistadas") ou de uma forma mais clara na "neu - tralização" das classes dominantes ou no convencimento ' destas da necessidade de um comportamento democrático . Não é por azar, que a prática política informada por esta ar - gumentação é sistematicamente a de apaziguar as lutas de massas, único meio de "apaziguar" as classes dominantes

Mas este argumento é particularmente incorreto neste momento. Sempre se é possível defender a independência, as organizações e as manifestações do movimento de mas - sas e do movimento revolucionário -ainda que buscando ' formas ilegais e clandestinas quando o movimento é embri onário -, já de algum tempo no Brasil (e mais marcadamen

te desde o 1º de maio) o movimento de massas acumulou ' forças para defender-se, inclusive em ações mais amplas.

Aproveitando-se da crise econômica e das divisões nas classes dominantes (o que aumenta sua força relativamen te na medida em que seu inimigo se enfraquece), o movi - mento de massas, em particular o movimento estudantil , mas também outros setores, vem conquistando, através de seu amadurecimento político e orgânico, um espaço políti - co maior.

Nas manifestações de maio, quando os estudantes e po pulares saíram às ruas em manifestações não permitidas ' e apesar da repressão, obrigando a soltura de todos os pre sos, não se mostrou o movimento capaz de defender-se? E nas atividades de bairros, ou nas Oposições Sindicais que desenvolvem sua atividade cada vez mais à luz do dia, não está mais do que evidente que o movimento de massas con quista o seu espaço? E quando os estudantes apesar da pro ibição, e mobilização de todo o aparato policial-militar de S. Paulo conseguiram realizar o dia nacional de lutas (23 agosto) e o III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE) (ver registro de lutas) dando um passo importante na re - construção da UNE, não se evidenciou que o movimento ' tem forças para defender-se? Não se evidenciou que o mo vimento tem assim mais forças para defender-se do que ' quando confia sua defesa ao MDB ou a seus elementos "au tênticos"?

Pois o julgamento do MEP, mais uma vez mostrou es - ta evidência. Confiando em suas próprias forças e deste ' modo na solidariedade do movimento de massas, (fazendo ' com isto que o problema se repercutisse no próprio regime e no seu parlamento) obtiveram não só uma vitória no que diz respeito a ampla denúncia e desgaste do regime, mas ' também na sua própria libertação. E isto, apesar da ira da promotoria que via na sua libertação uma "traqueza em fa - ce a pressão", compreendendo que isto era "um preceden - te para que se soltasse todos os presos em greve de fome".

O aspecto irônico do problema, que mostra até onde as leis só podem ser aplicadas ou as vitórias legais só têm al - gum valor, quando por trás delas existe uma correlação de forças, se mostra na própria argumentação jurídica usa - da por um dos advogados, Heleno Fragoso, respondendo à tentativa de enquadramento na Lei de Segurança "por reor ganização de partidos prescritos ou fora da lei"; "os indi - cados participavam de um movimento que jamais existiu ' antes, e portanto, se foi organizado, o foi por eles mes - mos". E com este argumento obteve-se a libertação dos'pre sos do MEP".

NOTA

(1) Evidentemente o governo visa recuperar e mesmo tentar ca pitalizar uma situação de fato criada à sua revelia -de o tri - bunal ter sido um local de denúncias de torturas -como uma de monstração de sua "abertura" e "democracia".

A REPRESSÃO NÃO VOLTOU...

A repressão e as torturas não voltaram. Simplesmente elas nunca deixaram de existir. A existência de uma sólida máqui - na repressiva (com câmaras de tortura, sistemas de intelligen - cia usando técnicas de informática, organismos especiais para' repressão política, etc...) é a principal base de repressão e da tortura e o "fim" das leis de exceção e as reformas políticas são insuficientes para eliminá-las.

Por isto os revolucionários devem se preparar para lutar ' contra a máquina repressiva principal peça da Ditadura.

Com este objetivo é que dedicamos neste número uma repor tagem especial à luta de presos. E a partir do Caderno de Cam - panha começaremos uma série de artigos com base em uma en - trevista especial feita a Cezar Queiroz (o "menininho") um con panheiro que participou até recentemente das lutas e do Coletí vo dos Presos no Rio de Janeiro.

"PRESOS DO M.E.P.":

REVOLUCIONARIOS DENUNCIAM O REGIME NO TRIBUNAL DA AERONAUTICA

J. MARIA



Em 30 de julho, onze dias após o início das prisões dos acusados de pertencem ao Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), começavam, através de seus parentes, as denúncias de tortura aplicadas aos presos nas dependências do Destacamento de Operações e Informações/Centro de Operações e Defesa Interna (DOI/CODI), que funciona na Rua Barrão de Mesquita no Rio de Janeiro.

Quatro dias depois, 3 de agosto, o advogado Heleno Fragozo encaminha um documento de cinco laudas à Auditoria da Aeronáutica, onde narra os métodos usados para "extrair confissões de meus clientes".

No mesmo momento em que eram feitas estas denúncias que repercutiam na alta hierarquia da Igreja, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), vinha a público a existência de uma greve de fome de 19 dos "detidos por ligações com o MEP". A greve de fome visava protestar contra a volta de três "companheiros às Câmaras de tortura, por se negarem a assinar confissões". A greve que começara no dia 1/8, mesmo dia em que Errol Pecanha, Luis Arnaldo Campos e Margareth da Silva, foram retirados das celas do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) e reconduzidos ao DOI, obteve seus frutos no dia 3, ao meio dia "quando os companheiros retornaram... Mas continuou por quatro dias até que suas repercussões na Imprensa, nas Universidades e na Igreja e a abertura de inquérito no 1º Exército, deram garantias relativas de que a volta ao DOI/CODI não se repetiria".

A SOLIDARIEDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Apenas eram feitas as primeiras prisões e o movimento estudantil já começava a se mobilizar pelos presos. Dia 22 de julho era divulgada pela imprensa, uma nota dos estudantes da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação da Engenharia da UFRJ (COPPE) que afirmava: "Os alunos do COPPE reunidos na tarde de hoje (21/7), vem através de seu Conselho de Representantes (CRAC) expressar o firme repúdio as prisões realizadas a partir do dia 19, envolvendo alunos e ex-alunos dessa instituição e outros profissionais liberais..".

...as prisões destes colegas tal como se deram, bem expressam o nível de desrespeito aos Direitos Humanos: Realizadas na madrugada, sem mandatos legais e com tiros sobre pessoas desarmadas. Tal situação leva a uma profunda preocupação com a integridade física destes cidadãos por quem os alunos do COPPE manifestam solidariedade e conclamam todos os demais setores para que se expressem pela liberdade dos presos".

No mesmo dia 21, o Comitê 1º de Maio pela Anistia-RJ decide em uma Assembleia Geral de 150 pessoas "convocar a população para um debate a ser realizado na PUC, com o objetivo de denunciar as prisões feitas pelo DOPS". Uma carta-aberta à população pede a liberação imediata de todos e o fim da incomunicabilidade". O Comitê decide ainda promover uma série de atividades culturais para reunir fundos para a defesa dos presos.

Dia 26 de julho um debate com algu

mas centenas de estudantes era feito na PUC do Rio apesar da presença de um amplo aparato repressivo. No final da reunião os estudantes divulgavam um manifesto aonde denunciavam a Reitoria da PUC como um dos instrumentos da violenta repressão policial-militar a que estão submetidos os trabalhadores e a grande maioria da população brasileira". E às afirmações de infiltrações subversivas respondeu: "Infiltrações existem sim, mas de policiais. Policiais infiltrados nos sindicatos, em Reitorias, em salas de aulas, em grandes jornais, enfim, em toda parte. Mas nossas vozes não serão caladas! E a elas outras se juntarão: basta de opressão! E libertem nossos presos" (assinavam a nota o DCE-PUC, o DCE-UFF e outros oito DAs).

No primeiro dia de aula na PUC (9/10) um quadro mural e uma banca para venda de rifas, de livros e de cartazes (para fazer finanças para a defesa dos presos) e uma nota do DCE da PUC e diversos DAs, criavam um clima de debate e discussão naquela Universidade.

Sob o título "Libertem Nossos Presos" a nota afirmava: "os presos nas últimas três semanas foram violentamente seqüestrados de suas casas ou no meio da rua e levados para o DOI-CODI. Todos eles foram torturados, com espancamento, choques elétricos, colocados na 'geladeira' e no 'pau de arara', além de serem submetidos a vexames morais, tendo permanecido a maioria do tempo despido". Se referindo as acusações feitas aos presos que pertenceriam ao MEP, a nota diz: "Não é a toa que o regime pretende aterrorizar o conjunto dos estudantes, e outros setores da oposição ao regime com o fastasma da subversão e clandestinidade, se ilegal clandestino é lutar contra os salários de fome, contra as péssimas condições de trabalho, de saúde, alimentação e ensino da maioria da população".

No mesmo dia em que era divulgada esta nota, os estudantes do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ aprovava uma carta aberta aonde se solidarizava com os grevistas da Universidade de Brasília e pedia a libertação dos presos acusados de pertencer ao MEP. Depois de fazer um relato das prisões dos estudantes e profissionais acusados de pertencer ao MEP, a carta-aberta fazia a sua defesa, afirmando que "estas pessoas defendiam melhores condições de vida, ensino e trabalho, liberdade de organização e manifestação". E prosseguia: "a polícia tenta, ao prendê-los, sufocar a resistência dos que lutam contra a opressão e a miséria." "A melhor resposta", continuava "é nossa resistência, mantendo a luta pela reconstrução de nossas entidades livres e independentes, nos solidarizando com os colegas de Brasília, procurando garantir a integridade física e moral e a Libertação de Nossos Presos, mostrando na prática quem é a verdadeira minoria infiltrada neste país".

Por sua vez na primeira assembleia

regional do Rio (11/8), mais de 500 pessoas aprovaram uma greve geral nas faculdades do Rio e uma manifestação pública dia 18 "em protesto pelas prisões das pessoas identificadas com o Movimento pela Emancipação do Proletariado e contra os acontecimentos da Universidade de Brasília".

A assembléia que se realizou na PUC e que estava cercada por um aparato policial-militar, durou duas horas e no seu local podiam ser vistas faixas e cartazes com os dizeres: "Nossa resposta é a luta", "Liberdades Democráticas", "Liberdades Políticas para estudantes, trabalhadores e oprimidos". Uma série de moções de solidariedade foram encaminhadas à assembléia e entre elas uma da Associação dos Professores do Rio de Janeiro, "solidarizando-se com as decisões da Assembléia" e manifestando sua "apreensão quanto às recentes prisões que desrespeitam a pessoa humana".

OS PRESOS TOMAM A INICIATIVA

Enquanto suas prisões e as denúncias de tortura repercutem dentro e fora do Brasil, dentro dos cárceres os companheiros presos se preparam e se organizam para, de dentro da prisão dar um instrumento para a ampliação das denúncias e para transformar o julgamento em uma tribuna de acusação.

Dia 4 de setembro terminam de elaborar um documento-denúncia assinado por todos os presos acusados de pertencer ao MEP, onde denunciam as torturas por que passaram (assim como as torturas aos "presos do 1º de Maio" e aos companheiros acusados de pertencerem ao PC do Brasil) como exemplos dos métodos e da violência utilizada pelo regime contra "todos os que lutam por melhores condições de vida e trabalho" e pelo direito de se organizarem e manifestarem livremente". Denunciavam a violência que se estende a todo o sofrido povo brasileiro, su jeito quotidianamente a todo tipo de arbitrariedade e humilhações."

"Julgamos nosso dever hipotecar a

mais irrestrita solidariedade a todos aqueles que, como nós, são vítimas da selvagem repressão policial e a todos os que se empenham numa luta pelo fim das torturas", afirmam em sua carta mostrando que dentro das prisões dispõe-se a continuar a sua luta.

Utilizando o fato do governo 'demagogicamente se dispor a fazer um inquérito sobre as torturas'; colocam que "mesmo com possibilidade de represálias, é nosso dever não calar ou omitir o nosso testemunho de tais barbaridades, conscientes de que só assim estaremos dando uma contribuição, por pequena que seja, pelo fim definitivo das torturas em nosso país". "Estamos dispostos a reafirmar essas declarações em Juízo ou frente a qualquer pessoa ou organismo idôneo que se disponha a averiguar estas denúncias" - (ver neste número republicação da íntegra do documento).

A carta é divulgada por uma comissão de parentes dos acusados de ligação com o MEP, e por eles é encaminhado à OAB, à CNBB, à ABI, ao Cardeal Eugenio Sales' e à Comissão de Justiça e Paz.

Dia 27 de outubro, dia de abertura do processo; a carta é publicada na íntegra no JB e em largos extratos em diversos jornais do país.

O documento torna-se um fato político nacional e leva ao posicionamento de altos representantes do regime, como também da oposição.

AS REPERCUSSÕES DENTRO DO REGIME

Com a carta, as denúncias que já vinham sendo feitas ganham repercussões ao nível do regime e da política parlamentar. No mesmo dia 27 em que a imprensa divulga a carta, o Ministro do Exército Belfort Betelém declarava à imprensa que entraria em contato com os Comandantes do I e II Exército "com a finalidade de apurar as denúncias sobre torturas publicadas na imprensa de acordo com o depoimento das vítimas" e complementava dizendo que ainda não tinha feito isto antes -

beu uma grande divulgação na imprensa brasileira, e que o Secretário de Imprensa da Presidência e os líderes do Partido do Governo reconheceram a seriedade das alegações, além de dizerem que o assunto está sob investigação e os passos necessários serão dados para sua solução.

A reação do Departamento de Estado vem em resposta a uma matéria publicada ontem no Washington Post, onde eram relatadas as últimas denúncias sobre tortura de presos políticos no Brasil. Nela, inclusive, se contam detalhadamente, alguns dos métodos usados por órgãos de segurança brasileiros para extrair confissões.

REPERCUSSÕES NOS E. E. U.

O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA declarou dia 10/11, em resposta a uma pergunta sobre recentes revelações de tortura no Brasil, que o Governo Carter "tem repetidamente mostrado sua oposição total ao uso de tortura, onde quer que ela ocorra. É preciso que fique claro que nós deploramos essas violações particularmente repreensíveis de direitos humanos".

Acrescentou, porém, que "é preciso que se note que esse assunto rece-

"por falta de tempo". No mesmo dia, o I e o II Exércitos publicavam notas desmentindo os fatos, enquanto o assessor de Imprensa da Presidência da República, Coronel Toledo Camargo, informava, depois de classificar as denúncias de "impressionantes e sérias" - que "as autoridades ligadas ao assunto estão atentas e tomarão, em seus níveis de atuação, as providências que por ventura vierem a ser necessárias".

Enquanto Erasmo Dias afirma que "posso garantir que aqueles fatos não o correram na minha área", o líder da ditadura na Câmara, José Bonifácio comentava: "tortura deve ser obra de algum maquiavista ou sádico. Desde que chegem notícias e informações ao Ministério da Justiça, elas serão apuradas (...). Pessoalmente não acredito na existência dessas torturas, mas apenas para raciocinar, admito que possam existir, aqui como em qualquer parte do mundo". Afirmou ainda que, uma vez apuradas, a autoridade responsável pela violência seria demitida. Ainda segundo ele, "o aparelho policial é composto por pessoas que podem possuir deformações capazes de levar à violência contra presos e suspeitos. No entanto o Governo está disposto a não conviver com qualquer violência, decidido a aplicar a lei com o maior rigor".

As afirmações de José Bonifácio definem no essencial a posição do Governo. Conforme as denúncias ganharam vulto e não podiam mais ser simplesmente desmentidas, sua posição evoluiu no sentido de, sem admitir a existência de torturas, se dispor a averiguar, e caso seja impossível não admiti-las, considerá-las excessão e desta maneira desresponsabilizar o governo.

As denúncias repercutem também no MDB. No mesmo dia 27, o seu líder no Senado pediu a transcrição nos anais, da carta dos presos políticos acusados de pertencerem ao MEP e pediu ao Ministro da Justiça "as providências indispensáveis". A este pedido, o líder da ARENA Eurico Rezende, respondeu que "já estão sendo feitas as devidas verificações" e que "a alegada prática de tortura será apurada com o rigor habitual" (sic.).

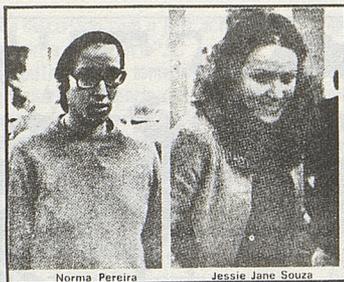
Por sua vez o deputado do MDB, Jorge Leite, afirmou na assembléia fluminense ao comentar os fatos que "não poderíamos pois, silenciar, quando assistimos os jornais noticiarem que as torturas estão voltando" (sic.). "Para que fatos lamentáveis como estes não continuem a ocorrer (...) o importante é que se cumpra a lei, que se puna o infrator, que se julgue e os culpados respondam então; pelos crimes praticados, sejam de natureza comum ou capitulado na Lei de Segurança Nacional" (sic) (...). Nós queremos antes de tudo o respeito às leis, às autoridades constituídas (sic) e à dignidade da pessoa humana".

A carta-denúncia é assunto em diversas assembléias regionais do país. Alvaro

Dias, Vice-líder do MDB na Câmara, classificou as torturas denunciadas pelos onze presos... como "um verdadeiro festival de truculência, de barbarismo, de sadismo, de autêntico espetáculo de bestialidade" e pedia ao presidente da República que "determine o paradeiro da escalada de violência" a qual "constitui um insulto, um atentado à consciência democrática do povo brasileiro". "O relato apresentado pelos presos políticos do Rio de Janeiro é o mais chocante que já tivemos oportunidade de ver estampado na imprensa deste país" e surge "no momento em que o Coronel Toledo Camargo afirma inexistir preso político no Brasil". "Apelamos... ao STM... para que investigue essa denúncia".

Fêz também um apelo ao Coronel Camargo "para que defina o que considera preso político brasileiro, já que nós e a nação não entendemos mais o que possa ser preso político nos cárceres deste País: o estudante que clama por democracia e por liberdades é considerado criminoso e enquadrado na LSN; o operário que reclama justiça social é considerado subversivo, mas o agente do sistema, que tortura e mata é considerado servidor público, merecedor de condecorações".

Por sua vez, a OAB-RJ divulgava nota aonde afirmava: "A Nação presencia estar recida e cansada a impunidade dos torturadores e o desamparo dos torturados". O presidente da OAB-RJ afirmou ainda que a luta da OAB pela "volta ao Estado de Direito pode trazer, inclusive, vantagens para as próprias autoridades, que ficarão resguardadas de acusações sobre torturas". Declarou ainda que encaminhou dois ofícios ao Ministério da Justiça, "solicitando as providências necessárias sobre os maus tratos sofridos pelos presos políticos ligados ao MEP".



Norma Pereira Jessie Jane Souza

transferência para o presídio Milton Moreira Dias, onde estão outros presos políticos; explicando que em Bangu, num presídio comum não há condições para que seja cumprido o regulamento para presos políticos. As grevistas, além disto temem por sua segurança pessoal no Instituto Talevera Bruce e denunciam seu isolamento, uma vez que ficam confinadas numa pequena sala e não têm acesso às atividades recreativas que se beneficiam os presos comuns, além da falta de assistência médica. Ademais de levantarem suas reivindicações pessoais, a sua luta é vista como uma luta política para obrigar o governo a admitir a existência de presos políticos.

Sendo reivindicações antigas, as presas políticas aproveitam a oportunidade da polêmica que causam as denúncias de tortura, para tomar a iniciativa. Já faz um ano e meio que elas levantavam esta reivindicação, e até bem pouco, o diretor do Departamento de Sistema Penitenciário, através de enquete com os presos políticos da Rua Frei Caneca, havia conseguido que os 30 presos que lá haviam se opusessem. Mais tarde 24 destes 30 reconsideraram sua opinião e declararam-se dispostos a apoiar qualquer decisão das presas.

Ganhando repercussão nos jornais, a greve de fome ganha novos aderentes nos

presídios de presos políticos. No dia 3 de Novembro já são 3 presídios em greve de fome (Instituto Esmeraldino Barros, Instituto Talavera Bruce e o Instituto Penal Milton Dias Moreira). Em um documento,

os presos do Instituto Penal Esmeraldino Barros, comunicam as razões de sua adesão à greve de fome: "Nós, como presos, podemos sentir muito bem o quão é importante para as companheiras saírem do isolamento e insegurança a que estão submetidas no Talavera Bruce. Podemos perceber também que, quando menos, neste momento, elas necessitam de todo o apoio, pois sua vida está em jogo. Neste sentido não podemos ficar insensíveis à situação. Coerentes, então, com nosso declarado, total e irrestrito apoio às reivindicações das companheiras, entramos em greve de fome a partir de hoje (3/11) às 17 horas. Permaneceremos nesta situação o tempo que as companheiras julgarem necessário. Esperamos contar com a solidariedade de todos aqueles que hoje falam em favor dos direitos humanos e da integridade física e moral dos presos políticos". Assinam, os presos no processo do MEP (Sidney, Cláudio, Ivan, Luis Arnaldo, André, Artur Obino, José Augusto, Inácio Guarani e Franklin) e Gildásio Westin Cosenza, Raimundo Nascimento e Ivan Caetano.

No mesmo dia 3, um quarto presídio, em São Paulo (Presídio Romão Gomes) - também entra em greve de fome em solidariedade às presas do Rio. E no dia 10, o movimento alcança os presídios de Salvador e de Recife.

Enquanto 16 presos políticos de Recife denunciavam maus tratos na prisão de Itamaracá, 6 presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito divulgavam nota de solidariedade à greve de fome das presas do Rio, aonde afirmam não poder silenciar "diante da gravidade da situação em que se encontram presos em outros Estados -

A NOVA GREVE DE FOME

A iniciativa combativa dos presos acusados de ligação com o MEP, e o espaço criado por suas denúncias, não podiam deixar de se repercutir nos outros presos políticos.

No dia 27, aproveitando-se da abertura do processo Elza Lianza perante o Juiz da I Auditoria, começa o seu depoimento colocando a sua condição de grevista de fome, e explicando o significado do movimento.

Desde o dia 24 pela manhã, 6 das 8 presas políticas do Presídio Talavera Bruce em Bangu, começavam uma greve de fome para reivindicar sua transferência da quele presídio. Da greve participavam 3 das acusadas de pertencer ao MEP (Maria Cecília Wetten, Maria de Fátima Pereira Martins e Elza Maria Pereira Lianza), além de Norma Sá Pereira (15 anos de condenação), Jessie Jane Vieira de Souza (30 anos) e Rosalice Fernandes (em prisão preventiva). Elas reivindicavam a

TRECHOS DAS CARTAS DAS PRESAS POLITICAS EM GREVE DE FOME

assassinar. (...) No dia 1.º de fevereiro, novo alarma: dr. Thompson telefonou para o presídio ordenando que sob nenhum pretexto deveríamos nos afastar do pavilhão. Soubemos depois que o DESIP havia sido informado que estava sendo planejada uma ação de comando visando nos atingir e que em vista disso a segurança externa do presídio fora reforçada. Ou essas informações são verdadeiras ou o DESIP está fazendo guerra psicológica conosco. (...)"

"(...) Dr. Thompson oficializou o prazo de duas semanas para nos transferir. Quando estava expirando esse prazo, o dr. Thompson recuou: ao invés de ceder o local para as presas políticas (na Frei Caneca) cedeu-o para presos especiais, entre eles elementos do Esquadrão da Morte, como Mariel Mariscot. E, para surpresa nossa, o prédio do anexo, que, segundo o DESIP, mal tinha condições de abrigar umas poucas mulheres, acabou acolhendo generosamente 16 presos especiais em 36 celas do segundo andar e um salão. (...)"

"(...) As presas comuns são ainda mais vulneráveis que nós, uma vez que têm menos condições de denunciar e exigir seus direitos. No ano de 1976 houve entre elas dois casos de morte de nascituros por absoluta falta de assistência médica. (...)"

"(...) As autoridades carcerárias, temendo que nós influencemos as presas comuns, lançam mão de todos os ardis para nos incompatibilizar com elas. (...)"

"(...) O diretor do DESIP, dr. Augusto Thompson, (...) achava necessário nos isolar mais ainda porque uma presa comum poderia ser paga para nos



Ivan Valente na 1.ª Auditoria: reafirmando as denúncias

de onde os jornais noticiam pelo menos 4 greves de fome".

A greve de fome dura 20 dias. Inicialmente as autoridades penitenciárias declaram que não discutiríamos antes de que acabasse a greve de fome. Conforme a greve se generaliza fica patente a disposição de levar à frente essa luta, as autoridades começam a admitir a discussão, a fazer contra-propostas e mesmo estudar a possibilidade da transferência pedida. Para quebrar a greve terminam mesmo por liberar 3 das presas (as ligadas ao caso do MEP) e com isto conseguem reduzir o movimento.

No dia 12 de novembro, ao meio dia, as 3 presas políticas de Bangu, que se encontram no Hospital Central do Presídio em função de suas condições de saúde precária, divulgam uma nota aonde declaram:

"Hoje, diante da total insensibilidade do governo, resolvemos suspender a greve de fome, conscientes de que, momentaneamente fomos derrotadas na nossa luta pela transferência para uma ala feminina no presídio político, onde está a maioria dos presos políticos deste Estado."

"A alternativa proposta pelo governo: criar uma administração própria para as presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu - não soluciona nosso problema de isolamento e a insegurança que dele decorre, e dificilmente será exequível,

"Esta saída apenas evidencia a política de aniquilamento físico, psicológico e político que o regime tenta nos impor. Sabemos por isso, que nossa rotina carcerária será daqui por diante mais pesada, por termos ousado lutar por nossos direitos de presas políticas. Sabemos por outro lado que o apoio da opinião pública é a única garantia da preservação dos direitos dos presos políticos. E isso nós conquistamos e confiamos que daqui para frente todos estarão atentos para o que nos possa acontecer em Bangu, cobrando promessas feitas pelo Despiste, de que teremos algumas melhorias a nível carcerário. Sentimos que nossa luta foi importante, pois contribuiu para colocar mais uma vez a existência de presos políticos e do problema que vem enfrentando ao longo dos anos".

NÓS ACUSAMOS

A abertura do processo do MEP vem reforçar a repercussão das denúncias de tortura e da greve de fome dos presos políticos.

Dia 27 de outubro, na primeira seção do tribunal, Inácio Guaracy, Artur Obino e Elza Maria, iniciam uma prática que se repetirá em todos os depoimentos: transformar o processo aonde se julgava o MEP, em processo de acusação aos torturadores. Um a um, a partir daquele dia, os acusados desfilaram pelo tribunal da 1ª Auditoria da Aeronáutica, denunciando as torturas do regime, os maltratos aos presos políticos e a repressão aos que se colocam ao lado dos trabalhadores e do povo oprimido.

No seu depoimento Inácio Guaracy Souza de Lemos - operário metalúrgico, pai de 4 filhos - descreveu durante uma hora de depoimento, detalhadamente, todas as torturas e se viciou porque passara desde que havia sido preso quando saía do Sindicato dos Metalúrgicos e esperava um ônibus na Av. Brasil quando passou a ser acusado de "promover agitação" no Sindicato de Metalúrgicos a mando do MEP e de aliciar pessoas para o movimento.

Descreveu que foi então levado encapuçado para as dependências do DOI-CODI (que não se identifica quando retirou um esparadrapo que cobria uma insígnia do Exército na bandeja), onde foi despido examinado por um médico, fotografado e imediatamente submetido a torturas. Afirmou ainda ao juiz, que depois disso as torturas continuaram crescendo durante todo o tempo que passou no Quartel da Polícia do Exército. Em uma ocasião sofreu a ameaça de ser levado para a Baixada Fluminense, aonde seria dado como morto do Esquadrão da Morte. Chegou mesmo a ser transportado em um carro, algemado e encapuçado para um lugar que não conseguiu identificar, mas em um dado momento ouviu uma pessoa comentando para outra que "a execução não daria mais pé" pois haviam recebido ordem do "doutor" para retornar. Colocado novamente em uma cela foi obrigado a escrever um

depoimento que lhe ditaram. Quando acabou o ditado ficou dependurado pelos braços algemados, por cerca de quatro horas tendo recebido também baldes de água no corpo. No DPPS após um novo ditado do delegado Borges Forte foi obrigado a assiná-lo sob a ameaça de voltar à tortura.

"Sr. Juiz, depois de ter passado 24 horas naquelas dependências, qualquer um assinaria até a sua própria sentença de morte", afirmou batendo três vezes na ponta da mesa à sua frente para dar ênfase ao que dizia, quando o Juiz Auditor da Aeronáutica lhe perguntou por que assinou uma "confissão aonde afirmava pertencer ao MEP".

O Engenheiro Artur Obino, ademais de pertencer ao MEP, entre outras coisas era acusado de ter "interesse por política desde 1969", de ter participado no movimento estudantil e ter sido eleito em 73 para o conselho de representantes dos alunos do COPPE (CRAC) e de seu interesse pela doutrina socialista. A denúncia do promotor dizia ainda que Obino tinha sido um dos principais contestadores da política da reitoria e ter editado boletins do CRAC.

Quando chamado a depor, Artur descreveu a sua prisão e as torturas que sofreu e explicou que "era interrogado dia e noite, e como não respondia satisfatoriamente, sofri novas torturas". Explicou que mais tarde, "em razão das denúncias de torturas, o delegado pediu que nos submetêssemos a um exame médico. O médico legista nada assinalou, apesar de termos mostrado marcas de violências físicas".

A engenheira Elza Maria Lianza, a terceira a ser chamada no dia 27, antes de ouvir as denúncias das testemunhas de acusação, informou a sua condição de greve de fome. Em depoimento de 35 minutos, repetiu então as denúncias de torturas sofridas nas dependências do exército e negou os termos de sua "confissão".

"No Quartel da PE", afirmou "fui submetida a choques elétricos nas pernas, nos braços e na vagina. Essa seção de choques foi presenciada pelo meu marido como vim a saber mais tarde. E os torturadores ampliavam meus gritos para que fossem ouvidos pelo meu marido, que se encontrava na sala ao lado". "Dali fui levada a outra sala aonde fiquei amarrada e algemada a uma cadeira, assim permanecendo por cerca de 60 horas, sem comida e nem bebida".

Explicou que depois de certo tempo de torturas, foi encapuçada "levada onde se encontrava meu marido, que... estava sendo submetido a choques elétricos, o que era possível reconhecer pela sua respiração".

Alguns dias depois, já no DPPS "fui submetida a novo interrogatório, baseado no que escrevi obrigada por torturadores do DOI-CODI. Essas declarações que assinéi, não refletem a verdade, porque presstei sob a ameaça de voltar ao DOI-CODI". "Essa ameaça era real, já que Marilita

Greco, foi reconduzida ao DOI-CODI e sofreu novas torturas, por que não assinou o documento".

Dia 7/11, foram Franklin, André e Cláudio que prestaram depoimento onde voltaram a repetir as denúncias de torturas, do DOI-CODI. O primeiro a depor foi Franklin que além das torturas, denunciou "que tinha sido levadas de sua casa uma geladeira, uma escrivadinha, uma eletrola, duas caixas acústicas, um liquidificador e um fogão". Como os outros depoentes, falou durante 90 minutos e disse entre outras coisas que num dos 11 dias que passou na PE, foi levado a um passeio na rua cercado de vários homens. Na ocasião pode ver alguns de seus torturadores e afirmou estar disposto a identificá-los "mesmo temendo represálias, se fosse de interesse da Justiça".

André, além de denunciar as torturas que sofrera, disse ter presenciado as torturas de Ivan Valente e José Dias Pires. Afirmou ainda que "estava com um deslocamento na articulação, entre o braço e o ombro esquerdo, visível até hoje; eu mostrei ao médico mas ele nada registrou".

Cláudio por sua vez, disse que por ter problema cardíaco, não sofreu choques, mas para compensar sofreu seções especiais de espancamento e da "geladeira" enquanto seus torturadores afirmavam que "minha morte por problemas cardíacos seria facilmente explicável". Era alimentado em condições humilhantes, "numa sala totalmente escura, com os pulsos algemados, com uma comida amassada e fria que dava a impressão de restos". Acrescentou que sentia "ânsias de vômito porque os torturadores me forçaram a cabeça para dentro de uma privada cheia de urina e fezes". Ao chegar ao DOI-CODI, sendo médico, lhe avisaram que ali havia várias pessoas quebradas "e que como estudante de medicina se não colaborasse, teria uma aula prática do que se pode fazer com a mente humana".

A audiência do dia 10 de novembro, aonde depuseram Ivan, Luis Arnaldo, José Augusto e Sidney, foi a mais tumultuada de todas. Dez minutos depois de iniciada a audiência começaram a ser recebidos telefones informando que duas bombas haviam sido colocadas no recinto da auditoria, ao mesmo tempo que correu o boato que duas bombas teriam explodido no térreo do edifício. Apesar do representante da promotoria exigir que a audiência fosse interrompida, o juiz resolveu continuar a sessão. Durante a sessão o promotor Rubens Ferraz voltou a intervir contra as denúncias feitas pelos acusados afirmando: "Essas denúncias de torturas ofendem os brios do Exército Brasileiro, numa clara intenção de desmoralização de provas".

Em alguns outros apartes o promotor interrompeu os depoimentos dizendo "que o acusado está respondendo em tom panfletário", e em uma das vezes após uma

acirrada discussão com o juiz acrescentou que "a ironia é uma arte".

Uma outra medida tomada com o objetivo de reduzir o impacto dos depoimentos foi a de exigir apresentação de documentos aos estudantes e populares que se apresentaram para assistir a audiência, o que não impediu que a sala, como nas outras sessões estivesse lotada.

Todos os depoimentos definiram a forma das prisões como "sequestros por elementos que se identificaram como policiais, mas não exibindo documentos ou mandatos policiais".

Ivan Valente, além de outras denúncias, disse que no DOI-CODI, foi mantido de braços abertos enquanto lhe arrancavam os pelos do corpo; sofreu choques elétricos na uretra e no ânus e em um momento foi esmurrado na cabeça até desmatar. Afirmou ainda que poderia identificar um torturador que lhe dissera: "você é um prisioneiro de guerra e não sairá vivo daqui". José Augusto foi mantido "em uma cela sem lugar para evacuar ou urinar" ali ficou "em meio de toda a sujeira". Luis Arnaldo, que fez o maior depoimento, descrevendo com gestos todas as torturas, foi vítima de "uma tentativa de violação com um cassete elétrico", além de "ter sido obrigado a andar de quatro com um torturador em suas costas". Em dado momento disse que logo que chegou; um torturador lhe prometeu "dez dias de verdadeiro inferno". E quando o juiz lhe perguntou se isto se concretizara, respondeu "posso lhe afirmar que esta macabra previsão se confirmou".

Sidney Lianza após pedir (e ter sido concedido) que o seu depoimento fosse tomado na íntegra, relatou as torturas. Disse ainda que viu sua mulher, Elza, "completamente despida e virada para mim. Cobriram-na com o capus. A próxima cena que vi, foi minha esposa sentada naquela cadeira a que me referi antes, nua, com presilhas espalhadas pelo corpo, inclusive braços, peito e vagina. As presilhas estavam ligadas fios elétricos que sacudiam seu corpo".

No dia 18/11 foram Fernanda Cariso, Errol Pessanha e Frederico Falcão que se

apresentaram perante a auditoria.

Fernanda e Errol narraram as torturas sendo que este registrou o desaparecimento de objetos de sua casa depois que fora preso, entre eles, dois gravadores, uma filmadora, um projetor, uma mala de roupas e livros.

Frederico Falcão relatou que tão logo chegou ao DOI-CODI, foi encapuçado e pendurado no "pau de arara". Nesta situação, depois de uma hora, ouviu alguém lhe perguntar se tinha algum grau de parentesco com o ministro da Justiça. Ao responder afirmativamente dizendo que era sobrinho de Armando Falcão, uma pessoa o agarrou pela cabeça batendo-a contra a parede até abrir um corte em sua testa, ao mesmo tempo em que dizia que não ia ter privilégio por isto, ao contrário, seria mais maltratado que outros presos. Revelou ainda que durante seu interrogatório, as pessoas que o torturavam "se autodenominavam de terroristas de direita". Quando afirmou isto em seu depoimento e outras coisas que os torturadores lhe declaravam durante as torturas, o auditor lhe interrompeu bruscamente dizendo: "Esta conversa não interessa ao conselho".

Como os outros, se colocou à disposição para investigação das torturas declarando que estas "podem ser provadas pelo fato de existir este local, um pavilhão, que não vai ser retirado de uma hora para outra". Completou dizendo: "a prova da verdade é a ida de uma autoridade ao Quartel da Polícia do Exército".

LIBERDADE: ALEGRES, MAS A LUTA CONTINUA

Desde o dia 3 de novembro que começaram a ser liberados os presos do processo do MEP. Neste dia foram libertados Elza, Cecília Maria, Maria de Fátima, Artur Obino, Inácio Guaracy. Segundo o Juiz Auditor, as três primeiras devido ao seu estado de saúde pela greve de fome que desenvolviam e os outros dois por já terem prestado seu depoimento. De fato, tratava-se de uma vitória e os presos em



tendiam muito bem o significado de sua libertação.

Apresentados à imprensa pelos seus advogados, Artur, Elza, Maria de Fátima e Maria Cecília confirmaram as denúncias feitas anteriormente e todos eram unânimes em declarar que o relaxamento das prisões "foi uma forma para esvaziar o movimento grevista".

A Revista Veja (9/11) as três grevistas de fome declaravam: "Nós estamos alegres, satisfeitas. Mas também não temos dúvida de que a nossa liberdade tem o sentido de esvaziar a greve. Mas as companheiras que lá ficaram continuam com o movimento até que seja atendida a reivindicação de transferência". A preocupação das três quando saíam da prisão era a de resguardar Jessie Jane, Norma e Rosalice (suas companheiras de greve) de qualquer represália". Para deixar claro que isto não era uma preocupação abstrata, completavam: "vamos nos juntar à comissão de parentes de presos para tentar a transferência" explicando que a intenção das autoridades era isolá-las.

Conforme iam sendo feitos os depoimentos os advogados iam pedindo relaxamento das prisões. No dia 7 foi a vez de André, Franklin e Cláudio, cujo pedido de relaxamento foi acompanhado da defesa do advogado Heleno Fragozo: "Os três indicia dos participavam de um movimento que já mais existiu antes, e portanto, se foi organizado, o foi por eles mesmos". O promotor Rubem Fernandes por sua vez, afirmou que era contrário ao relaxamento, alegando que os acusados estavam em greve de fome e que a medida poderia demorar a trazer que a "Justiça passaria a expedir mandatos de soltura a todos os grevistas de fome".

Dito o feito, algumas horas depois os três saíram à rua aos gritos de "Liberdade liberdade, abre as asas sobre nós". Na rua afirmaram que a tendência era a greve de fome continuar pelas reivindicações levantadas. Declararam que as condições das presas eram muito precárias e muitas vezes tem havido sequestro pelo DOI-CODI (como foi o caso de Norma) de prisioneiros para novas torturas. "Quem já esteve no DOI-CODI sabe muito bem o que isto representa", acrescentavam.

Em entrevista coletiva dada à imprensa no dia 8 de novembro, os três esclareceram que sua prisão era devida a participação em movimentos estudantis pela liberdade de organização e manifestação para os estudantes, trabalhadores e oprimidos e por melhores condições de vida para os trabalhadores". Denunciaram a existência de galerias subterrâneas usadas para torturas no quartel da 1ª. Companhia da PE. Franklin e André afirmaram que são capazes de identificar torturado-

res e todos se colocam a "disposição de organismos ou pessoas idôneas que queiram investigar". Para eles "a única forma de constatar as denúncias e acabar as torturas do DOI-CODI, é abrir a porta do quartel da PE para que sejam vistas as câmaras de tortura".

No dia 9, o promotor Rubem Gomes Ferraz da 1ª. Auditoria da Aeronáutica, declarava à imprensa que tão logo tomasse conhecimento oficial das decisões de soltura dos presos acusados de pertencerem ao MEP, deveria recorrer ao Conselho. Isto porque o representante do Ministério Público pensava que "a atitude assumida pelos acusados declarando-se em greve de fome deixa a impressão (sic) de que o conselho tomou sua decisão sob pressão, o que realmente não é verdade."

Um dia depois, porém, eram soltos os últimos quatro presos do processo do MEP. Apesar do depoimento do promotor que agora reformulava sua declaração anterior, desta vez acusando o conselho de "estar agindo sob pressão, pois foi isto que os outros libertados declararam", foram revogadas as prisões preventivas de Ivan, Sidney, Luis Arnaldo e José Augusto. Muitos dos familiares dos presos presentes à audiência não contiveram o choro e o ambiente chegou a ficar tumultuado pela alegria do público.

No dia 11 de novembro deram uma entrevista coletiva à imprensa, onde explicavam que faziam isto por julgarem "dever à denúncia de que existem câmaras de tortura sofisticadas onde as pessoas que usam reivindicar liberdade e participação política podem ser atiradas de um momento para outro".

Visivelmente abatidos - depois de 8 dias de greve de fome - voltaram a denunciar detalhadamente as torturas sofridas no DOI-CODI.

"É importante questionar - disseram - o porque dos dez dias de incomunicabilidade, dez dias em que os presos políticos ficaram à mercê de todo tipo de violência. Sem que possam esboçar protesto. Fazemos um apelo a todas as entidades que se preocupam com os direitos humanos para que encontrem uma resposta para esta situação".

E Sidney Lianza acrescentou: "Os torturadores gritavam com frequência que tinham dez dias, os dez dias de incomunicabilidade; para fazer o que bem entendessem, gritavam que estavam acobertados pela lei e que ninguém nos poderia valer na aqueles dias".

Ivan, Sidney, Luis Arnaldo e José Augusto enfatizaram também a necessidade da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pronunciar-se sobre a reivindicação das presas políticas que continuam em sua greve de fome.

"É preciso que a opinião pública e as

autoridades compreendam que a luta destas mulheres é para terem um mínimo de segurança física, coisa que não acontece no lugar em que estão. Elas não têm o desejo de morrer, mas ao contrário, estão lutando por sua sobrevivência física e psicológica", disseram.

Os quatro acusados no processo do MEP comentaram as recentes "notícias de extinção em um futuro próximo, do AI-5" lembrando que "qualquer reforma que não acabe com as câmaras de tortura no País, será inútil". Segundo relataram, até o sistema de circuito interno de TV está instalado na "geladeira" onde são confinados os presos numa das etapas da tortura.

Luis Arnaldo disse que seria capaz de reconhecer um dos seus torturadores, já que em momento de desespero, chegou a arrancar o capuz que lhe cobria o rosto. Os quatro afirmaram que poderiam reconhecer o fotógrafo que lhes bateu as fotos quando entravam no DOI-CODI, e declararam também que foram presos por defenderem em conversas, ou através de entidades estudantis, o direito de participação política para todas as camadas da população.

A LUTA APENAS COMEÇA

Quando terminávamos esta reportagem, ainda não tínhamos notícias dos depoimentos de Maria Cecília, Maria de Fátima, José Nunes e Jorge Melo (todos já em liberdade) feito no dia 24 de novembro (o último desta fase de abertura do processo).

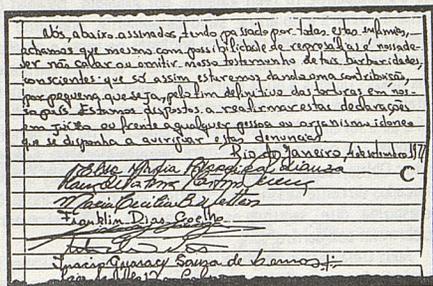
Muitas vitórias e muitas experiências já nos deu este processo. Mas não podemos deixar de entender que é apenas um começo. Em primeiro lugar porque as companheiras presas (as três que ficaram) não conseguiram ainda sua transferência. Em segundo lugar, porque evidentemente o governo espera, melhorando a correlação de forças, desvincular-se das denúncias de torturas e impôr uma derrota ao movimento ao final do processo, através da condenação dos companheiros acusados de pertencer ao MEP.

Somente a continuidade das mobilizações e das denúncias podem permitir que conquistemos a transferência das companheiras presas e a "absolvição" dos companheiros "ligados ao MEP".

E se esta batalha ainda está em seu começo, a luta pelo fim das torturas, pela destruição da máquina repressiva, pela punição dos torturadores e pela liberdade de todos os presos e anistia aos exilados e banidos dá ainda os seus primeiros passos. Mas temos certeza de que esta foi uma batalha importante. Com muitas experiências para serem tiradas, e com algumas vitórias importantes para aumentar nossa confiança em um caminho combativo e independente para a organização de nossa resistência.

liberdade aos presos políticos

CARTA-DENUNCIA DOS "PRESOS DO M.E.P."



"Temos assistido, nos últimos dias, às sucessivas denúncias de torturas a que são submetidos presos políticos detidos em órgãos de segurança. As primeiras denúncias, veiculadas através de noticiários da imprensa, davam conta das torturas sofridas por estudantes e operários presos em São Paulo, em abril, principalmente Márcia Basseto Paes e Celso Brambilla, este tendo praticamente perdido a audição".

"Depois, vieram à tona as descrições das torturas infames a que fomos submetidos no DOI-CODI-RJ, descrições confirmadas por Aldo Arantes e Haroldo Borges em carta à imprensa, na qual dizem ter passado pelo mesmo órgão policial-militar e sofrido as mesmas torturas que nós. Os mesmos, em petição encaminhada à Justiça Militar (O Globo, 2/9), relataram o martírio sofrido durante quase dois meses nos subterrâneos de órgãos de segurança de São Paulo e do Rio, verdadeiros laboratórios científicos de tortura. Em 3/9, o JB publicou carta em que Manoel Henrique Ferreira relatava as bárbaras torturas que quase o levaram à tortura, digo, loucura e através das quais lhe foi arrancado um "arrendimento público".

"Todavia, as denúncias sobre violência policial mostram que ela não se abate somente sobre os presos políticos e que, pelo contrário, é uma ameaça permanente à maioria da população. O caso do operário Jorge Defensor, barbaramente torturado numa dependência policial em Belo Horizonte, por 17 policiais, acabando inutilizado para o resto da vida, com a espinha partida em três pontos e com os órgãos genitais destruídos, é apenas um exemplo entre muitos".

"E, hoje, quando surgem de todas as partes denúncias das infames torturas e da violência policial que se abate sobre os que lutam por melhores condições de vida e trabalho e pelo direito de se organizarem e manifestarem livremente, violência que se estende a todo o sofrido povo brasileiro, sujeito cotidianamente a todo tipo de arbitrariedades e humilhações, julgamos nosso dever hipotecar a mais irrestrita solidariedade a todos aqueles que, como nós, são vítimas da selvagem repressão policial e a todos os que se empenham numa luta pelo fim das torturas."

"Na qualidade de presos políticos, julgamos da maior oportunidade engrossar as vozes que denunciam as torturas como uma prática sistemática e a repressão policial como instrumento que se presta a perpetuar a situação de miséria e exploração em que se encontram os trabalhadores brasileiros. Nesse sentido, passamos a relatar, aqui, fatos e o corrido durante nossa passagem pelos órgãos policiais".

"Nossas prisões ocorreram entre os dias 19 de julho e 2 de agosto e, levadas a cabo sem qualquer mandato ou instrumento legal, foram, em verdade, autênticos sequestros, com o emprego de violência nas detenções, invasões de domicílio e saque em diversas residências. Do apartamento do companheiro Franklin Dias Coelho, por exemplo, foram levados móveis, eletrodomésticos e utensílios de cozinha. Do mesmo modo, da casa do companheiro Errol Dias Pessanha desapareceram uma filmadora e um projetor de cinema, não ficando até agora esclarecido que tipo de prova a polícia deseja obter com a apreensão desses objetos".

"Uma vez presos, fomos atirados em carros, imediatamente algemados e encapuzados e conduzidos a um local que, mais tarde, viemos a saber tratar-se do DOI-CODI-RJ. Lá, após termos sido despídos e fotografados, seguimos, debaixo de espancamentos, para as geladeiras ou para as salas de interrogatórios, iniciando-se, dessa maneira, os nos 10 dias de isolamento e tormentos".

"Durante esse período, tendo ficado até quatro dias sem comer ou dormir, com frequência éramos cercados por vários torturadores e, de

baixo de insultos e ameaças, recebíamos de toda parte violentos golpes que, não raro, nos derrubavam. Totalmente amarrados a cadeiras, fomos submetidos a intermináveis sessões de choques elétricos em todas as partes do corpo, muitas vezes acompanhados de socos, pontapés e pauladas. Nas ante-salas das geladeiras (cubículos de 0,5m x 1,5m), ficamos longas horas algemados pelas costas ou pendurados pelas algemas, convivendo, na escuridão, com as baratas e ouvindo os gritos dos companheiros que estavam sendo torturados".

"Nessas e numa infinidade de outras situações em que nossos verdugos procuravam nos humilhar e aterrorizar, seu objetivo maior era nos abater, física, moral e psicologicamente. A cada ato de resistência nossos algozes respondiam com o aumento infinito da tortura, com o prolongamento das sessões de choques, com o aumento da corrente elétrica, ameaças de pau-de-arara, tentativas de estupro, enfim, todo tipo de chantagem e bestialidade era empregado com o fim de nos aniquilar e dobrar qualquer resistência que opuséssemos àqueles iniquidades".

"A geladeira é uma cabina de cimento, refrigerada com revestimento de eucatex acústico, colocada no interior de um compartimento maior de concreto e hermeticamente fechada por portas de frigorífico. Lá dentro, os movimentos dos presos são controlados por um circuito interno de TV. Um sistema de som que emite ruídos estridentes e de alta frequência e o frio intenso, acompanhado de baldes de água gelada, completam as características dessa máquina de fazer loucos em que é ramos espancados e torturados".

"Foi aí que o companheiro José Augusto Dias Pires padeceu do que os torturadores diziam ser a cruz. Com os braços abertos e encostado à parede, seguro por dois homens, esse companheiro recebeu várias joelhadas nos testículos, enquanto um torturador se divertia em arrancar cabelos do seu pubis. Durante todo o tempo em que durou o suplício, um dos torturadores gracejava, dizendo a José Augusto que se consolasse porque ia morrer "igualzinho a Jesus Cristo".

Também na geladeira, a companheira Maria de Fátima Martins Pereira, após permanecer várias horas com as pernas abertas e braços erguidos, foi atacada por cinco homens, que, forçando-a a deitar-se no chão e segurando-a pelas pernas e braços, tentaram enfiar em sua vagina um objeto de madeira semelhante a um cabo de vassoura, que a companheira foi obrigada a apalpar. Tentativas semelhantes de violentação sofreram os companheiros José Mendes Ribeiro e Fernanda Duclos Cariso, sendo que esta foi forçada a passar as mãos pelo corpo de um torturador despido e ameaçada de violação com um casseteletrônico, com o qual aplicavam-lhe choques nos seios, pernas e costas".

"Foi em uma dessas geladeiras, em cujo chão imundo são visíveis grandes manchas de sangue, que vários de nós vimos o nome de Aldo Arantes riscado a unha no eucatex, prova pequena, porém cabal, das denúncias formuladas pelo próprio Aldo e por Haroldo Borges à Justiça Militar de São Paulo e publicadas em O Globo de 2 de setembro.

"Nas salas de interrogatório, cujas paredes são forradas com material acústico e com portas idênticas às das geladeiras, estão instaladas cadeiras semelhantes às de barbeiros, apelidadas pelos torturadores com o sugestivo nome de dragão. Nessas cadeiras, amarrados pelos tornozelos, braços, tórax e, alguns, até pelo pescoço, com correias de couro revestidas com espuma, para não deixar marcas, sofremos choques elétricos aplicados por fios ligados a uma maricota, pequeno instrumento que, por meio de uma manivela, aumenta a inten-

sidade da corrente elétrica.

"Frequentemente, os choques eram acompanhados de espancamentos e o companheiro Ivan Valente, por exemplo, recebeu choques no canal da uretra e no ânus, simultaneamente, enquanto era asfixiado com o capuz e recebia repetidos pontapés no tórax e no abdômem. Franklin Dias Coelho, em alguns momentos, teve fios enrolados nos pés e nas mãos; ligados a duas maricotas, além de presilhas nos órgãos genitais. Com outro fio, percorriam seu corpo, desde o lóbulo da orelha até o pé e foram feitas tentativas de colocar o fio nas gengivas. Do mesmo modo, os companheiros André Teixeira Moreira, Sidney Lianza, Artur Obino, Luiz Arnaldo Campos e Inácio Guaracy também foram espancados durante sessões de choque, alguns com cassetetes forrados de espuma, que, segundo os torturadores, "não deixavam marcas e só quebravam por dentro".

Após uma sessão de choques, o companheiro Sidney Lianza foi a meação de que sua esposa e sua sogra também seriam torturadas. Com o duvidasse, foi levado a uma sala, de onde sentado numa cadeira giratória, pode ver, através de um retângulo de vidro, sua mulher, Elza Lianza, ser despida e sentada no dragão. Após ouvir uma série de ameaças, inclusive de que Elza seria currada, Sidney viu a esposa receber choques na vagina, ao mesmo tempo em que alto-falantes traziam para a sala onde estava, os gritos de sua mulher e os insultos dos torturadores. Depois de alguns minutos, o bestial espetáculo encerrou-se e Sidney foi reconduzido a outra sala, para continuar a ser espancado.

Na ânsia de nos arrancar informações, os órgãos de segurança cometeram violências até contra nossos familiares. Dona Esterina Roberto Parreira, carioca de 65 anos, Mãe de Elza e sogra de Sidney, só não foi presa por ter sofrido um mal-súbito no momento em que os policiais davam-lhe voz de prisão, no interior da casa de sua filha. Já Dona Rosalina Madeira Wetten (61 anos) e Maria Antonia de Madeira (56 anos), mãe e tia de Maria Cecília Wetten, foram presas no dia 31 de julho, no Rio, e conduzidas para o DOI-CODI, onde ouviram ameaças de choques elétricos e quase foram despidas à força. As duas só foram liberadas 12 horas depois, trocadas por Maria Cecília, presa em Rio Claro (SP).

"Após sua prisão, Maria Cecília foi conduzida de carro para o DOI-CODI do 11 Exército, na cidade de São Paulo. Logo ao chegar, foi espancada com tapas nos ouvidos e golpes na nuca e submetida a violentos choques elétricos, aplicados com panos molhados, enquanto jogavam-lhe água sobre o corpo. No segundo dia, tornou a sofrer choques elétricos, de pé e sem qualquer apoio. Os choques eram tão fortes que contraíam seu corpo e faziam-na cair, além de enrolar sua língua, provocando sufocação. Em virtude desse tratamento, a companheira perdeu a coordenação das pernas por oito dias. Na tentativa de esconder os maus-tratos, ainda em São Paulo, antes de ser transferida para o DOI-CODI no Rio, Cecília foi filmada na cama e comendo, como se isso pudesse, de alguma forma, ocultar os tormentos pelos quais ela passou".

"Como forma de tortura psicológica, a ameaça de assassinato sumário foi muito utilizada e, a todo momento, nos diziam que, em caso de morte, nossos corpos desapareceriam sem deixar vestígios. Nos últimos dias de isolamento, no DOI-CODI, o companheiro Luiz Arnaldo foi avisado de que, se, ao sair dali, procurasse "subornar" jornalistas para denunciar torturas, viraria um presunto. Antes de sair, o torturador acrescentou que "isso não é uma ameaça, é um fato". No último dia de incomunicabilidade, Maria Cecília também foi ameaçada de morte. Depois de morta, colocariam em sua bolsa um revólver 38 e maconha e abandonariam o corpo em Nova Iguaçu, atribuindo o crime ao Esquadrão da Morte ou Aliança Anticomunista Brasileira."

"Durante as torturas, nossos inquisidores não escondiam seu orgulho com o aparato científico de que dispõem e, frequentemente, se vangloriavam de possuir "moderna tecnologia de torturas físicas e psicológicas", e de seus trabalhos "cientificamente dosados". Para vários de nós, afirmaram que o som produzido nas geladeiras é capaz de provocar reações orgânicas como enjôo e vômitos e até loucura. Gabando-se de estar "exportando tecnologia", a preocupação de nossos algozes com a "cientificidade" da tortura incluía comparações com os métodos de outros órgãos de segurança, do tipo "aqui não ocorrem mortes como em São Paulo".

"E uns poucos fatos podem demonstrar até que ponto a ciência e a técnica podem ser postas a serviço dos mais torpes objetivos. O companheiro Cláudio da Rocha Roquete, com problemas cardíacos, veio a desmaiar na geladeira, após sofrer violentos golpes no tórax e no abdô

mem e ficar dependurado pelas algemas, durante horas. O médico que o examinou limitou-se a recomendar um período de descanso fora da geladeira e o companheiro continuou sem ter acesso aos remédios que seu pai lhe enviava, através do DPPS. Segundo os torturadores, não poderia tomá-los por estar de castigo. No mesmo sentido, vários de nós tivemos a pressão arterial medida durante as sessões mais prolongadas de choque, apenas para comprovar a possibilidade ou não da continuidade dos suplícios. E, ainda, como exemplo, o companheiro Ivan Valente, no último dia de sua permanência no DOI-CODI, foi massageadado no tórax com uma pomada, que visava minorar as marcas que lhe tinham ficado das torturas".

"Se os fatos que narramos até aqui não fossem suficientes para esclarecer que tipo de moral guia o comportamento de nossos algozes, suas próprias palavras deixariam claro a ideologia que professam. Afirmavam seu desprezo e ódio à classe trabalhadora, caracterizando-os operários como "gente negligente, que só pensa em cachaça e não progrida socialmente porque não quer". Satirizavam os direitos humanos deixando claro que os únicos direitos que se cumprem no DOI-CODI são os dos torturadores, e qualificavam os advogados dos presos políticos como "subversivos", defendendo a eliminação destes. Faziam questão de deixar claro que contavam com os 10 dias de incomunicabilidade para fazer com os presos o que bem entendessem, "sob garantias da lei". Consideravam a tortura não só uma profissão, mas um "dever cívico". Diziam torturar "por princípio" e por serem "patriotas" e, ainda mais, que "se tudo fosse deixado em suas mãos, o serviço seria completo; não sobraria ninguém".

"Passados os dias de incomunicabilidade no DOI-CODI, fomos transferidos para o DPPS, onde, no dia 30 de julho, tivemos acesso, pela primeira vez, a nossos familiares e advogados sendo informados de que oficialmente, tínhamos ficado detidos todo o tempo nessa delegacia, sem sofrer qualquer espécie de coação. O que há de falso nessa versão ficou mais do que demonstrado com os fatos acima narrados e dispensa outros comentários. Mas, por outro lado, é importante frisar que a vinda para o DPPS de maneira nenhuma representou o fim de nossas privações. No dia 1/8, os companheiros Errol Dias Peçanha e Luiz Arnaldo Dias Campos e sua mulher, Margareth da Silva, foram retirados de suas celas e reconduzidos ao DOI, onde permaneceram cerca de 40 horas; Margareth foi ameaçada de estupro e torturada com choques elétricos nos dedos dos pés e das mãos, enquanto os outros dois companheiros permaneciam o tempo todo nas geladeiras, sendo interrogados. Em defesa de nossos companheiros, entramos em greve de fome, exigindo sua volta imediata e garantias de que não voltaríamos ao DOI-CODI para sermos torturados. A luta deu frutos: no dia 3; ao meio-dia, os companheiros haviam retornado. Mesmo assim, a greve continuou por quatro dias, até que suas repercussões na imprensa, nas Universidades e na Igreja e a abertura de inquérito no 11 Exército nos deram garantias relativas de que a volta ao DOI-CODI não se repetiria."

"Durante nossa permanência no DPPS, a autoridade policial sempre empenhada em criar um clima de insegurança e apreensão, com inúmeras ameaças de retorno ao DOI-CODI, e lançado mão de medidas como o isolamento de companheiros em celas individuais, só quebrado recentemente. Esses fatos contrastam com as tentativas de conferir aos depoimentos uma aparência de "normalidade".

"Refutamos, também, os exames de corpo de delito realizados para apurar nossas denúncias de tortura e que só foram feitos 20 dias após nossa prisão, quando a maioria das marcas já haviam desaparecido e quando o legista recusava-se a registrar as que ainda existiam no corpo de vários companheiros".

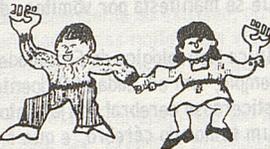
"Nós, abaixo-assinados, tendo passado por todas essas infâmias, a chamamos que, mesmo com possibilidade de represália, é nosso dever não calar ou omitir nosso testemunho de tais barbaridades, conscientes de que só assim estaremos dando uma contribuição, por pequena que seja, pelo fim definitivo das torturas em nosso país. Estamos dispostos a reafirmar estas declarações em Juízo ou frente a qualquer pessoa ou organismo idôneo que se disponha a averiguar estas denúncias".

(a) Elza Maria Parreira Lianza, Maria de Fátima Martins Pereira, Maria Cecília M. Wetten, Franklin Dias Coelho, Sidney Lianza, Artur Obino Neto, Inácio Guaracy Souza de Lemos, Luiz Arnaldo Dias Campos, Cláudio da Rocha Roquete, André Teixeira Moreira, Ivan Valente, José Augusto Dias Pires, Fernanda Duclos Carisio, Frederico José Falcão e José Mendes Ribeiro.

MODO DE VIDA



EDUCAÇÃO INFANTIL



SAÚDE

SAÚDE



T. RODRIGUES
E R. NONATO

MORRER PELA BOCA

Já há algum tempo vem sendo denunciado no Brasil um enorme desrespeito ao consumidor por parte das indústrias alimentícias, química e farmacêutica, que a serviço do lucro, da rentabilidade e a favor do capital, desenvolvem um ataque diário contra a saúde, contra o homem, contra a coletividade.

E preciso tirar do âmbito hospitalar o conhecimento de casos de intoxicações químicas (presença de metais pesados - cobre, zinco, mercúrio, chumbo - em proporções elevadas nos alimentos, principalmente nos peixes e na água) e biológicas (contaminação por bactérias, fungos e parasitas), determinadas após "ingestão ocasional" de enlatados. A maioria dos casos passam despercebidos ou causam uma ligeira indisposição, cólica ou diarreia, discretas o suficiente para não despertar a atenção da "vítima", que continua ingerindo os mesmos produtos e sobrevivendo, até que tal alimento ou um novo determine quer uma intoxicação aguda, quer uma doença crônica. Há casos no entanto muito graves, de evolução rápida determinando a morte em menos de 24 horas e comprovadamente associados a produtos comercialmente preparados.

... «tocos de vela,
chaves, botões e baratas...
sem esquecer
o escabroso caso da Coca-Cola»...

Não raro, há denúncias bem documentadas levando mesmo ao recolhimento de artigos que abarrotam os super-

mercados do país. Foi o que se passou com os macarrões "Adria", a começar pelo "gravatinha", identificado como causador de diarreias, por seu alto teor de staphylococcus aureus (micróbios capazes de causar inflamação no estômago e intestino) e fungos nocivos ao organismo, devido à falta de higiene na manutenção das máquinas. Tal contaminação das máquinas foi verificada em investigação mais detalhada em outras indústrias de macarrão. Não obstante os macarrões continuam a ser distribuídos, sem que tenha havido uma medida oficial a esse respeito.

Foi assinalada a presença de cacos de vidro, tocos de vela, chaves, botões, baratas, dentro de garrafas de refrigerantes, sem esquecer o escabroso caso da Coca Cola, quando os rumores sobre o aparecimento de matéria orgânica, contida neste refrigerante, foram relacionadas com a morte de dois operários triturados dentro do tanque de xarope da fábrica.

Segundo peritos do Instituto de Tecnologia de Alimentos de Campinas (certamente o mais respeitado do Brasil), frigoríficos acrescentam aos embutidos até 40% de amido de mandioca ou batata, quando o máximo admissível seria de 2% para salsichas e 5% para mortadelas. Nada impede que o frigorífico substitua as clássicas carnes de boi, cabrito e coelho por reles traquéias, tendões e cartilagens ou acrescentando generosas porções de sebo a salsichas e mortadelas.

Grande parte da carne distribuída no país não passa por qualquer inspeção médico-veterinária, além de ser transportada em péssimas condições de higiene. Uma vez ingerida esta carne, o homem pode apresentar doenças devidas a parasitas contidos na própria carne, como a solitária; a micróbios trazidos por moscas ou pela manipulação sem cuidados.

A afirmativa da Secretaria de Saúde de São Paulo, em maio de 76, de que o leite de vaca vendido à população é "impróprio ao consumo humano", se refere à adulteração do produto pela excessiva diluição, alto teor de urina e adição de outras substâncias estranhas como cal, amido, açúcar, etc. É importante ainda ressaltar a presença de hormônios femininos, tanto no leite como na carne, provindos de tratamento administrado ao gado, com o objetivo de acelerar a engorda e o crescimento, passíveis de determinar no homem perda de apetite sexual, e na mulher a gestação de crianças portadoras de câncer genital.

Este mesmo leite é veículo transmissor de febre aftosa, doença de alto poder contagiante, que ocorre primitivamente

te no gado e se manifesta com feridas na boca, dificultando a alimentação, além das que aparecem nas palmas das mãos e plantas dos pés. É responsável ainda pela tuberculose bovina no homem, que de início se localiza no intestino.

Assim como o leite e a carne, também os legumes, frutas e verduras podem ser portadores de grande quantidade de bactérias do grupo coliforme de origem fecal, agentes causais da gastroenterite, infecção do estômago e do intestino, que se manifesta por vômitos, diarreia, desidratação e febre.

Só na clínica Neurológica da Faculdade de Medicina da USP, por exemplo, um em cada 200 doentes examinados padece de cisticercose cerebral, cuja sintomatologia é semelhante a um tumor do cérebro, e que é adquirida pela ingestão de alimentos poluídos por fezes humanas contendo ovos de solitária.

Tudo isso foi falado sem entrar no campo dos aditivos, um outro terreno fértil para a exploração das indústrias. São substâncias químicas de várias naturezas, destinadas a colorir (colorantes), alterar e mesmo dar sabor (analgos e edulcorantes), consistência (humectantes e espessantes), aroma (aromatizantes), balancear os ingredientes (acidulantes, antioxidantes, antihumectantes, estabilizantes) e aumentar a vida dos alimentos (conservantes). Pouco se sabe a respeito dos efeitos destas substâncias e muito menos dos resultados de sua combinação no organismo humano. No entanto, sobre os nitritos e os nitratos, conservadores discriminados nos rótulos nacionais como PVIII e PVII, foi denunciado pelo diretor do Instituto Biológico de São Paulo o risco de lesões renais e cardíacas no decorrer de administração prolongada, e a formação no estômago de nitrosamina, um composto cancerígeno.

Ha casos em que se utilizam vitaminas e sais minerais, (calcio, fosforo, magnésio) como aditivos em leite em po e outros produtos alimenticios (por exemplo; Toddy e Nescau "hipervitaminados", Calcigenol irradiado, etc), destinados às crianças geralmente. Desta forma, com frequencia se julga ter uma alimentação nutritiva, ao se apelar para tais produtos aparentemente balanceados, em detrimento da solução mais simples e menos cara, ou seja, o recurso a alimentos correntes (não enriquecidos) em dietas e equilibradas. Essas vitaminas, adicionadas em doses excessivas, atingindo 50 a 100 vezes mais do que hipervitaminose, sobretudo nos casos da vitaminas A e D, cujo acúmulo no organismo age nocivamente.

Com frequencia certas substâncias existentes nas embalagens se misturam aos alimentos. É o que se passa com o cancerígeno plástico PVC (cloro de polivinil) e os toxicos PCBs (compostos policlorados bifenílicos), empregados nas indústrias de tintas de impressão e que causam tumores hepáticos malignos em roedores. Cabe citar então casos de intoxicação química pela ingestão repetida de alimentos impregnados de resíduos metálicos, originários das embalagens em latas.

afinal,
a escolha
é mesmo sua ?

Quais são as razões para beber Coca Cola, pedir um sorvete "sabor morango", procurar nas prateleiras a embalagem mais bonita? De fato, a escolha que se pode fazer

ASSINE CADERNOS DE CAMPANHA VITAMINADOS

entre os variados produtos não é sua e sim das indústrias que previamente determinam as opções.

Na sua desenfreada concorrência e objetivo único de vender mais, os fabricantes utilizam todos os meios para sobreviver. Daí decorrem as inúmeras marcas para um mesmo produto, ou uma mesma marca que reveste um único produto de roupagens novas com mínimas e desprezíveis alterações na sua composição, "justificando" um aumento substancial no preço.

Influenciado por imagens coloridas e sedutoras e por palavras habilidosas e propositalmente ajeitadas para convencê-lo, você compra a primeira vez para experimentar; acha gostoso ou não, mas frequentemente encontra na casa de um amigo, e vai assim se acostumando, até o ponto em que o supérfluo se torna "necessidade".

No final das contas, quem paga as despesas de propaganda é o próprio comprador, sendo a indústria publicitária um fator importante e direto de encarecimento dos produtos de qualquer natureza. O consumidor, além de sofrer a agressão da complexa máquina propagandística, tem um difícil acesso à informação e na maior parte das vezes não está consciente da manipulação de que é vítima, mesmo quando sua própria saúde está em jogo.

Nos países capitalistas avançados, hoje se conhecem comitês de defesa do consumidor, que conseguiram pressionar os fabricantes, exigindo a decodificação dos componentes dos diversos produtos tornando do domínio público os que são nocivos, o que permitiria evitá-los. Concretamente, o que acontece é a transferência de responsabilidade das indústrias aos compradores. A ação de tais comitês é limitada por sua ideologia burguesa, o que impede de questionar a fundo o lucro como motor único da indústria, no lugar dos interesses do homem. No entanto, eles conseguem por vezes, retirar certos artigos da circulação e modificar algumas leis, através da mobilização de um número significativo de pessoas que atuam como grupo de pressão.

Apesar de constituírem um passo a frente exclusivamente no que toca à proteção do consumidor, não se pode perder de vista que representam uma forma de organização das classes médias e alta. Entretanto, esta forma embrionária de organização associada a um amplo trabalho de questionamento do mecanismo do lucro, desenvolvido paralelamente, adquire um valor educativo para a maioria da população cujos interesses fundamentais não estão condados na atividade dos comitês.

No Brasil, a legislação sobre o assunto é vaga e displicente, além da prática inexistência de fiscalização, o que contribui para agravar a situação do consumidor.

Dentro desse quadro, se passam fatos como a venda no mercado interno de produtos rejeitados no exterior. Há casos conhecidos: em 1970, 3 mil toneladas de presuntada brasileira, acusadas pelas autoridades norte americanas foram redistribuídas no país e em mercados de países de economia dependente da América Latina, África e Oriente Médio; mais tarde, em 1973, isso se repetiu com o palmito em conserva.

« iniciar
uma discussão »

Aqui tudo isso está dito no sentido de deixar marcada uma posição crítica, iniciar uma discussão, ultrapassando os limites da denúncia. Fica claro que não se pode considerar como alternativa a volta à pequena produção, insuficiente para atender à demanda das populações. Pelo

contrário, a produção em larga escala é necessária e não implica no vale-tudo das indústrias na agressão ao homem.

Tal situação só é resolvida quando a produção em série se coloca a serviço do homem, e não mais do capital.

Mas há tarefas a serem realizadas ainda dentro do sistema capitalista. Não podemos ficar passivos diante de iniciativas espontâneas que tem surgido entre as camadas mais baixas, tanto nas grandes cidades quanto no interior.

Quando houve o desaparecimento fraudulento do mercado de gêneros de primeira necessidade, provocando a alta brusca dos preços, aconteceram tentativas de reação por parte de pequenos grupos de setores populares, visando o controle dos preços. Os comitês de donas de casa tem se organizado nos bairros das grandes cidades com o mesmo objetivo. Enfim observa-se esporadicamente a formação de cooperativas de alimentos onde são eliminados os múltiplos intermediários e o encarecimento; que advém, daí das mercadorias. Cabe a nos levar a esses grupos a preocupação quanto à qualidade dos alimentos, e suas consequências na saúde pública. Assim se criam condições para que exista um controle popular mais amplo sobre a qualidade de sua alimentação.

EDUCAÇÃO INFANTIL

INES DE CASTRO CLAUDIA E FRANCISCO COMENTADOS POR ADULTOS



Algumas questões foram levantadas em relação às duas entrevistas anteriores, saídas em Cadernos de Campanha nº 5 e 6, de dois filhos de refugiados políticos (Cláudia e Francisco). Muitos foram os que disseram que mostramos crianças prodígio, outros disseram que as entrevistas eram inventadas, que não podiam ser verdadeiras. Que ao mostrarmos crianças "prodígio" estávamos elevando à categoria de "honra ao mérito" a educação recebida por essas duas crianças. Ou seja a apresentação deles como modelos, como alternativa, como um tipo de "educação de transição". Todas essas observações estão muito longe dos objetivos que tínhamos ao fazer essas duas entrevistas.

o que é
ser excepcional?

Considero que as duas crianças entrevistadas são, excepcionais, no sentido de serem "fora do comum", exceção à regra, etc. Excepcionais como fruto da educação que receberam e principalmente pelas experiências que viveram.

Preciso melhor o que quero dizer com excepcional.

Para mim excepcional não é a criança-adulto erigida como "gênio" por essa sociedade. O "prodígio" da sociedade capitalista não passa de um papagaio sem infância que repete o modelo dos pais. Que absorve os modelos e frustrações ou sabe de cor alguns verbetes da enciclopédia empoeirada da biblioteca. As "crianças-prodígios" não são mais criativas do que as crianças ditas "normais". São apenas o outro lado da bestificação. Porque hoje as crianças só têm dois caminhos possíveis: ser "normal", portanto "infantil", imbecilizada, dependente ao extremo; ou ser "prodígio", portanto animadora das noites com visita. ("Diz pro vôvo quem foi Napoleão" ou "t'iz pro titio quem foi a la. 'mulher do Caxias").

Para mim, Cláudia e Francisco não são bestificadas (elas pensam!) e nem são "crianças-prodígios" (não repetem os adultos).

São excepcionais como crianças, porque tiveram uma vida particular: não foram "protegidas" (digo escondidas) do mundo. Foram jogadas em situações e contradições que tiveram de resolver sozinhas. Foram obrigadas a mudanças sucessivas, geográficas e culturais que romperam com a dinâmica da educação tradicional. A educação leva às crianças um modelo contraditório às suas necessidades e organizada segundo as "necessidades" dos pais. Isto é consequência e reflexo das necessidades da sociedade em que vivemos. Não que crianças como Cláudia e Francisco tenham sido afastadas da vida de todos os dias e das instituições educativas. Não, pelo contrário. Viveram mais intensamente as contradições do cotidiano porque foram jogadas dentro dela. E viveram na única maneira que permite compreendê-las: em choque com elas. O exílio, a prisão, a repressão aos pais provocaram situações totalmente diferentes das que vivem uma criança "normal" e a estas situações elas tiveram que responder. Mas nem por isso, elas deixam de ter as características de dependentes, inseguras, dominadas como todas as crianças de hoje. Não existem crianças liberadas, numa sociedade regida pela opressão (de classe, de sexo, de idades)...

São eles felizes? Mais, ou menos felizes do que as crianças "normais"? Não, não são felizes como também as outras crianças não o são. Mas Cláudia e Francisco (e tantos outros com a mesma história) vivem em choque permanente com a realidade. Esse choque que permite que eles absorvam a educação burguesa e dos pais de acordo com o seu próprio mundo, ao contrário de outras crianças que sentem os reflexos da realidade que lhes é escondida e portanto sem que lhes seja dado instrumento para entendê-la. No choque amadurecem. Mas não são "prodígio". Apenas desenvolvem um potencial de relacionamento social que é em grande parte atrofiado nas outras crianças.

Seriam modelos de educação? Acho também que não. Não existem modelos individuais. Mas isso não elimina o fato de serem ricas as suas experiências individuais, onde o elemento mais importante a ser destacado é a possibilidade de acesso às informações além das que são consideradas pelo "senso comum" como "assuntos infantis". In formações que lhes são transmitidas através de um diálogo menos autoritário, com um certo respeito pela sua individualidade "ainda que não sejam mais que crianças". Esses dois elementos da educação dessas crianças, ainda que localizados dentro de contradições vividas pelos pais dentro desse processo de educação (momentos de autoritarismo, de cansaço, de desrespeito) criam um dado que considero fundamental na tentativa de sistematização do que

seria uma pedagogia de transição: uma certa capacidade crítica do mundo e da vida que está a sua volta. E mais, a possibilidade de exprimir essa crítica sem medo de repressão (da autoridade dos pais e dos adultos em geral).

O que queríamos mostrar nessas duas entrevistas e ra exemplos vivos DE CRÍTICA A EDUCAÇÃO. A educação burguesa, seja democrática ou repressiva NÃO É CAPAZ DE PRODUIR CRIANÇAS COMO ESSAS.

o que são as experiências das crianças « normais » ?

As crianças "normais" vivem no medo e na opressão. A capacidade crítica delas é embotada pela autoridade dos adultos e não se expressa como um todo, "vazando" através de pequenas explosões de raiva, medo ou coisas feitas às escondidas:

"Não me lembro nunca de ter conversado com meu pai" (Ahmed - 12 anos). "Se faço coisas erradas eu mereço apanhar" (Antonio - 10 anos). Eu detesto a escola. Não sei pra que serve. Mas por favor não diga nada a meus pais" (Cecile - 11 anos). Minha mãe diz que a escola é importante porque assim eu vou poder trabalhar, ser alguém e um dia me casar". (Brigitte - 12 anos). "Só me sinto bem na rua". (Ahmed - 12 anos). Foram estas algumas das respostas que colhemos em uma tentativa de entrevista a algumas crianças "normais".

Essas crianças "normais" "infantis" são trabalhadas e moldadas pela escola e pela família, sendo que cada vez mais a escola ganha o papel determinante nesta formação.

É ESCOLA DO MEDO. Pela sua própria função institucional, por ser o instrumento de uma minoria, utilizado autoritariamente para reforçar a extensão de seus privilégios. Na escola são institucionalizados as relações de exploração. Relações que se determinam através da seleção entre os que são destinados a um trabalho manual e os que são destinados a um trabalho intelectual.

A escola é um lugar de doutrinação ideológico sem que os alunos possam verificar o que lhes é transmitido. O mito das CAPACIDADES é sustentado, capacidades misteriosamente diferenciadas ("você não é feito pra química") o que mortifica e elimina toda a criatividade individual. Jamais a escola dentro dessa sociedade vai permitir que a criança utilize seu tempo em uma dimensão diferente. Como fazer isso quando a escola exige que ela respeite os horários e espera um determinado tipo de conduta?

A escola de classe, a escola autoritária obtém sucesso: seleção, divisão de papéis, repressão de qualidades individuais. E a visão de autoritarismo é muito mais ampla do que geralmente entendemos por ela. Não existe nenhuma diferença entre o professor que adota a intimidação psicológica do grito utilizando a autoridade sob a forma emotiva e o professor que tenta provar a absoluta incapacidade

de uma criança poder dominar um determinado tipo de saber.

o que são as experiências não autoritárias ?

São e foram muitas, "bem intencionadas", com metodologias democratizantes, tentativas de criação de ambientes calmos e tranquilos, não repressivos, que em nada questionam, pelo contrário, deixam intactos a seleção e a divisão do trabalho. Essas experiências se limitam a criar pequenas ilhas de felicidade, fugindo à contradição da realidade objetiva. Não oferece nem elemento nem instrumento de defesa em face à sociedade. Não dá PONTES para passar à ação face à sociedade.

o que sera fazer um trabalho não autoritário hoje ?

A prática educativa dentro da escola capitalista são os programas pré-estabelecidos, notas, arguições, relações hierárquicas. Toda a prática educativa é no sentido de realizar um modelo de comportamento social. A RECUSA em aderir a essa prática é a dimensão de BASE MÍNIMA INDISPENSÁVEL para qualquer experiência que queira negar a AUTORIDADE.

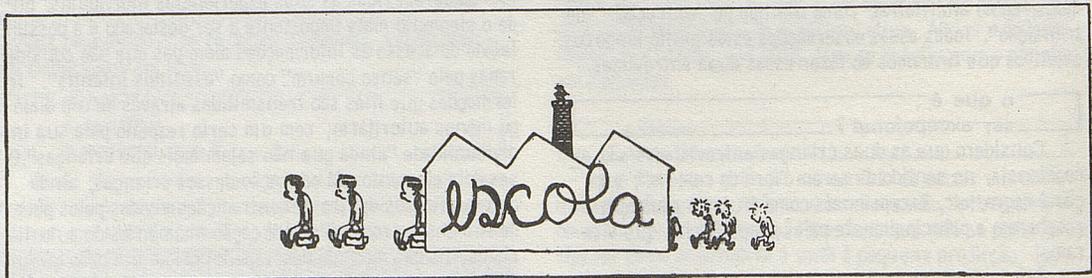
A aceitação por parte do educador dessa base mínima, desencadeia uma sucessão de novas atitudes e dimensões tanto para o professor como para as crianças, que vão levar a conflitos, choques com o meio social. E é nesses choques que o professor, o ADULTO, se reeduca e a criança ganha uma DIMENSÃO DE CRÍTICA que lhe abre todo um universo (o mundo "dos adultos") que secularmente sempre lhe foi negado.

Mas neste tipo de atividade, ainda que MÍNIMA o professor não pode ser um elemento neutro, tem que assumir uma prática clara e com escolhas históricas. Assim, o professor tem como eixo de sua prática a RECUSA EM PERSONIFICAR A AUTORIDADE, mantendo uma relação de contato intenso com a realidade social não escolar.

A experiência de recusa da autoridade, pelo aluno e pelo professor não é uma proposição de CULTURA ALTERNATIVA, mas apenas um meio de fazer saltar alguns instrumentos de opressão.

outra vez cláudia e francisco...

Cláudia e Francisco não são modelos de educação ALTERNATIVA. Os dois viveram uma prática de choque profundo com a sociedade. No dia a dia se condensaram os elementos de choque, de um choque político contra o regime vigente caracterizado no mais imediato pela repressão... e isto os torna mais capazes e preparados para defender-se e enfrentar esta sociedade.



ANTONIA DE SOUZA

REGISTRO DE LUTAS



Esta seção é um "REGISTRO DE LUTAS" e não um noticiário. Neste sentido não nos obrigamos a agilidade de um noticiário, para podermos registrar as lutas que só se tem informação pela imprensa clandestina mesmo que com alguns meses de atraso. Assim os leitores de Cader nos Campanha poderão formar um quadro do desenvolvimento das lutas de resistências. Uma última ressalva. No caso do movimento estudantil, a multiplicação de conflitos e lutas, nos leva a limitarmos o registro às mais importantes.



CAMPANHA NACIONAL PELA REPOSIÇÃO DA PERDA DE SALÁRIO DE 1973/74

Toda a controvérsia sobre os índices governamentais de custo de vida em 73 e 74 começou em julho de 77, quando foram revelados os dados de um relatório secreto do Banco Mundial BIRD, sobre a política econômica do governo brasileiro.

Alguns dias depois a Folha publicava uma condensação das conclusões do documento, destacando duas curtas notas que questionavam explicitamente a validade dos índices oficiais de inflação para 73. Assim, de acordo com o Banco Mundial, a variação nos preços por atacado naquele ano foi igual a 22,5% bem maior que as variações de 14,9% e 12,6%, divulgadas oficialmente.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) órgão cujos índices são considerados oficiais pelo governo, negou a validade do novo índice, tachando-o de "arbitrário, sem consciência técnica, sem importância do ponto de vista econômico". No entanto, logo depois, a revista Conjuntura Econômica da FGV, publicou uma atualização das contas nacionais "para fins históricos", revelando que, a partir de julho de 77, a inflação brasileira para 1973, passaria a ser 20,5% e não mais 15,5% como anteriormente.

Na mesma época um outro documento sobre o assunto veio esquentar o debate: o jornal Gazeta Mercantil publicou trechos de um estudo apontando distorções nos cálculos de 73, elaborado por "uma alta autoridade econômica" que pouco depois ficou caracterizada como sendo o próprio o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que acabou admitindo a autoria do relatório que tinha sido escrito no começo do governo Geisel. O estudo de Simonsen continha números ainda mais incisivos sobre a manipulação

das estatísticas: na verdade o aumento global do índice de custo de vida em 73 foi de 26,6%, quase o dobro dos cálculos das FGV.

Tão logo tomaram conhecimento dessa falsificação estatística, três sindicatos de categorias profissionais paulistas - metalúrgicos de São Bernardo, jornalistas e bancários de todo o estado - encomendaram ao DIESE (Departamento Intersindical de Estudos Socio-Econômicos) a elaboração de um trabalho estatístico para saber quanto perderam com as distorções dos cálculos oficiais.

Eis o resultado: mais de 120 mil trabalhadores das indústrias metalúrgicas de São Bernardo perderam 34,1% de poder aquisitivo nos salários; mais de 10 000 jornalistas foram lesados em todo o estado em 12% e cerca de 100 mil bancários viram seus salários serem reajustados de 17,8% num período que abrange 1972, 73 e princípio de 74.

A divulgação desses números, no dia 11 de agosto, provocou uma verdadeira chuva de pedidos de reestudo ao DIESE, feitos por sindicatos de vários estados, num total de 15 entidades, que já começavam também a cogitar formas de luta possíveis para exigir dos patrões a reposição da porcentagem salarial perdida.

A dianteira do movimento coube ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema que já no dia 19 de agosto debateu o assunto numa assembleia da categoria, com a participação de 700 trabalhadores. Nessa assembleia foi criada uma comissão de salários, constituída por 36 operários, para discutir os rumos a serem tomados na reivindicação e ficou decidido que o sindicato iria distribuir panfletos em todas as fábricas convocando seus 120 mil trabalhadores para nova assembleia geral.

Foi no dia 2 de setembro que aconteceu o mais importante encontro operário desde as greves de Osasco e Contagem em 1968. A presença dos trabalhadores foi massiva. Nada menos de 5000 metalúrgicos lá estiveram. A assembleia durou 3 horas e meia e vários oradores discursaram. Foi decidido que o Sindicato deveria instaurar dissídio coletivo para tratar a reposição do valor dos salários que sofreram perdas quando ocorreu a manipulação das estatísticas do custo de vida. Para isso, os patrões seriam convocados à uma mesa redonda na Delegacia Regional do Trabalho, com o objetivo de negociação mútua de um acordo. Caso não se viabilizasse o acordo, o caminho legal seria a remessa do processo ao Tribunal Regional do Trabalho.

A proposta do dissídio coletivo foi apresentada pela comissão de salários, que preparou um documento, também

aprovado, propondo uma campanha ampla de mobilização em torno das reivindicações com a criação de grupos de fábrica de apoio, divulgação sistemática de informação sobre o andamento das negociações, debates e a preparação de um suplemento da Tribuna Metalúrgica. O último ponto frisava que "não deverá ser desprezada a viabilidade do movimento grevista desde que amparado na lei 4330 e que a categoria esteja preparada para tanto" (essa lei estabelece condições especiais em que os operários são "autorizados" a fazer greve pela Justiça do Trabalho). Uma das decisões importantes foi "motivar toda a categoria mediante um abaixo-assinado, que deverá correr todas as fábricas".

A repercussão entre os metalúrgicos do ABC paulista e outros sindicatos de todo o país foi forte a ponto de provocar um precedente em 13 anos de regime militar no país. No dia 6 de setembro, os Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio, do Planejamento e o interino do Trabalho (respectivamente Simonsen, Reis Velloso e Jorge Furtado) receberam em Brasília os presidentes dos Sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, São Bernardo e Santo André, o vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e o diretor técnico do DIESE (Joaquim dos Santos Andrade, Luiz Ignácio da Silva, Benedito Marclício Alves da Silva, Lázaro Augusto Cruz e Walter Barelli); para tratar da reposição salarial. A resposta dos representantes do capital foi um solene "não": o governo não pretende fazer a reposição dos salários por considerar que não houve perda real no seu poder aquisitivo, nem promover nenhuma reestruturação dos sindicatos. Os dirigentes sindicais debateram também a política salarial do governo baseados num documento que eles já haviam encaminhado ao General Geisel (ver encarte).

Menos de duas semanas depois, no dia 16 de setembro, houve outra importante assembleia, desta vez convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de S. André, Mauá e Ribeirão Pires. Compareceram cerca de 5000 operários e o próprio presidente do sindicato disse: "Vamos exigir melhores salários dos patrões. Essa disposição deve ser levada em cada fábrica, a cada oficina, a cada local onde existam metalúrgicos, através de comissões de fábricas e maior frequência aos sindicatos, sem receio de perder o emprego. Já não temos mais o que perder. Nos tiraram tudo. Tiraram nossa estabilidade, que representava garantia de reivindicações. Tiraram o direito de greve. Tiraram a liberdade sindical. Mas nós precisamos reconquistar tudo de novo, e só através da união e das pequenas vitórias é que podemos alcançar a vitória maior."

Apesar da pequena presença de mulheres, uma operária afirmou ser favorável ao movimento feminista, "mas nesse momento as mulheres metalúrgicas juntam-se aos homens para a mesma luta". Acrescentou que os patrões abusam da mão-de-obra feminina, subestimando salários embora executem o mesmo trabalho que os homens; os patrões sabem da fraqueza do movimento feminino e abusan



do horário noturno, do serviço pesado e insalubre".

Nesse mesmo dia, na capital paulista, 1500 metalúrgicos decidiram também reivindicar a reposição salarial numa assembleia do sindicato da categoria. A forma que eles adotaram foi uma ação por perdas e danos contra a União para reaver 18% de seus vencimentos. Um grupo de estudantes da Faculdade de Economia e Administração da USP esteve no sindicato e, não podendo entrar porque só são admitidos sócios e jornalistas, distribuíram na porta um documento de solidariedade aos trabalhadores pela campanha, com tabelas de cálculos sobre as perdas salariais a partir de 65. Houve também assembleias com participação menos expressivas numericamente em Osasco e Santos.

A iniciativa dos metalúrgicos de São Paulo contagiou vários sindicatos em todo o país: A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, em Brasília, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, os 8 sindicatos que compõem a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, já anunciaram a sua adesão à campanha, assim como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica de Santos e de Campinas, o Sindicato dos trabalhadores da Refinação de Açúcar de São Paulo, o Sindicato dos trabalhadores na Administração dos Serviços Portuários de Santos e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo.

Apesar das limitações do encaminhamento pelo, que reduz o movimento aos limites da legalidade da ditadura, a mobilização dos trabalhadores pela reposição salarial é um ponto de avanço e uma conquista. É a primeira vez, depois do movimento de 68, que culminou com as greves de Osasco e Contagem, que uma reivindicação mobiliza os trabalhadores a nível nacional, o que possibilita um contato a nível das vanguardas e cria um sentimento de unidade de na medida em que coloca reivindicações que ultrapassam o limite específico de cada fábrica, de cada área. E mesmo que não culmine com uma vitória, como se pode prever, é um importante antecedente para próximas lutas.

ARTIGO DO JORNAL DA OPOSIÇÃO SINDICAL "O QUE NÓS DA OPOSIÇÃO PROPOMOS?"

"Que o índice a ser defendido deve ser de 65%, que a reposição da perda de salário dos anos 73/74, mais conhecida como engano, que em São Paulo foi de 18,4% seja encaminhada no mesmo período da campanha, mas num processo separado e propaganda à parte.

"Estas conquistas dependem unicamente da participação ativa dos companheiros nas assembleias, divulgando e defendendo as propostas, criando um ambiente para fortalecer toda a categoria.

"Mas precisa ficar claro para todos que de 1964 até agora nós já perdemos 229% conforme o órgão DIEESE, e o governo só vai querer dar em volta dos 40%, bem menor do que estamos exigindo, e a única maneira de sustentar nossa proposta de 65% é se organizando em comissões de salário, dentro das empresas e garantindo o não descontento das antecipações que foram dadas durante o ano ou um aumento real do salário para chegar aos 65%, para quem não recebeu a antecipação.

"Estas conquistas são possíveis com a união dos operários dispostos a diminuir o ritmo de trabalho ou fazer

paradas de meia hora.

"Precisamos aumentar nossa organização dentro das empresas, senão nossas forças serão pequenas para alcançar o que queremos, temos que trabalhar a campanha salarial numa luta ampla para abrir o caminho para melhorar nossa pressão sindical e começar um período de conquistas salariais e transformações sindicais para o nosso lado."

TRECHOS DO DOCUMENTO DOS SINDICATOS ENTREGUE A GEISEL

O documento de crítica à política salarial do governo, entregue à Geisel pelos sindicatos, aponta que todos os objetivos pretendidos pelo plano econômico governamental não foram alcançados, no que diz respeito aos trabalhadores. Ele constata que "a distribuição da renda de um lado vem provocando o empobrecimento de 90% da população e, de outro, beneficiando de forma abusiva apenas 6%. Quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a partir de 64 o instituto da estabilidade, "eliminou efetivamente a garantia do emprego, tornando a despedida do trabalhador mera questão de arbítrio do empresário". Tendo em vista essa situação, o documento propõe algumas medidas "para minorar as consequências para a classe assalariada das distorções analisadas":

"MEDIDAS A CURTO PRAZO

- "a) Para evitar o abuso do poder econômico, as empresas - que reduzirem seu quadro de pessoal estarão impedidas, enquanto perdurar essa situação de executar serviços em regime de horas extraordinárias;
- "b) reformulação nos critérios de pagamento de aposentadorias e pensões, garantindo aos segurados o mesmo poder aquisitivo que possuíam na época em que entraram no gozo do benefício, eliminando-se assim a proliferação de empresas que, para assegurar a complementação da aposentadoria, condiciona um pagamento suplementar;
- "c) instituição do Fundo de Desemprego, a ser custeado pelas empresas para garantir ao trabalhador desempregado - até que consiga nova colocação de remuneração compatível com seu salário;
- "d) garantia de emprego, sem redução salarial, enquanto não for constituído o Fundo de Desemprego;
- "e) alteração da redação do artigo 22 do decreto nº 59820, de 20/12/66, elevando o percentual de 10% sobre os depósitos, juros e correção para 100%, como uma forma de dificultar as demissões;
- "f) revogação da política salarial, tendo em vista que desde sua implantação, trouxe mais prejuízo do que benefício - aos trabalhadores da Nação.

"MEDIDAS A MÉDIO PRAZO

- "a) Liberdade e autonomia sindical, principalmente para a celebração de contratos e acordos coletivos de trabalho - com a consequente revogação dos dispositivos legais que impedem sua efetivação;
- "b) Participação das entidades sindicais de trabalhadores - nas decisões e diretrizes governamentais nos assuntos - em que a classe trabalhadora seja direta ou indiretamente atingida;
- "c) fixação do homem à terra, com a adoção de mecanismos de apoio ao pequeno e médio produtor rural, para o atendi-

mento das necessidades do mercado interno;

"d) construção de armazéns de silos próximos às áreas produtoras, a fim de permitir o aproveitamento total de nossas safras, pagando um preço justo aos produtores; fixando - preços para o consumidor, os quais sofreriam reajustamento quadrimestral, no valor correspondente ao armazenamento até a próxima safra, evitando-se desta forma, os atravessadores que, sem nenhum risco, manipulam os preços, esticam os gêneros e sacrificam com a sua ganância, os interesses da maior parte de nossa população;

"e) adoção de medidas urgentes objetivando assegurar aos trabalhadores rurais condições dignas do ser humano, impedindo que grande parte dos mesmos continuem sendo - "bóias-frias" sem qualquer garantia de emprego, além de serem transportados como animais."

(Fonte: Jornal "De Fato" out. 77)



PARALIZAÇÃO NOS ESTALEIROS MAUA (RJ)

Segundo notícia publicada na imprensa clandestina revolucionária em julho de 77, cerca de 90% dos operários dos Estaleiros Mauá pararam a produção no início de abril, quando souberam que a empresa havia modificado as normas para recebimento dos salários. Como há uma filial de um banco dentro da empresa, é costume que os operários recebam o salário em qualquer momento do horário de trabalho, bastando para isso interromper por alguns minutos a atividade. Mas a empresa resolveu que só seria possível ir ao banco durante a hora do almoço. Diante da paralização de 90% do Estaleiro a empresa resolveu voltar atrás e continuar permitindo o recebimento a qualquer hora do dia.

PARALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES BRAÇAIS DE DRACENA (SP)

Conforme divulgou a imprensa clandestina revolucionária em julho de 77, cerca de 100 trabalhadores braçais da Prefeitura de Dracena na Alta Paulista, paralizaram o trabalho durante 2 horas em protesto contra o atraso de pagamento que não recebiam há 4 meses, exigindo o posicionamento do prefeito Paulo Tahara. A situação estava crítica para os trabalhadores desde julho do ano passado, quando a prefeitura, que já atrasava sempre em 2 meses, passou a atrasar em 5 meses o pagamento. Na campanha

eleitoral de 76, Paulo Tahara havia prometido que, se fosse eleito, normalizaria rapidamente a situação. Com a vitória e sua posse na prefeitura, os trabalhadores ficaram na expectativa até a última semana de fevereiro, quando decidiram pela paralisação.

Com isso os trabalhadores receberam o salário de um mês e a prefeitura prometeu elaborar planos para que a situação se normalize até o final do semestre.

OPERÁRIOS PARALIZAM OBRAS EM JOINVILLE

110 trabalhadores de 6 empreiteiras que executam obras nesta cidade, administradas pela Construtora Real entraram em greve na última semana em razão de falta de pagamento de seus salários nos últimos 5 meses.

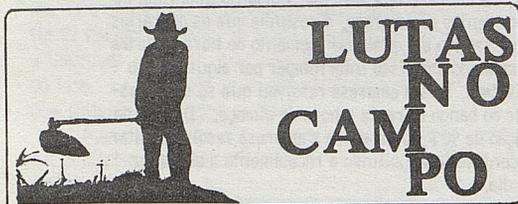
Os trabalhadores afirmam que só voltarão ao trabalho desde que recebam o saldo de todos os salários atrasados. Durante 5 meses, receberam apenas vales de 50 cruzeiros por mês.

O delegado regional de Joinville, João Pessoa Machado prometeu investigar os acontecimentos, lembrando que "fazer greve é totalmente proibido no país".

Em sua maioria, os trabalhadores são do interior de Santa Catarina, com famílias. Com o atraso do pagamento dos salários, enfrentam a fome, uma vez que o armazém onde fazem suas despesas ameaça cortar as contas.

Os diretores da empresa "Construtora Real" defendem-se dizendo que os salários estão em dia e que a greve é "consequência de um bando de desordeiros". É sempre assim: todas as vezes que os trabalhadores se organizam para defender os seus direitos são acusados de desordeiros, pois somente os patrões se acham com o direito de decretar greve contra os operários, atrasando seus salários e com isso levando a fome às suas famílias, uma vez que o armazém corta seus créditos, enquanto isso os lucros dos patrões crescem cada dia mais.

Mas os operários são conscientes de seus direitos e só voltarão ao trabalho depois de receberem os seus salários já trabalhados, esta é a resposta dos operários.



POSSEIROS MARANHENSES OCUPAM TERRAS QUE LHEIS FORAM ROUBADAS

Centenas de posseiros armados ocuparam uma fazenda próxima ao povoado de Arame, no município de Grajaú, a 450 km de São Luís, incendiando moradias e obrigando Humberto de Mello Carneiro, acusado pelo próprio governo do Estado de haver grilado as terras que ocupa, a fugir. A reação dos posseiros, que há muito vinham tendo atritos com Humberto Carneiro, foi desencadeada pela demarca-

ção, pela FUNAI, da área indígena dos guajajaras, ocupadas por eles desde que suas terras foram roubadas pelo grileiro, há mais de 3 anos. A área da fazenda é objeto de uma ação discriminatória promovida pelo estado do Maranhão, que recusou um requerimento de compra apresentado por Humberto, por considerar que se trata de um grileiro que lançou mão de métodos ilícitos para se apossar das terras que ocupa. Humberto convenceu muitos lavradores a venderem suas terras e a mudarem-se para a área dos guajajaras, recorrendo a ameaças e violências contra os que resistiram. Os posseiros já avisaram ao delegado especial do Arame que não vão abandonar as terras ocupadas.



O PROTESTO DAS CRIANÇAS

Portando faixas e gritando suas palavras de ordem, "Abaixo a tirania", "Queremos a melhor professora da Escola" e "Abaixo a Diretora", uma passeata de estudantes saiu às ruas do bairro proletário de Bangu, na zona norte do Rio de Janeiro, dia 25 de agosto. Observados de longe por uma patrulha da PM, 84 alunos do segundo ano primário da Escola Municipal Conselheiro Zacarias de Góes, com idade variável entre 7 e 9 anos, protestaram durante duas horas contra o afastamento da professora Zenite Barreto, a "tia Zenite" determinado pela diretora Marise da Costa Neves por "incompatibilidade com o comportamento do Colégio". Para os pais dos manifestantes, todavia, a medida configurou "um ato arbitrário da diretora, que não admitia o clima de liberdade e respeito aos direitos das crianças". Segundo a mãe de um aluno, Zenite "deixava as crianças irem ao banheiro quando quisessem, ao beberou ro quando tivessem sede" - excessos liberais que teriam provocado seu afastamento. De qualquer forma, os ecos da manifestação chegaram até à diretora do 16º Distrito de Educação e Cultura, Iolanda Spinelli, que dois dias depois promoveu um encontro ao fim do qual Zenite foi readmitida à escola.

ATO DE SOLIDARIEDADE PELOS INJUSTIÇADOS E OPRIMIDOS

Cerca de 6000 pessoas, entre operários, donas de casa, estudantes e professores participaram do Ato de Solidariedade pelos Injustiçados e Oprimidos realizado no dia 18 de setembro no Santuário da Penha em São Paulo. O Ato foi organizado pelo Movimento Justiça e Libertação e apoiado por 20 outras entidades, entre as quais a Pastoral do Mundo do trabalho, a Pastoral da Família, a Ação Católica Operária e os DCEs da USP e da PUC-SP. Logo após o Ato mais de mil pessoas, na maioria estudantes, saíram em passeata can-

tando "quem sabe faz a hora não espera acontecer". Após da primeira faixa que reivindicava "Liberdade de manifestação e organização", os manifestantes foram aumentando e a passeata percorreu diversas ruas da Penha aos gritos de "Abaixo a Ditadura, Abaixo a Sucessão, Queremos eleição, e Povo Unido derruba a Ditadura", até que, no Largo 8 de setembro foi violentamente dispersada com bombas de gás lacrimogêneo e golpes de cassete. Estudantes, populares e jornalistas foram feridos e 58 pessoas foram presas e, segundo a polícia, liberadas após interrogatório. Em nota divulgada no mesmo dia 18, os DCEs de São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Pernambuco e Rio de Janeiro, protestaram contra a repressão à passeata da Penha.

AGUA MOLE EM PEDRA DURA TANTO BATE ATE QUE FURA

Segundo notícia divulgada pela imprensa clandestina revolucionária em julho de 77, em meados de abril, 242 casas de um conjunto residencial em Pernambuco foram ocupadas por desabrigados. Algumas dessas casas estavam inacabadas, sem telhados, esgotos nem instalações elétricas pois a construção tinha sido paralizada em janeiro de 74, quando a empresa responsável sofreu intervenção federal. Fatos como esse já se transformam em rotina numa área onde, segundo os próprios dados oficiais, 250 mil pessoas "têm problemas de moradia", ou seja, não têm onde morar. No conjunto residencial Jardim Europa, no Bairro de Boa Viagem, pelo menos metade dos 145 apartamentos já estão ocupados por desabrigados, assim como no conjunto Castelo Branco, no bairro de Imbiribeira e no conjunto Cidade Tabajara, entre Olinda e Paulista.

POLICIA: TIRO SAI PELA CULATRA

A imprensa clandestina revolucionária noticiou em junho de 77 que os moradores do conjunto habitacional Tiradentes, em Salvador, conseguiram fazer fracassar a ação de despejo apoiada por policiais armados, trazendo para o seu lado os carregadores dos caminhões mobilizados pelo oficial de justiça que comandava a ação. Já há alguns meses que os moradores do Tiradentes, cerca de 200 famílias, vinham sofrendo ameaças de despejo. Uma parte por não haver pago as prestações que, no início, eram de 300 cruzeiros e que, de aumento em aumento, chegaram a 1.500. Outra parte por ter ocupado os apartamentos abandonados pelos que, não podendo acompanhar esses aumentos, renunciaram ao seu legítimo direito à casa própria sem lutar por eles. No entanto, na medida em que cresciam as pressões e ameaças da Casa Forte (que pertence ao grupo econômico presidido pelo atual ministro da Indústria e Comércio, Angelo Calmon de Sá) contra os moradores do conjunto, crescia também a sua disposição de luta, estendendo-se aos moradores que tinham suas prestações em dia. A mobilização do conjunto Tiradentes foi total; formaram-se comissões cujo trabalho correto e bem coordenado resultava, para o movimento, no apoio da imprensa, clero, profissionais liberais e da maioria da população. A vitória contra a ação de despejo impôs uma mudança no enfrentamento

do problema: o governo do estado viu-se forçado a suspender a ação e a regularizar imediatamente a situação de todos.



23 DE AGOSTO UM NOVO "DIA NACIONAL DE LUTA"

Apesar de ter mobilizado aproximadamente 20000 homens nas ruas centrais de São Paulo, a polícia não conseguiu impedir que os estudantes promovessem no dia 23 de agosto, Dia Nacional de Luta com inúmeras passeatas relâmpago simultâneas. Às 17hs, o movimento era intenso no Largo Paissandu quando um grupo de 50 pessoas reagiu à investida de cinco guardas montados correndo em direção à sete de Abril gritando "liberdade, liberdade".

Cinco minutos mais tarde, na esquina da 24 de maio com a Praça da República, cerca de 100 pessoas aos gritos de "abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão" começaram uma manifestação que na Av. São João já contava com mais de 400. Durante toda a passeata os manifestantes distribuíram uma carta aberta à população entre os carros e ônibus parados e do edifício Andraus muitas pessoas aplaudiam e jogavam papéis picados. Só em frente ao cinema Metro, a polícia (já paisana mas, com cassetetes) conseguiu dispersá-los.

De dentro da praça das Bandeiras, completamente tomada pelas tropas de choque e pela cavalaria, saiu às 19,30hs, uma das maiores passeatas realizadas no dia 23. Enquanto a polícia era confundida com os gritos de dois grupos que se colocavam em pontos opostos da praça, os estudantes começaram a subir a rua St. Antônio em direção à Câmara Municipal, onde não havia policiamento, carregando a faixa "abaixo a ditadura". Pouco antes que atingissem a rua da Consolação, a primeira viatura da polícia Militar entrou pela rua Augusta. Os estudantes, ouvindo as sirenes, recomendaram aos carros que não dessem passagem, e a viatura teve que subir pela calçada enquanto era vaiada. Quando a passeata chegou à rua Dr. Vila Nova, foi dissolvida por cinco viaturas da PM que carregavam um pelotão de choque. Os policiais atiraram bombas de gás lacrimogêneo e prenderam 8 estudantes.

À medida em que a polícia ia tomando as praças os es



DIA NACIONAL DE LUTA - S.P.

tudantes iam fazendo novas opções e, assim, às 18h, um grupo de aproximadamente 300 pessoas chegava à praça da República. Sendo dissolvidos, reagruparam-se nas quadras do colégio Ipiranga e leram em coro a carta aberta distribuída à população. A manifestação durou três minutos e foi dissolvida pela polícia.

O esquema policial montado para reprimir as manifestações em São Paulo prendeu dezenas de estudantes (cerca de 100 segundo a Secretaria) e diversos jornalistas (inclusive um da BBC de Londres e outro da UPI).

Em Campinas os estudantes realizaram uma passeata com mais de mil pessoas sendo dispersados por tropas de choque da PM quando se reuniam na praça principal de Campinas. Os estudantes pretendiam fazer a leitura de um manifesto "O Brasil é feito por nós". Estudantes, jornalistas e populares foram agredidos pela polícia e algumas prisões foram denunciadas.

Em PORTO ALEGRE a maior manifestação já realizada desde 68, somente pôde ser dispersada por aproximadamente mil policiais à base de bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e golpes de cassetete em estudantes, populares e jornalistas. Os manifestantes, gritando as palavras de ordem "Liberdades democráticas", "Abaixo a Ditadura", "Soldado da Brigada também é explorado!" e "Povo na rua Derruba a Ditadura", foram violentamente agredidos e perseguidos pela polícia que chegou a invadir o campus prendendo estudantes e populares que aí se tinham refugiado. Durante a manifestação, que durou quatro horas, foram feitas, segundo vários jornais, pelo menos 90 prisões. A Secretaria de Segurança Pública, no entanto, admitiu somente 32 afirmando que os demais já teriam sido liberados.

Em SALVADOR os estudantes realizaram a primeira manifestação sem intervenção da polícia. Antes da passeata, os estudantes reunidos na Escola Politécnica encenaram uma peça onde as suas palavras de ordem eram ditas usando motivos regionais da Bahia, principalmente o canômbé. Preparou-se um enorme despacho para o reitor-capitão e um grande sapo de pano teve sua boca costurada por três mães de santo. Em seguida iniciou-se a passeata com os estudantes levando faixas, cartazes e dois caixões fúnebres para o enterro do reitor da Universidade de Brasília e da Lei de Segurança Nacional. Na praça Castro Alves eles leram o manifesto que condenava "as prisões, torturas e cassações, os atos e leis de exceção, as violências e mortes, a proibição de greve e a Lei de Segurança Nacional.

No RECIFE mais de 1.500 estudantes compareceram à AG convocada pelos DAs e D. C. Es. da UFPE, que contou com a presença de membros do setor jovem do MDB e de



seminaristas do Instituto de Teologia. Duas cartas abertas à população foram aprovadas "para mostrar que existem divergências no movimento estudantil, mas estamos unidos nesse momento".

Em BELO HORIZONTE foi realizada uma concentração seguida de passeata dentro do campus da Universidade Católica, com a participação de cerca de 700 estudantes. Após a passeata eles aprovaram uma carta aos estudantes cujo texto seria divulgado posteriormente.

No RIO os estudantes também realizaram atos dentro dos campus das universidades. Na PUC foram afixados ao jornal mural os trechos do livro de Hélio da Silva e Maria Helena Ribas Carneiro que relatam as torturas e a morte de Stuart Angel e o filme "O Apito da Panela de Pressão" que mostra as atividades estudantis em São Paulo, foi exibido em várias sessões.

Em BRASÍLIA cerca de 500 estudantes compareceram ao ato realizado no Santuário de Fátima, marcando sua participação no Dia Nacional de Luta. A igreja estava cercada por policiais, mas não houve prisões. Os alunos da UNB divulgaram uma carta aos soldados na qual explicam "por que nos colocamos em greve" e afirmam, "nosso movimento tem objetivos claros e definidos, queremos liberdade para discutirmos nossos problemas e buscamos soluções justas para eles. Os soldados são parte do povo brasileiro e, como povo vivem todos os problemas que nos atingem. Por isso pedimos que vocês não se coloquem como meros instrumentos da repressão. Queremos os soldados ao nosso lado, não reprimindo, não amordaçando, nem calando nossa voz, porque gritamos pelos mesmos direitos".

O III ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES NINGUEM NOS TIRA

Depois da primeira tentativa de realização do Encontro Nacional dos Estudantes em junho de 77 em Belo Horizonte, violentamente reprimida pela polícia que chegou a prender 800 pessoas; depois do adiamento para o 2º semestre por causa da desmobilização devido às férias, os estudantes no dia 22 de setembro, realizaram o III ENE, dando um passo importante no sentido da reorganização da União Nacional dos Estudantes. O encontro, inicialmente marcado para o dia 21 de setembro, foi realizado no dia 22, visto que o enorme esquema de repressão montado no dia 21 (cerca de 70.000 policiais foram mobilizados), cobrindo toda a cidade de São Paulo, impossibilitaria sua realização nesse dia.

Dia 21: "Atiramos nos pombos e acertamos nos urubus"

Desde a noite do dia 20 de setembro, véspera do dia marcado para a realização do III ENE a polícia já havia cercado o campus da USP, local onde seria realizado o encontro. Foram também bloqueados outros pontos da capital, tais como a PUC, a Fundação Getúlio Vargas, a Faculdade de Direito, considerados estratégicos pela repressão, além das estradas de acesso à São Paulo.

Diante disso, um grupo de estudantes se dirigiu para o prédio da Faculdade de Medicina, que não estava cercado, lá chegando às 10h. Pouco depois começaram a chegar os

policiais: três caminhões da PM, viaturas C-14, Tático Móvel, policiais militares e femininas, distribuindo-se pela área.

Enquanto policiais à paisana circulavam pelas dependências da Faculdade, os estudantes tentavam contatar a Comissão Justiça e Paz, o Movimento Feminino pela Anistia, o Sindicato dos Jornalistas e o próprio governador Paulo Egydio, visando garantir sua saída sem detenções e sem exigência de identificação.

O cel. Erasmo Dias chegou em frente ao prédio por volta das 13hs e logo em seguida os estudantes colocaram sobre os vidros das janelas uma faixa que reivindicava: "Queremos José Gregori - Mediador!" (José Gregori é membro da Comissão Justiça e Paz da Cúria Metropolitana). A reivindicação foi negada pelo cel. Erasmo Dias dizendo: "Não somos palhaços. Quem faz imposições somos nós".

Os universitários, de braços dados, foram então saindo para o jardim sendo então encaminhados em fila dupla, para as viaturas e camburões que estavam na Av. Dr. Arnaldo. Foram detidos na Faculdade de Medicina 167 estudantes, mas o total geral das prisões realizadas no dia 21 ultrapassa o número de 200.

No RIO DE JANEIRO as principais faculdades organizaram atividades de mobilização dos estudantes para acompanhar os acontecimentos de São Paulo.

Os professores da PUC-SP, da USP e a reitoria da PUC divulgaram comunicados protestando contra o cerco e ocupação militar dos campus universitários.

Já durante a identificação dos presos em São Paulo, entre os quais só apareceram alguns raros estudantes de outros estados, se levantou a suspeita de que os líderes estudantis deveriam estar organizando o III ENE para o dia seguinte ou mesmo para o próprio dia 21 à noite. E o cel. Erasmo Dias, irritado, comentava: "Atiramos nos olhos e acertamos nos urubus".

Dia 22: - "O III ENE foi realizado"

O dia 22 confirmaria essas suspeitas: escondidos em alogamentos pela cidade, os delegados do III ENE programavam o encontro para a sala 225 da PUC, na manhã do dia 22. Como fator de despistamento, as lideranças organizaram várias manifestações durante o dia: às 11hs mais de 1000 estudantes reuniram-se em frente à reitoria da USP, aos gritos de "Abaixo o reitor, já chega um ditador!" e em seguida discutiram a realização de um Dia Nacional de Protesto à Repressão do III ENE. Da USP seguiram para a PUC, onde ao meio-dia começou a Assembléia Metropolitana, enquanto outros universitários promoviam mani-

DIA NACIONAL DE LUTA



PUC do Rio...



Belo Horizonte e...



... em Porto Alegre

festações de protesto em frente à Faculdade de Medicina. Ao final da assembléia, um estudante do DCE livre da USP anunciou que o III ENE tinha sido realizado, com duração de uma hora e meia e a participação de 70 delegados de 10 estados. Na reunião foi aprovada a formação de uma comissão pró-UNE, integrada por todos os DCEs e pelas entidades estudantis e municipais. Essa comissão teria a tarefa de "coordenar as lutas estudantis a nível nacional, fazer propaganda da história da UNE, promover o debate em torno de sua reconstrução, elaborar um periódico nacional, organizar a realização do IV ENE, deliberando sua data e local".

A Assembléia decidiu pela realização, à noite, de um ato público na PUC para festejar a reorganização da UNE e para protestar contra a repressão que tentou impedir a realização do III ENE. Nesse ato público seria lida uma carta aberta à população assinada e emitida pelos DCEs que participaram do III ENE.

A repressão, sempre sob o comando do cel. Erasmo Dias, ciente de que o encontro tinha se realizado e de que haveria manifestação pública, montou um novo esquema repressivo e cercou a PUC.

O ato público começou às 21.30hs e foi interrompido 20 minutos depois. Os policiais, armados de cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, invadiram a universidade. Os estudantes se refugiaram nos três prédios de onde foram violentamente desalojados. Salas foram depredadas, portas arrombadas, móveis e vidros quebrados, livros da biblioteca e documentos do arquivo jogados pelo chão. Mais de 1000 pessoas foram presas e conduzidas em fila indiana ao estacionamento em frente à Universidade.

A Reitoria da PUC manifestou "sua profunda vergonha e indignação" e anunciou que pedirá abertura de inquérito policial. A Associação dos Professores da PUC-SP divulgou um manifesto de repúdio à invasão e ocupação da Universidade.

A direção da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, divulgou um comunicado onde protesta contra o cerco da escola no dia 21.

No dia 23 os estudantes realizaram manifestações em todo o país:

Os alunos da USP decidiram em assembléia com mais de 4000 participantes, entrar em greve por tempo indeterminado até que todos os estudantes detidos fossem libertados com garantia de que não seriam enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A Faculdade de Engenharia Barretos também entrou em greve.

Os DCEs livres da PUC-SP, da USP e da Universidade Federal de São Carlos divulgaram nota em protesto contra

a repressão e ocupação dos campus da PUC, da USP e da FGV. Nessa nota, entregue no dia 22 de setembro a vários jornais de São Paulo, eles convocam "todos os setores empenhados na luta pela liberdade de organização e expressão a participar do Ato Público a ser realizado hoje (dia 22) em frente ao TUCA, às 21hs., à rua Monte Alegre 984. Esse ato tem como objetivo repudiar a ação repressiva sofrida por todos os estudantes brasileiros no dia de ontem e, ao mesmo tempo, reafirmar publicamente nossa luta em defesa da liberdade de organização e expressão a todos os setores oprimidos da sociedade".

Em BELO HORIZONTE os estudantes realizaram um ato público de protesto à repressão e em comemoração à realização do III ENE nas cercanias do Hotel DEL REY, onde estava hospedado o então Ministro do Exército, Gen. Sílvio Frota; além de várias concentrações a passeatas em toda a cidade. A polícia reprimiu violentamente as passeatas utilizando cães, bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral, cassetes, tropas de choque... vários populares foram feridos. À noite os universitários realizaram uma assembléia de balanço onde soube-se que pelo menos 6 estudantes tinham passado pelo DOPS, mas nenhum havia ficado detido.

Em PORTO ALEGRE, os estudantes de Arquitetura, Jornalismo, História, Ciências Sociais e Biblioteconomia da UFRGS, entraram em greve e realizaram nos dias 24 e 25 um fim de semana de vigília, com apresentação de músicas e teatro em protesto à repressão as manifestações estudantis.

No RIO de JANEIRO, os estudantes aprovaram na Assembléia Metropolitana do Grande Rio, realizada na PUC no dia 23 de setembro, a realização de um ato público de protesto contra a quebra da autonomia universitária na invasão da PUC-SP e da USP, contra o enquadramento dos 32 estudantes na Lei de Segurança Nacional e de apoio à Comissão pró-UNE. O ato se realizou no dia 27 de setembro no campus da UFRJ, na Praia Vermelha, com a presença de 300 estudantes que realizaram uma pequena passeata no campus.

MANIFESTO DO DCE SOBRE O III E. N. E.

"Realizamos o III Encontro Nacional dos Estudantes. Avançamos na reorganização de nosso movimento. A comissão pró-UNE já existe para coordenar nossas lutas e conseguir mais forças para colocar na ordem do dia a reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Somos nós, estudantes brasileiros, integrando-nos ao crescimento de um movimento popular, que embora sob o tacão da ditadura militar, está se levantando, travando suas lutas por melhores condições de vida e trabalho e por liberdades democráticas, a pontando como perspectiva a derrubada da ditadura militar, que hoje submete o povo à condição de extrema opressão, exploração e miséria.

"Ontem, 22/09, realizávamos um ato público na PUC, come-

morando nossa vitória pela realização do III ENE e protestando pela intensa repressão que tentou impedir com que ele se realizasse, através de cercos às universidades, invasão da Faculdade de Medicina, e prisão de mais de 200 colegas.

"E a ditadura, através da intervenção das forças policiais, reage. Tenta a qualquer modo impedir que continuemos nos organizando e investe como cães raivosos sobre nós. Centenas de policiais armados com bombas, escudos e casquetes, invadiram o Campus, transformando-o num palco de selvageria e violência, com pancadaria generalizada. Salas de aula foram invadidas, de onde tiraram a tapas alunos e professores. Bombas foram jogadas. Como saldo, muita gente machucada, com escoriações, queimaduras e ferimentos generalizados. Separaram-nos em grupos, como se separa o gado para o corte. E, nos levaram, em mais de 2000 como troféu, para o DOPS, onde colegas nossos sofreram sevícias e 32 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

"E esta reação violenta vem exatamente porque a ditadura militar não suporta o povo organizado lutando por seus direitos. Tenta agora puxar a luta para o enfrentamento direto, terreno que hoje os estudantes e o povo ainda não dominam. Querem recuar com pancadaria e nos provocam para que assim os enfrentemos. Contam com o apoio de autoridades universitárias, como no caso do reitor da USP, que se dizem proprietários da autonomia universitária e chamam tropas para dentro do Campus, transformando-o em verdadeiro campo de caça para a repressão.

"Mas não nos covaremos. Continuaremos a crescer na luta, trabalhando pela reconstrução das nossas entidades maiores, UEEs e UNE. Levantando mais e mais as bandeiras que nos unificam ao povo na luta pela derrubada deste regime de opressão e exploração, na perspectiva de uma sociedade onde o povo governe seus próprios destinos.

"O III ENE ninguém nos tira mais. Mesmo não conseguindo realizá-lo como queríamos, com participação aberta a todos os estudantes, nossos delegados conseguiram se reunir e criar a comissão pró-UNE, desde já um importante instrumento de unidade e luta do movimento estudantil.

"Novamente, não consentiremos! Não nos calaremos!

"Reafirmamos a mesma disposição para a luta que tem garantido o crescimento de nosso movimento, da nossa união e da nossa força.

- PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS COLEGAS PRESOS
- CONTRA O ENQUADRAMENTO DOS COLEGAS NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL
- CONTRA A VIOLAÇÃO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA
- A BAIXO A REPRESSÃO
- A UNE SOMOS NÓS! VIVA A COMISSÃO PRÓ-UNE!
- VIVA A UEE!
- PELA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO!
- POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!

"São Paulo, 24 de setembro de 1977
DCE-Livre Alexandre Vanucchi Leme da USP
Centro Acadêmico Armando Sde Salles Oliveira"



**OS
PARTIDOS
COMUNISTAS
NA
AMERICA LATINA
ANTES DA
REVOLUÇÃO CUBANA**



M. Garcia

**A
PERSPECTIVA
DO PODER :
ENTRE
INSURREIÇÕES
E OS
FRENTES
POPULARES**

A evolução dos Partidos Comunistas latinoamericanos nos anos 30 deve ser estudada dentro do quadro das profundas transformações econômicas e sociais, políticas e ideológicas, que caracterizam o novo período aberto com o desencadeamento da crise econômica que afetou o conjunto do mundo capitalista a partir de 1929.

A Internacional Comunista - e, em especial, seu mais brilhante economista, Eugene Varga -, haviam antecipado a perspectiva de um ciclo recessivo. A partir de uma análise correta, a IC chegava à conclusão marcadamente e com certeza de que a nova etapa da luta de classes ("terceiro período") abriria o caminho para guerras civis e revoluções.

Esta visão catastrofista da conjuntura, que evacuava os dados reais da luta de classe, ocultava o fato de que os anos de expansão capitalista que haviam precedido a crise, somados ao refluxo da revolução mundial, tinham contribuído para o aumento das ilusões reformistas de importantes setores do proletariado.

A Internacional, sacudida por conflitos internos, não foi capaz de compreender o estado real em que se encontrava o movimento operário e atribuía sua baixa capacidade de mobilização unicamente à presença da social-democracia. O corolário foi a equiparação delas ao fascismo e a "tarefa de agudizar a luta contra a social-democracia e, sobretudo contra sua ala esquerda que é o suporte social do capitalismo." (1)

O dirigente do Partido Comunista Alemão e figura importante da Internacional, Thaelmann, afirmava em dezembro de 1931, menos de dois meses antes da nomeação de Hitler como chanceler do Reich: "Agitando o espectro do fascismo hitleriano, a social-democracia busca desviar as massas de uma ação vigorosa contra a ditadura do capital financeiro. Há pessoas para quem as árvores nacionais-socialistas ocultam a floresta social-democrata". (2) Thaelmann morreria num campo de concentração nazi.

Mesmo depois da subida de Hitler ao poder, um porta-voz importante das posições da Internacional Comunista como o jornal francês L'Humanité se permitia escrever: "O estabelecimento de uma ditadura fascista não-disfarçada, dissipando as ilusões das massas sobre a democracia, liberando-as da influência socialdemocrata, acelera a marcha da Alemanha para a revolução." (3)

A IC, e em especial o Partido Comunista Alemão, pagariam um elevado preço por sua política suicida e por sua incapacidade de diagnosticar a natureza do fenômeno fascista. As classes dominantes alemãs em 1933, como em certa medida a burguesia italiana a partir de 1922, delineavam seu projeto para sair da crise.

Este projeto era a contra-revolução mais sangrenta que a classe operária já conheceu, nada mais nada menos que esta "ditadura do capital financeiro" que o PCA e a Internacional detetavam na agonizante república de Weimar.

Somente a partir de 1934, diante da realidade brutal do fascismo na Itália e na Alemanha, confrontada ademais com a proliferação de regimes autoritários na Europa central e com as mobilizações da extrema direita na França e Espanha, é que a Internacional começa a efetivar uma revisão de suas posições, processo que culminaria no VII (e último) Congresso da IC, com as teses sobre as Frentes Populares, em 1935.

O movimento operário viveu nestes anos uma de suas horas mais negras, exceção feita do breve interregno de 1936 na Espanha e França. Em movimentos simétricos a mão

de Hitler começa a estender-se sobre Europa, enquanto que a mão de Stalin se prepara para aplastar os que se opuseram, ou poderiam se opor a seu caminho de derrotas. As vozes da oposição de esquerda que sobraram ficaram relegadas ao papel de profetas. Mas as revoluções não se fazem com profecias.



e a América latina

Os países latino-americanos também foram duramente penalizados pela recessão capitalista. Seus efeitos se fizeram sentir no plano econômico, social e político.

O conjunto das economias do continente era basicamente primário-exportador e, por esta razão, extremamente dependentes de uma demanda que entrava em retração como consequência do ciclo recessivo.

A queda brutal do volume e do valor das exportações de minérios e produtos agrícolas dos países latinoamericanos afeta em forma decisiva sua capacidade de importação.

Sendo o setor exportador o eixo da acumulação capitalista, a sua perturbação tem múltiplas consequências. A paralisação ou diminuição drástica das atividades provoca, como nos países avançados, fenômenos importantes de desocupação e abalam as posições das frações burguesas que, em sua grande maioria, associavam seu papel protagônico na economia a uma função dirigente no aparelho do Estado.

As respostas à crise serão função das particularidades da economia, mas, igualmente, das possibilidades de suas classes dominantes em conduzir à transição a novas formas de acumulação capitalista (na base de "substituição de importações", por exemplo) e a novas formas de dominação política, reforçando a intervenção estatal na vida econômica e social.

Mas a crise de 29 golpeia indistintamente a todos os regimes instalados, provocando a queda de 14 deles no continente latinoamericano.

O governo radical de Hipólito Irigoyen, expressão do peso da pequena burguesia na vida política argentina é deposto por um golpe de Estado que expressa os interesses da oligarquia latifundiária.

No Brasil, o oligárquico Washington Luís não pode passar a presidência a seu delfim Júlio Prestes. A revolução de 30, conduz Getúlio Vargas ao poder e abre um novo ciclo da vida republicana.

No Chile é o populismo fascizante de Ibañez que não resiste ao grave impacto (o maior na América Latina) que representou para a economia nacional a recessão de 29.

A democracia social reinante no Uruguai, cede lugar em 33 à ditadura militar conservadora de Terra.

Em Cuba, uma insurreição popular derruba ao ditador Machado, o "Mussolini Tropical". E a lista continua...



a situação dos partidos comunistas

Já vimos em outro artigo (4) que a presença dos partidos comunistas na vida social e política da América Latina era sumamente discreta. Fora o fato de que em muitos paí-

ses não existia um PC constituído como tal, nos demais se observa a grande fragilidade das organizações que enfrentam graves dificuldades conjunturais.

Este fator será determinante para avaliar o comportamento dos Partidos Comunistas nos importantes acontecimentos que passarão a se produzir nos primeiros anos da década de 1930. As dificuldades orgânicas (e em ligação sem dúvida) se somam limitações políticas: a elaboração programática, estratégica e tática é limitada nos casos nacionais e os primeiros textos sobre a situação global do continente aparecem na reunião dos Partidos Comunistas Latinoamericanos de Buenos Aires, em 1929, e posteriormente no texto Projeto de Teses sobre o Movimento Revolucionário da América Latina (5), de 1930, preparado pela comissão latinoamericana da Internacional Comunista.

A situação interna do PC chileno era de desconcerto. O partido não se havia recuperado do impacto do suicídio de seu dirigente Luis Emilio Recabarren, em 1925. Com o advento da ditadura Ibañez e a repressão levada a cabo contra os sindicatos e o PC, suas filas se debilitam mais ainda. Finalmente, os conflitos no interior da Internacional repercutirão igualmente no PC chileno, levando à formação de dois partidos durante um certo período: um respondendo às políticas da Internacional e outro inspirado nas teses da oposição de esquerda.

Não é surpreendente, assim, o papel deslocado do PC chileno nos acontecimentos da queda de Ibañez e pouco depois na "República Socialista", quando se joga fundamentalmente na atividade de construção de um "soviét" que funcionava na Universidade do Chile, em Santiago, à margem da grande mobilização de massas que se produzia no país. Não é estranho, pois, que esta conjuntura revolucionária tivesse como consequência a formação de um segundo partido operário no país - o Partido Socialista.

São estes mesmos "soviets", calcados artificialmente nas receitas da Internacional que os PCs peruano e cubano vão tentar criar. Em Cuba, como no Chile, esta atividade acaba por dividir objetivamente o movimento de massas. O jovem PC cubano, já privado de dirigentes como Júlio Antônio Mella e Rubém Martínez Villena, se separa das tendências revolucionárias com base não só na pequena-burguesia, mas igualmente em setores do povo. As críticas do PC cubano às políticas revolucionárias de Antônio Guiterras preludeiam uma longa história de colaboração de classes e de afastamento do movimento revolucionário, que perduraria até meses antes da entrada de Castro em Havana, em 1959. (6)

Na Argentina, ademais de debilitado pela defecção de José Penelón, um dos principais dirigentes que enveredou por uma linha "municipalista", o Partido Comunista se desconcerta frente ao golpe de Estado do general Uriburu. Sua oposição sistemática a Irigoyen (a quem havia qualificado de "fascista") levou o PCA a apoiar num primeiro momento o "putsch", só vindo algum tempo depois a dar-se conta (e a sentir os efeitos) do seu caráter sumamente reacionário. A história se repetiria, no entanto.

No Brasil, 1930 colhe o PCB igualmente sem capacidade de intervenção maior no acontecimento que marcaria por um longo período a história do país.

Crítico ao oligárquico Júlio Prestes e à candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, o PC apresenta o operário Minervino de Oliveira como seu candidato à eleição presidencial. A debilidade do PC (mais ou menos mil militantes) e as "particularidades" do sistema eleitoral brasi-

leiro nesta época fizeram com que os resultados desta participação fossem imperceptíveis. (7)

As coisas se complicam, no entanto, para o PCB, na medida em que o ex-capitão Luis Carlos Prestes decide, no seu exílio, depois de rejeitar o comando militar da revolução de 30 que Vargas lhe oferecera e não se dispondo incorporar-se ao PC, lançar sua Liga de Ação Revolucionária, cujo manifesto reflete os pontos de vista do que poderíamos chamar de tenentismo de "esquerda".

Os inimigos do "prestismo" que já se haviam oposto às conversações entre o secretário-geral do PC, Astrogildo Pereira, e o "cavaleiro da esperança" em 1927, aproveitaram a ocasião para desencadear sua ofensiva.

Octávio Brandão, então um dos mais importantes dirigentes do PCB, não hesitara em qualificar a Prestes como o "Chian-Kay-Chek" brasileiro. (8)

O PC do Brasil revelava seu terror pela pequena-burguesia radical, que, no entanto, era considerada como um dos componentes da política de alianças. Mais que uma visão obreirista, no entanto, as suspeitas do PC em relação a estes setores refletia a incapacidade de pequenos núcleos de revolucionários criados à sombra da Internacional Comunista para enfrentar junto às grandes massas, em sociedades que diferiam em muito das europeias, as tarefas da luta anti-imperialista e pela revolução proletária.

Esta atitude, as consequências práticas desta postura se expressariam em múltiplas situações: a relação do PC cubano com Guiterras, antes mencionada; a inserção do PC chileno no episódio da "República socialista" e as conflitivas relações entre os comunistas e Sandino, na Nicarágua.



problemas estratégicos

No projeto de teses posto em discussão em 1930, o Comitê Executivo da Internacional Comunista definia o movimento revolucionário latino-americano como democrático-burguês, "seja pelas condições históricas nas quais se desenvolve, como por seu conteúdo de classe e seus objetivos". (9)

Três classes integrariam o bloco revolucionário: o proletariado, o campesinato e a pequena-burguesia. O documento observa que "transitoriamente" a hegemonia deste bloco está com a pequena-burguesia, o que se explicaria pela "falta de organização, de consciência de classe e de educação do proletariado." Por esta razão, o mais importante "para a realização das tarefas da revolução democrático-burguesa e para sua transformação em revolução proletária (seria) o momento no qual no interior do movimento de massas a hegemonia passa das mãos da pequena burguesia às mãos do proletariado e de seu partido comunista. (10)

Em uma América Latina na qual a burguesia industrial não era mais que a "expressão da luta do imperialismo ianque contra o imperialismo britânico" e onde não existia uma classe burguesa nacional lutando contra o imperialismo e os restos do feudalismo, pelo desenvolvimento autônomo do regime capitalista, a Internacional Comunista propugnava a tática de uma frente única de três classes, na qual o proletariado deveria lutar por obter a hegemonia sem fazer desta a condição de sua adesão.

Esta política, que pretendia oferecer um fio condutor

para a atividade dos PCs no Continente, não conseguia ao entanto reverter a situação de debilidade política e orgânica em que se encontravam e que os impediu nos primeiros anos da década de intervir de forma consequente nas graves comoções sociais e políticas que sacudiram vários países da América Latina. Expressão particular desta debilidade política a aparição em vários PCs (especialmente no chileno) de importantes correntes de esquerda mais ou menos vinculadas às posições de Trotski.

A rearticulação dos Partidos Comunistas e o desenvolvimento importante de alguns deles vai se produzir às vésperas da "grande virada" do VII Congresso da Internacional, quando este se apresentava a sepultar em definitivo as teses esquerdistas do "terceiro período".



a via das insurreições

O período compreendido entre o VI e o VII Congresso da IC na América Latina seria marcado no entanto por dois grandes movimentos insurrecionais que, pela sua natureza distinta um do outro, merecem ser aqui mencionados.

O primeiro deles é a insurreição camponesa, dirigida pelo PC, que se produz em 1932 em El Salvador. O segundo é o intento insurrecional do PCB brasileiro, através da Aliança Nacional Libertadora, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, em 1935.

Os dois movimentos têm conotações bastante distintas que merecem a atenção.

O movimento de El Salvador se produz em estreita relação com o clima de degradação social que a recessão mundial havia produzido na América Latina. Em El Salvador, a crise havia significado, ademais dos impactos sobre a economia cafeeira, uma modificação no sistema de dominação. O governo populista de Araújo, eleito em 1930 por grande votação popular é derrubado por um golpe de Estado que conduz ao poder em 1931 o general Hernandez Martinez. O PC salvadoreño, que apesar de haver sido fundado em 1930, dispunha de uma considerável audiência, decide preparar uma insurreição baseada fundamentalmente no campesinato.

O governo descobre os preparativos e prende os principais dirigentes do PCS, dentre os quais Francisco Farabundo Martí, que desenvolvera intensa atividade revolucionária no Salvador e na América Central, tendo sido inclusive, o mais próximo colaborador de Sandino em sua guerra popular na Nicarágua. O PC decide manter a palavra de ordem da insurreição e a sublevação é esmagada em alguns dias, depois de combates violentos e generalizados. Uma tremenda repressão se desata: mais de 20 mil pessoas são fuziladas, dentre elas a direção do PCS e Farabundo Martí.

Por seu estilo e pelos documentos hoje disponíveis é justo sustentar a tese de que se trata de um movimento decidido pelo PC salvadoreño, sem orientação e talvez mes

mo conhecimento da Internacional, e aproveitando a dinâmica explosiva das massas golpeadas pela crise econômica e social. Ligada ou não às orientações da Internacional, a insurreição de 32 se inscreve em grande medida na lógica da política da IC para este período.

O mesmo não pode ser dito em forma tão categórica em relação ao Brasil. A "insurreição nacional libertadora" de novembro de 1935, se faz em estreita relação com a Internacional. Moscou envia mesmo seus homens ao Brasil para impulsioná-la política e militarmente.

Em primeiro lugar está a volta de Prestes ao Brasil depois de um período na URSS. Este Prestes que havia partido anos antes recém reconciliado com o PC, mas ainda alvo de grandes suspeitas por parte da direção, retorna pouco antes da insurreição, coberto pela proteção da Internacional, em cujo Secretariado Executivo havia participado. Prestes, que não era militante do PCB quando partiu de seu exílio de Montevideú para a URSS, volta para incorporar-se à direção do Partido e ser presidente da ANL.

Mas a Internacional envia igualmente Rodolfo Ghioldi, segundo personagem do PC Argentino, que, como vimos no artigo precedente era o veículo fundamental das políticas da IC no Continente. E envia, ainda, Arthur Ewert, que no Brasil ficará conhecido como Harry Berger, dirigente do PC Alemão que, segundo indiscrições, para fazer uma "cura de esquerdismo" nos trópicos.

A insurreição de 35 no Brasil, contrariamente à de 32 no Salvador, não tem características de um movimento de massas, ainda que a base popular do PC e, especialmente da ANL fosse considerável. Trata-se, no entanto, de um movimento de "quartéis" no qual parece dar-se uma simbiose dos métodos "tenentistas" de luta dos anos 20, com algumas das receitas contidas na Insurreição Armada, de Neuberger (12)

O que surpreende mais ao observador, no entanto, é o contexto político internacional dentro do qual ela se efetiva. Desde 1934, a IC já esboçava sua linha frentista, que seria finalmente aprovada no VII Congresso, em julho de 1935. A persistência de uma linha insurrecional, meses depois da aprovação das teses sobre as frentes populares, não pode ser explicada apenas por problemas de comunicação.

Meses depois da realização do VII Congresso da I. C., o Partido comunista Argentino realizava a chamada Conferência de Avellaneda (outubro 35) na qual se fazia um chamado à União Cívica Radical, ao PS, ao PDP, à CGT e outras organizações para a formação de uma Frente Democrática, versão nacional da política definida em Moscou pouco antes. (13)

Tendo em vista o papel que o PCA desempenhava na coordenação dos PCs latinoamericanos e a presença no Brasil do nº 2 dos comunistas argentinos, Rodolfo Ghioldi, que seria inclusive detido depois do fracasso da insurreição, é pouco provável que a insurreição tivesse sido implementada à revelia, ou sem o conhecimento da Internacional.

Pode-se argumentar, é evidente, que o programa da ANL não era no substancial distinto daquele que a política da IC recomendava para os PCs, mas é evidente que a forma insurrecional introduzia um elemento pouco compatível com uma estratégia que seria aplicada exclusivamente pela via eleitoral.

Assim, podem parecer incompatíveis a coexistência em um mesmo período das políticas frentistas tentadas e/ou

implementadas com maior ou menor êxito pelos PCs Argentino, Peruano, Colombiano, Cubano e, com resultados satisfatórios, pelo PC chileno (eleição de Pedro Aguirre Cerda à presidência em 1938) com a linha insurrecional, residual do "terceiro período" que alentou os insurretos de Natal ou da Praia Vermelha.

Em um período obscuro da história do PC brasileiro, que se tornaria mais obscura ainda no que vai de 35 a 43, a insurreição poderia corresponder, como sugere o depoimento de um renegado como Eudóximo Revines (14), a uma pugna no interior da Terceira Internacional que teria permi-tido o ensaio de duas linhas no continente latinoamericano: a insurrecional do PC brasileiro e a eleitoral, um pouco mais tarde, mas a esta altura já em gestação, do PC chileno.

O aplastamento da insurreição de 35 põe fim, no entanto a um período importante da vida do comunismo na América Latina. A estratégia das frentes populares abria o caminho da colaboração de classes, cujo ápice seria atingido no final da segunda guerra e nos primeiros meses do pós-guerra, sob a inspiração da política impulsionada pelo partido comunista dos Estados Unidos da América.

NOTAS

- (1) Stalin, em abril 1929. Citado por Fernando CLAUDIN, Le crisi del movimento comunista - De la Komintern al Kominform, Pag. 120, Ediciones Ruedo Ibérico, Paris, 1970.
- (2) Citado por Dominique DESANTI, L'Internationale Communiste, Pag. 175. Payot, Paris, 1970.
- (3) Op.cit. Pags. 175-176.
- (4) M. Garcia, Sob o signo da "bolchevizacao", Cadernos de CAMPANHA nº 7, pag. 23.
- (5) La Correspondance Internationale, nº 10, pag. 102 e nº 11, pag. 112. Viena, 1930.
- (6) Severio TUTINO, L'Octobre cubain, François Maspero, 1969.
- (7) Edgard CARONE, A Republica Nova (1930-1937), Pag. 236, JIFEL, Sao Paulo, 1976.
- (8) A Classe Operaria nº 96 (agosto de 1930), reproduzida por Leoncio BASBAUN, Historia Sincera de Republica, Tomo 2, Pags. 304e segs. Editora Fulgor, 1968.
- (9) La Correspondance Internationale, nº 10, 1930, pag. 102.
- (10) Ibid.
- (11) Sobre os acontecimentos de 1932 em El Salvador, ver Jorge ARIAS GOMEZ, Farabundo Marti, Editorial Universitaria Centroamericana, Costa Rica, 1972 e o livro de Roque DALTON, Miguel Marmol, los sucesos de 1932 en el Salvador, Editorial Universitaria Centroamericana.
- (12) Sob o pseudônimo de A. Neuberger, a Internacional Comunista reuniu textos de Pietriuski, Togliatti, Tukhatcevsky, Ho Chi Minh, entre outros em um livro denominado A insurreição armada (existe uma edição em espanhol: Ediciones EL REBELDE, Santiago de Chile, 1972).
- (13) Esbozo de Historia del Partido Comunista Argentino, Pag. 82, editorial Anteo, Buenos Aires, 1948.
- (14) The Yenan Way, Charles Scribner's Sons, N.Y., 1951.

PLANO DE ARTIGOS

O texto acima faz parte de uma série de artigos, intitulada "OS PARTIDOS COMUNISTAS NA AMERICA LATINA ANTES DA REVOLUCAO CUBANA", escrita pelo camarada M. GARCIA e que começou a ser publicada a partir do nº 4.

1. Plano de estudo e introdução. (C. DE CAMPANHA nº 4);
2. Condições de emergência do movimento operário latinoamericano: problemas historicos e metodologicos; (nº 5);
3. A formação dos Partidos Comunistas Latinoamericanos; (C. DE CAMPANHA nº 6);
4. A Internacional Comunista e a "bolchevização" dos PCs latinoamericanos; (C. DE CAMPANHA nº 7);
5. Os PCs latinoamericanos e a perspectiva do poder: entre insurreições e as Frentes Populares;

A ser publicados:

6. O ultra-democratismo "browderista";
7. A guerra fria

**DOSSIER
ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE
parte 1**

DEBATER A CONSTITUINTE

Assembléia Constituinte palavra mágica, que se ouve, se lê e se sussurra em todo o país com diferentes tons e principalmente com diferentes conteúdos.

Do ponto de vista popular, a palavra de ordem de Assembléia Constituinte, surge como uma "resposta imediata" à falta de liberdades políticas para o povo. Os que a levantam deste ponto de vista, pensam que, dada a situação insuportável de opressão e de miséria populares, não tendo os trabalhadores condições de impor o seu poder, trata-se de aceitar e mesmo impulsionar esta palavra de ordem como uma solução prática, possível e imediata.

Estes setores se reforçam, no fato de que a crise das classes dominantes, e o descontentamento crescente (ainda que embrionário), principalmente da pequena burguesia, oferecem uma imagem de fim de reino. Alimentando-se ainda no fato de que setores importantes das classes dominantes abrem a discussão sobre temas como "fim da situação de excessão", "descompressão", "abertura", "estado de direito"; e que tomam mesmo iniciativas buscando institucionalizar o regime.

A partir destes fatos e desta análise é que estes setores do movimento popular, em particular da pequena burguesia, tem feito eco dos chamados à Assembléia Constituinte, e que um amplo debate sobre este tema se desenvolve dentro destes setores. Do mesmo modo o MDB vem buscando tomar a iniciativa no cenário político através de sua "Campanha Popular pela Constituinte".

Por último, é o próprio governo que visa dar a sua "resposta imediata" e recuperar a iniciativa. Recentemente o líder da Arena José Bonifácio, e o próprio presidente Geisel (dia 2 de dezembro), deram declarações se propondo a acabar com os atos e a situação de excessão (fim dos Atos, Decreto 477, Restabelecimento do Habeas Corpus para crimes "políticos" mas não subversivos, etc...) e reformar a Constituição dando ao país uma nova legalidade (que introduza instrumentos de defesa do Estado), restabelecendo

assim o "Estado de Direito". Com isto o governo busca neutralizar e recuperar a agitação sobre a Constituinte e pelo "Estado de Direito".

Os revolucionários não acreditam que se possa obter "respostas imediatas" (o que não quer dizer que não se lute pelos interesses imediatos do povo) quando o povo oprimido (e em particular os trabalhadores) não estão organizados e mobilizados de uma maneira independente. Por isto centram suas atividades no sentido de acumular forças para a alternativa dos trabalhadores.

Mas nem por isto se omitem deste debate. Ao contrário, entendem que só participando nele (como complemento ao desenvolvimento das lutas de massas), é que poderemos impedir que as manobras da ditadura e das classes dominantes envolvam setores populares legitimando uma institucionalização do regime, seja através da reforma da Constituição, seja pela via de uma Assembléia Constituinte (com a convocação de eleições) ou com a transformação do atual parlamento nela).

Do mesmo modo é fundamental participar e desenvolver este debate, para que contribuamos a que se dissipem as ilusões da pequena burguesia de dar "respostas imediatas" que na atual situação podem ser outras que as respostas dos setores que têm forças para dá-las (as classes dominantes e o exército) ou as de fazer apelos a estes setores para que "democratizem o país".

Para contribuir neste debate é que procuramos organizar um dossier sobre Assembléia Constituinte colocando as posições dos Partidos Oficiais, de intelectuais e estudantes, das Organizações clandestinas, além de um texto teórico sobre "A Constituinte em Lenin".

O fato de ter resultado em um material demasiado volumoso, nos obrigou a dividir este dossier em 2 partes: 16 páginas neste número com posições dos partidos oficiais, intelectuais e estudantes (1) e no próximo número de Cadernos de Campanha será publicado a posição das Organizações de esquerda Clandestina e o texto teórico sobre Lenin (2).

NOTAS

(1) A parte de intelectuais e estudantes foi retirada de uma publicação sobre Assembléia Constituinte que foi apreendida pela Censura. Utilizamos somente os elementos mais representativos, devido ao grande volume de material desta publicação feita pela Editora do Jornal Movimento, e por que o fato de publicá-la em conjunto não faria com que esta amostragem fosse menos parcial (já que ela é escolhida em função dos critérios e da política daquele jornal, o que pode inclusive ser visto pelo caráter das perguntas feitas aos entrevistados).

(2) No Cadernos de Campanha n° 7 e neste número podem ser encontrados textos sobre a Constituinte dos camaradas do MR-8 e do MEP.

o "líder da oposição"

(Ulisses Guimarães)

"Não. Nos não iríamos marchar para uma idéia que significasse a negação da Revolução, sua derrubada. Evidentemente, não teria propósito. Mas há realmente muitos que dizem que a Constituinte seria o fim da Revolução. Não vejo por que. Eu diria que ela poderia ser, isso sim, a restauração dos princípios que inspiraram o Movimento Revolucionário de 1964. Veja que a Revolução não foi deflagrada contra a Constituição vigente em 1964. Ela surgiu para defender e aprimorar essa Constituição."

A POSIÇÃO DOS PARTIDOS OFICIAIS

A NOTA OFICIAL DO MDB

A CONSTITUINTE
É A VOZ DA NAÇÃO
QUE HÁ DE SER OUVIDA

O MDB dirige-se à Nação para dar-lhe conhecimento das razões que o levaram em convenção nacional, a clamar o povo brasileiro para participar de um amplo e patriótico movimento em prol da convocação de uma Assembleia Constituinte.

Treze anos de governo de exceção deformaram nossas instituições jurídicas. A Nação está submetida ao arbítrio. A consequência é o caos institucional: o poder político perdeu em legitimidade e a ordem econômica hipertrofiada degenerou-se na inflação. O endividamento externo compromete nossa soberania; persiste uma das mais cruéis concentrações de renda que o mundo reprovava e a ordem social injusta apresenta aspectos de desumana desigualdade, com crescentes e alarmantes índices de pobreza, doença e mortalidade. Mais sombria é a conjuntura já condenada pela vocação legalista de nossa gente na síntese de Pontes de Miranda de que na "Constituição de 1967 há mais subversividade do que revolucionariedade".

O Estado de tal forma se divorciou da Nação, que esta, angustiada e oprimida, clama numa só voz para que lhe devolvam os instrumentos de sua segurança, estabilidade, harmonia e desenvolvimento.

O Governo não pode continuar surdo e contra 80 por cento da população que clamam por liberdade e democracia, conforme o testemunho insuspeito de recente pesquisa de opinião pública.

O Governo, ao mesmo tempo que se autopromove e se julga certo e infalível, julga errados e condena o MDB, os juristas, a imprensa, a Igreja, os estudantes, os trabalhadores, as donas de casa, o empresariado, os esportistas, a sociedade enfim, que através de manifestações inequívocas,

reiteradas e ostensivas quer substituir a tutela pela participação, o AI-5 pelo império da lei e a oligarquia do voto indireto pela democracia do sufrágio pessoal universal e secreto.

A ordem material, quando não tem a assegurá-la a norma jurídica e democrática, gera o imobilismo, os privilégios, a corrupção e a alienação. Acrescente-se a frustração da dignidade cívica, que reduz o cidadão livre a um rôbô despersonalizado e transforma o povo, de sujeito, em objeto do Estado.

As revoluções que só se sustentam na força e na repressão erigem a segurança do Estado como fim supremo e último da organização política. Eis uma concepção totalitária do poder. Os valores eternos e insubstituíveis da liberdade, da justiça e dos direitos do homem não podem ser eliminados pelo Estado. A Nação é mais forte do que os governos que querem oprimí-la.

Quando na vida de um povo esse estágio de deterioração se verifica, quando se invertem as hierarquias e prioridades; quando é evidente a quebra de todos os liames que legitimam o pacto social, urge romper o impasse institucional dentro da ordem e para assegurar a paz apelando para as razões históricas da Nação, para as aspirações de sua tradição jurídica e para suas virtudes inatas de cordialidade e conciliação. Só assim a marcha para o progresso e a civilização será feita sem traumatismos, sem desvios e sem procrastinações, que são imperdoáveis concessões e cumplicidade com o subdesenvolvimento. São inaceitáveis tanto a repressão violenta que humilha e degrada, como a vingança da desforra ou a narquia irresponsável da permissividade, sem mecanismos de defesa do Estado.

A representação nacional, emanção livre da vontade do povo, enunciada nas urnas, sendo a mais alta expressão de seu poder soberano, é o meio legítimo e natural para, através do consenso, dirimir os conflitos, corrigir as injustiças, eliminar confrontos e encontrar os pontos de convergência para a definição de novos rumos.

O Brasil, reconciliado e fortalecido, sem vitoriosos arrogantes e prepotentes, nem vencidos e punidos até na família, precisa reencontrar-se com os objetivos permanentes da Pátria. É a Constituinte. A Constituinte é a voz da Nação que há de ser ouvida. É a presença da Nação que não pode continuar ignorada.

Dividido contra si mesmo, o Brasil perecerá na violência ou se degradará sob os horrores de uma ditadura, alternativa que cumpre evitar com a restauração do poder democrático. Tanto mais urgente se faz tal reabilitação, quanto é certo que, com as atuais estruturas de poder, o País se tornou ingovernável.

Do nefasto e longo arrolamento de desacertos e agressões ao Estado de Direito ocorridos no Brasil, rememorem-se os mais recentes:

- A lei eleitoral não pode ser desmoralizada em expedientes de continuismo, para a calamitosa imposição de governadores e senadores.

- Fechar o congresso, ainda que temporariamente é afronta ao povo do qual é seu legítimo representante.

- A imprensa, o rádio e a televisão não pertencem ao governo. Mas à Nação, para ser esclarecida e não iludida.

- A oposição não pode ser proscribida do direito de pelas urnas ser governo, ser combatida como inimiga, nem expulsa dos meios de comunicação para que não exerça seu ofício de fiscalizar, criticar e denunciar.

- O salário é a sobrevivência do trabalhador, insusceptível de ser confiscado, inclusive pela adulteração de índices de custo de vida, como espantosamente vem de ser revelado.

- O endividamento e a descapitalização corroem a vitalidade das nossas empresas, e o processo de desnacionali-

zação da nossa indústria se acentua, contra o protesto quase diário de empresário brasileiro.

- A criminosa gestão de instituições financeiras não pode permanecer durante anos imune à fiscalização, para que a ação governamental, quando afinal surja, seja para a sangria de bilhões de cruz eiros, pagos por um povo, sem poupança e sem salário.

O ônus do combate à inflação e da dinâmica do desenvolvimento, não pode recair opressivamente sobre as classes média e obreira, enquanto se estratifica a concentração de riqueza, acumulam-se privilégios e a impunidade tributária premia o consumo supérfluo ou suntuário.

- A Assembléia Nacional Constituinte é a solução global e não casuística, imposta pela lógica, política, pela coerência, pela integração dos ideais e dos interesses de todos na Nação e no Estado, que pertence a todos e não a privilegiados.

- A anistia é o esquecimento, cobrindo o passado e o presente, é o estuário cristão da reconciliação, para que os brasileiros deixem de lutar entre si e se irmanem no objetivo de salvar o país da inércia, do pauperismo, da doença e do analfabetismo, pois só assim vencerão o desafio da presente geração.

O Movimento Democrático Brasileiro prega uma Constituinte abrangente e não discriminatória. Não admitirá que se degrade em foco de subversão ou de intranquilidade, que se negue degenerando-se em mensageira do ódio ou esclerosada no saudosismo.

A Oposição é a institucionalização do debate, pois vive da controvérsia. Para ele tem o limite de suas normas programáticas, sem desfigurar-se perante a opinião pública.

Chegou a hora da paz.

Paz na lei, paz com liberdade, paz com justiça social, paz a favor do homem, não destruidora do homem.

Para o Brasil e os brasileiros, democracia é o nome político da paz e a Assembléia Nacional Constituinte é o único fórum capaz de escrevê-lo.

A RESPOSTA DA ARENA

A nota da Convenção Nacional do MDB pretende justificar o movimento pró Constituinte e, contudente e contraditório, investe contra o regime e a Revolução. A Oposição se vale de alguns conceitos incontestáveis, mas os aplica mal, esquecida de que há 13 anos, em consequência da agitação, tropelias e desgovernos, chegamos a quase 100% de inflação e o país no caos.

Pretende ignorar que, sob a Revolução, a proteção do Estado aos trabalhadores, perdeu o sentido paternalista e foi despojada de nódos do peleguismo, que caracterizavam o falso trabalhismo. A previdência social universaliza-se, estendendo-se a todas as classes. Protege, agora, o campo, o sexagenário, já não morre mais à míngua, para não falar no Plano Nacional de Habitação, cada dia mais aperfeiçoado, atendendo às camadas sociais mais pobres, às quais chegam, também, as campanhas de saúde pública contra as endemias.

As bolsas-de-estudo liberalizam o acesso de todos à educação superior, assegurando a democratização do ensino, e consequentemente, da sociedade brasileira. Os au-

mentos de salários são concedidos em níveis superiores aos da inflação. É a sensibilidade dos Governos da Revolução para a justiça social, que constitui um desafio permanente ao nosso trabalho de aperfeiçoamento da política sócio-econômica da Nação.

Os desníveis de renda ainda persistem porque não podem constituir solução de apenas um Governo, mas do esforço conjugado e constante de uma política de longo prazo, voltada para o homem, como a consagrada política nacional de desenvolvimento.

Ao chavão, sempre repetido, de que o governo está em divórcio com a Nação, respondemos com o mais eloquente argumento - das urnas. Estas, nas últimas eleições, confirmaram em votação consagrada, a confiança do povo na Revolução e no seu Partido.

A Arena, com o apoio do governo, vem abrindo o mais amplo debate visando o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Não condena, como proclama a nota, aqueles que, com espírito construtivo, opinam e trabalham voltados para o mesmo objetivo.

Não aceita o sectarismo, que obstrói os caminhos; rejeita o radicalismo, que exclui o debate amplo. A Revolução de 64 tem a força de poder indispensável à realização dos fins de Estado, mas nasceu do apoio decidido do povo e se vem sustentando, não na força, como diz, facciosamente, a nota, mas no reiterado voto do povo expresso nas urnas.

A Arena crê no aperfeiçoamento das instituições, inspiradas nas "virtudes inatas da cordialidade e conciliação" do povo brasileiro e, neste sentido, vem pregando, e estenderá a sua pregação a todos os setores e classes que pretendam colaborar com o desenvolvimento social e político da Nação.

"A representação nacional, emanada livre de vontade do povo, enunciada nas urnas, sendo a mais alta expressão de seu poder soberano, é o mais legítimo e natural, para, através do consenso, dirimir os conflitos, corrigir as injustiças, eliminar confrontos e encontrar os pontos de convergência para definição de novos rumos".

E porque estes são conceitos inatacáveis é que não queremos demitir o Congresso Nacional, frustrando-lhe as atribuições e os poderes de sua incontestável função Constituinte. Fazê-lo é dividir o país.

"Dividido contra si mesmo, o Brasil perecerá na vida ou se degradará sob os horrores de uma ditadura" - convém repetir a nota. O MDB a prevê e nós lutaremos contra ela. Impõe-se, por isso, um amplo movimento de entendimento entre os políticos, o Governo, todas as classes, em busca do consenso, para aprimorar "as estruturas do Poder".

A Constituinte é um apelo eleitoral, não é uma solução. A solução está no entendimento, com o apoio do Governo e em torno do Congresso, o qual poderá expressar, legitimamente, o consenso geral da Nação. O MDB não alcançará seus objetivos como a agressão inútil ou a negação sistemática de todo um acervo construído ao longo dos 13 anos.

Muito menos logrará êxito se pretende ignorar a expressão da força da maioria que representamos e do Governo a que somos solidários. Tão confusos são os seus objetivos, que é difícil caracterizá-los, impondo-se mais uma transcrição da nota oposicionista:

"O MDB prega uma Constituinte abrangente e não discriminatória. Não admitirá que se degrade em face da subversão ou da intranquilidade, que se negue, degenerando-se em mensageira do ódio ou esclerosada no saudosismo".

A Constituinte é o confronto sob os disfarces daqueles que anunciam a paz, mas sabem que vão provocar a guerra.

A POSIÇÃO DOS INTELECTUAIS

Florestan Fernandes

Na minha opinião, é incompatível convocar uma Assembléia Nacional Constituinte mantendo-se o regime com o controle do sistema de poder. As duas coisas não podem andar juntas. Para uma Assembléia Nacional Constituinte ser convocada, é necessário que haja um mínimo de liberdade política, para que os movimentos políticos possam mobilizar suas forças e para que a representação possa ter eficácia. Sem a eficácia da representação, a Assembléia Constituinte é uma ficção. De modo que, no Brasil de hoje, não existem condições para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Seria preciso um trabalho político preliminar, de transformação da situação política existente, para que isso se tornasse possível.

A esse elemento essencial tem se dado pouca atenção. O debate até agora girou em torno de quem é contra e de quem é a favor da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, quando, na verdade, deveria girar em torno da criação de condições que eliminassem a existência do próprio regime ditatorial. É claro que essa é a maneira correta de pôr a questão. Aqueles que defendem a convocação de uma Assembléia Constituinte, que meios teriam de forçar a imposição de um regime no qual a maioria pudesse realmente usar um sistema representativo em nome da própria maioria, e não como uma farsa?

Alguns setores da oposição têm avançado na formulação do problema, defendendo uma Assembléia Constituinte livremente eleita, democrática e soberana, antecedida de uma série de trans-

formações, como por exemplo, total liberdade de organização partidária, total liberdade de expressão, uma anistia ampla a todos os presos políticos, exilados e banidos.

O problema está corretamente equacionado. O problema é que essas forças não são suficientemente vigorosas para impor tais condições. Eu não acho que até agora o governo tenha sofrido um solapamento tão amplo de suas bases de sustentação civil para que precise fazer concessões tão profundas à pressão democrática. De modo que a pressão democrática se esgota no vazio. O melhor exemplo disso é que as últimas medidas do governo foram tomadas à revelia do Congresso, contra o Congresso, e no Congresso nenhuma das forças existentes - que representam as várias posições eleitorais dentro da conjuração do poder - se manifestou de uma forma corajosa. Não houve realmente uma oposição que se pudesse dizer-se capaz de sair dos muros do Congresso e atingir a opinião dos representados.

Nas análises que tenho feito, já salientei que a idéia da Constituinte, partindo-se das condições concretas em que nós estamos - não adianta nada pensar nas condições ideais, mesmo de uma democracia burguesa - embora se defronte com uma repressão feroz tem a seu favor a irradiação incontável daquelas contradições. A convocação de uma Assembléia Constituinte, a partir das condições concretas existentes, pode oferecer às forças que detêm o controle sobre o poder a possibilidade de uma autolegitimação política pela via constitucional. Convocar uma Constituinte ou transformar um Congresso, nas condições em que são eleitos os nossos deputados e senadores, em uma Constituinte, é dar ao governo a possibilidade de moldar a Constituição que lhe convém; nada pode impedir que ele incorpore à Constituição todos os atos e leis de exceção, através dos quais seus "poderes excepcionais" têm se mantido. A Constituição outorgada poderia ser substituída por uma Constituição "consagrada", por uma suposta "entidade representativa". Em suma, o governo poderia usar um Congresso transformado em Constituinte para criar uma Constituição esdrúxula, e por aí alcançar o que os paladinos da contra-revolução entendem por institucionalização.

Não obstante, as forças contra-revolucionárias são tão conservadoras, tão reacionárias que temem até esse passo, porque sabem que não é possível iniciar um processo político como esse sem criar certas garantias fundamentais, sem criar certas aberturas cujos desdobramentos são imprevisíveis. Daí o seu terror diante da idéia de uma Constituinte.

Passemos às vantagens da palavra de ordem Constituinte. A mais importante delas é que muitos círculos que pertencem à restrita sociedade civil que dá apoio ao regime, o debate político evidenciaria que o país precisa de uma revolução democrática - mesmo de uma revolução democrática contida pelas contradições do capitalismo dependente pela associação da burguesia local, diretamente e através do Estado, com as corporações multinacionais e moderno tipo de imperialismo. Para mim, trata-se de um mero ponto de partida. Grupos e círculos sociais que temiam o combate direto aos atos institucionais, ou fogem à luta aberta por uma revolução democrática, mostram propensão a aderir ao que lhes parece uma "evolução gradual". A insatisfação que se tem evidenciado de tantas formas poderia ganhar cunho e crescer, acabando com o presente imobilismo e com o beco sem saída em que se acha o "sistema". Portanto, a palavra de ordem Constituinte não deve ser boicotada. Ela aguça contradições que impregnam o sistema político brasileiro e abre perspectivas para que novas forças sociais sejam mobilizadas para a oposição, que assim perderia o caráter de oposição

consentida, já que tenderia a crescer como uma oposição a um regime de força, arbitrário e de exceção. Quer se parta da existência ou não de certas condições ideais para que uma Assembléia Constituinte possa ser implantada, quer se parta de condições concretas, o fato é que a implicação vem ser a mesma. Se o governo pode usar as condições atuais para impor uma Constituição a seu bel prazer, arrancando a institucionalização de um Congresso espúrio, também pode ocorrer que, no próprio processo de convocação desse Congresso, surjam forças que coloquem a necessidade da revolução democrática em outros termos. Nesse caso, a palavra de ordem Constituinte contém uma significação política positiva, porque ela é mobilizadora, não apenas no sentido da crítica; pois ela poderá erigir-se no ponto de partida da oposição que irá além daquilo que é concedido dentro das regras do jogo.

Não lograremos, de imediato, uma democracia de participação ampliada. Porém, sem destruir o regime vigente nunca poderemos chegar lá e, ainda menos, orientar a revolução democrática na direção dos interesses sociais e políticos da maioria dos despossuídos. O regime caiu em sua própria armadilha. Ele não só enfrenta um impasse econômico, político e social quase completo, ele não tem como reciclar as baterias. Para ele, seria muito melhor essa saída, que se oferece dentro da ordem, a partir da palavra de ordem Constituinte, a uma saída diversa que desencadeará a tão temida "contestação" e o tão malsinado "revanchismo". E claro que este impasse não se faz sentir de uma maneira que cause pânico às forças contra-revolucionárias. Contudo, na medida em que os impasses se agigantavam, o que se pode esperar é que as forças que antes apoiavam o governo vão se tornar neutras em relação ao regime e, em seguida, tenderão a se opor a ele (aliás foi o que já sucedeu em relação ao Estado Novo) e é previsível que irão encontrar um forte apoio na maioria insatisfeita da nação, deslocando o eixo de gravitação política da sociedade civil.

De outro lado, um forte setor mais conservador do MDB teme que essa palavra de ordem desencadeie um processo político incontrolável a partir de cima, com uma possível radicalização das "ultras". Na verdade, o Brasil se parece com um vulcão extinto que volta a explodir. A Constituinte pressupõe a mobilização dos vários setores da população que até agora foram expurgados do processo político ou são apenas tolerados como parceiros manietados, como acontece com o operário, o estudante, o intelectual, o camponês, etc.

Algo precisa ser esclarecido: o Estado de direito. Muitos dos debates que estão surgindo em torno do Estado de direito implicam a idéia de que já tivemos um Estado de direito no Brasil. Nós tivemos, realmente, um Estado de direito, em termos de prática política? Nunca o tivemos, porque a primeira vez em que surgiu a possibilidade de passarmos de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, entre 1945 e 1964, eclodiu o processo contra-revolucionário mais violento da história da República. Nesse período, o aparecimento de uma democracia de participação ampliada quase se implantou no país. Todavia, os chamados "donos do poder", minorias localizadas estrategicamente nas várias estruturas da sociedade brasileira, barraram a consolidação do Estado de direito.

De fato, nunca superamos, o estado de uma democracia restrita; permanecemos como uma África do Sul ou como uma Rodésia de maneira disfarçada, embora o problema não se coloque em termos de dominação racial. O seu eixo é social, quer dizer, a concentração social de poder, de riqueza, de controle do Estado, isto é, do poder político estatal. O que se presume hoje é que se deveria criar um Estado de direito dotado de eficácia política, o que é muito pouco provável na conjuntura mundial, porque nas condições atuais, por motivos econômicos, sociais e políticos, a necessi-

dade básica das nações que estão no centro da dominação capitalista é a estabilidade política na periferia. É por isso que se torna muito difícil instaurar na periferia um estado de direito eficaz, mesmo no sentido da construção de uma democracia burguesa; e é por isso que os poucos países que fugiram dessa situação saíram dela através de revoluções que não são democrático-burguesas, mas são proletárias e socialistas.

O problema central não é propriamente o de se chegar o mais rápido possível a uma Assembléia Constituinte. Uma coisa é lutar por uma palavra de ordem, outra coisa é lutar pela implantação de uma nova realidade. O problema central, hoje, é dominar a força do regime, impedir que tenha iniciativa política, que seja capaz de manter o controle total da situação.

Quando se atingiu o clímax da discussão, que deveria ser a distensão, a partir de dentro, a partir do centro do chamado "Sistema", ocorre uma neutralização de todas as forças que podiam criar as bases para um salto na direção de um regime democrático, mesmo burguês e conservador. Por isso, o eixo está na mobilização da oposição. É preciso que a oposição saia do imobilismo em que ela se encontra, que se libere do consentimento, que destrua o cabresto. Enquanto a oposição aceitar o cabresto, enquanto nós tivermos um partido de oposição que aceita ser a fonte de legitimidade de um regime e de exceção, através desse partido nós nunca chegaremos a uma Assembléia Constituinte. Em suma, impõe-se recorrer à desobediência civil a que são estabelecidas pelo regime.

Portanto, o problema está no desmoroamento da base de poder civil com que conta esse regime. Enquanto não ocorrer esse desmoroamento, a palavra distensão não tem sentido, e ela só significa "institucionalização".

O problema central da discussão da democracia nesta fase do século XX é muito menos a idéia da liberdade individual, do idealismo liberal, do que a igualdade social e da democracia socialista. Portanto, para aqueles que se colocam dentro de uma posição da defesa efetiva da revolução democrática, o problema central é a luta contra a contra-revolução, e a palavra de ordem Constituinte só tem sentido na medida em que ela vise, de fato, deter e derrotar a contra-revolução. Eu sou socialista e não me adapto a essa verbiagem toda, essa confusão de palavras que nos faz voltar a 1930 ou a 1945, que nos faz esquecer o que foi toda a história da política brasileira, mesmo depois da implantação da República. Se nós quisermos usar a palavra de ordem Constituinte apenas para simplificar os problemas das forças contra-revolucionárias, criar uma pseudo transição para um Estado de direito ou engendrar um Estado de direito tão fictício, como foram os que já existiram no Brasil, nesse caso a palavra de ordem Constituinte é destituída de qualquer significado político, não adianta nada a colocarmos em nosso vocabulário e lutarmos por ela.

Portanto, ao se propor a idéia da palavra de ordem Constituinte, se colocou o Brasil diante de uma encruzilhada. Temos de decidir se vamos lutar pela permanência da contra-revolução ou pela revolução democrática. É claro que a consciência desse fato vai crescer lentamente; mas a partir do momento em que ela cresça, que ela se expanda pela sociedade brasileira, tenderão a surgir as condições, que hoje não existem, de convocação de uma Assembléia Constituinte. Se o primeiro passo nos leva a uma realidade medíocre, aquilo que poderíamos chamar de "democracia possível" dentro de uma sociedade capitalista dependente, outros passos virão. É preciso evitar aquilo que Lênin chamou de moléstia infantil do ultra-esquerdismo. Querer partir diretamente da situação existente para um Estado plenamente democrático vem a ser uma ilusão no Brasil ou em qualquer outro país. É preciso criar espaço político para que as maiorias participem das estruturas de poder, criar uma cul-

tura cívica em que os destituídos tenham capacidade de falar, de serem ouvidos, e capacidade de agir em nome próprio.

O problema central consiste em como expandir a oposição. Afinal de contas, o operário, o trabalhador semilivre - a maioria dos trabalhadores brasileiros - e os destituídos em geral, que são a grande massa da nossa sociedade, devem entrar nesse processo.

Suponhamos que daqui a um certo tempo possamos ter realmente uma Constituinte verídica. Como o senhor vê a participação popular? Os setores populares vão poder estar representados nela, vão poder fazer valer suas reivindicações ou eles seriam, como muitos temem, levados a reboque de uma burguesia liberal?

Bom, burguesia liberal no Brasil é uma entidade que eu desconheço. Nós nunca tivemos uma burguesia liberal. Sempre tivemos uma burguesia pró-imperialista e por causa disso nunca pôde ser liberal porque tinha de trair o liberalismo para ser pró-imperialista.

É claro, por, sua vez, que vai ser muito difícil a eclosão das forças reais da nação, dessa maioria que até hoje tem sido sistematicamente oprimida, desqualificada, neutralizada, excluída. É muito difícil qualquer afirmação política desse setor enquanto não se instaurar uma democracia de participação ampliada.

O Estado burguês ou capitalista conta com uma sofisticada tecnologia ultramoderna para reprimir os movimentos de massa. O que quer dizer que a contra-revolução está se organizando para ter mais eficácia no combate à desobediência cívica.

É impossível conciliar direitos humanos, capitalismo monopolista e o tipo de imperialismo que lhe é inerente. Por isso, no caso brasileiro as massas poderão servir de ponto de apoio para que movimentos de classe média e de classe alta se irradiem e eventualmente busquem uma nova "consolidação democrática" da ordem. Porém, se as massas não conquistarem seu espaço político por si mesmas, continuarão oprimidas e sem voz política própria. Essa é uma questão complicada demais, que não pode ser discutida aqui. No entanto, o setor operário, o trabalhador semilivre do campo e da cidade, os destituídos em geral precisam libertar-se da tutela das outras classes, da manipulação demagógica conservadora do "populismo", para usarem seus interesses de classes e suas relações de classe como armas de luta política. Depende do êxito dessa oscilação o aparecimento ou não de condições para a existência e o florescimento de uma revolução democrática no Brasil.

O sr. crê, por exemplo que a Constituinte, livre, soberana, teria condições de resolver os problemas estruturais da sociedade brasileira?

É claro que não. Porque a questão não é a de converter a possível Assembléia Constituinte em um "abre-te-sésamo" da sociedade brasileira.

Enquanto as diferentes forças econômicas, sociais e políticas da Nação não convergirem para determinados pontos, a Constituição é um jogo de espírito. Nós podemos ter a melhor Constituição do mundo. Isso não vai alterar em nada a realidade, porque depois a Constituição fica lá e a atividade política dos "donos do poder" fica noutro plano, o que é uma coisa bem velha na sociedade brasileira. Tanto a Constituição outorgada pelo imperador, e a que foi suplementada depois, quanto a Constituição republicana e a Constituição de 46 eram Constituições, para a época, relativamente avançadas.

Objetivamente, devemos inverter esse "padrão tradicional" e superar o tacanho "idealismo político" que confunde Constituição e realidade. Esta é que precisa ser transformada, como condição para que a Constituição adquira eficácia, permitindo ao mesmo tempo a derrota da contra-revolução e a vitória da revolução democrática. Seria bom re-

lembrar que a Constituição de 46 não criou uma realidade política nova. Ao inverso, a própria realidade política do país fez com que vários direitos e garantias sociais, que eram assegurados por aquela Constituição, começassem a ter alguma eficácia e por isso os movimentos de massas não só se radicalizaram nas cidades, mas começaram a espoucar no campo. O que levou as forças conservadoras e reacionárias a apelarem para a contra-revolução. Isso mostra como o quadro é complexo. Se o espaço político aberto para o uso dos privilegiados também se torna acessível aos não privilegiados, a única saída consiste em acabar com tal espaço político. Foi o que se fez em 64, deixando o espaço político aberto só para os privilegiados.

O lado melancólico da sociedade brasileira, como de outras sociedades da América Latina, é conhecido: as forças da esquerda praticamente sempre procuram atuar, como ocorreu na Europa do século XIX, à reboque da burguesia. A única exceção efetiva ocorreu em Cuba; na outra exceção, o caso chileno, o socialismo por uma via democrática acabou falhando por motivos que já são conhecidos e que não vem ao caso discutir. De qualquer maneira, na América Latina, como uma constante, as forças que deviam se empenhar no sentido de levar a revolução democrática numa direção mais ampla, não de liberdade civil apenas, mas também da igualdade social, sofrem a sedução da ideologia dominante e do "Estado de direito" mistificado, como se uma Constituição por si só garantisse a segurança dos cidadãos, os direitos fundamentais do homem e a felicidade. É claro que não. A eficácia da Constituição e dos códigos depende de outras condições, e essas condições não são implantadas a partir das deliberações de uma Assembléia política. Elas tem de crescer com a economia, com a sociedade, com a cultura e com o movimento político das massas, isto é, com o comportamento das classes verdadeiramente oprimidas.

Fernando Henrique Cardoso

Uma Constituinte é o mecanismo pelo qual de alguma maneira o que se convencionou chamar de vontade coletiva, que é uma abstração, se manifesta para taçar as regras do jogo político. Obviamente, a vontade coletiva em qualquer sociedade está sujeita a constrangimentos. Ela expressa, em ocasiões muito raras, a vontade de todos. Só pode ser a vontade de todos quando você tem uma democracia direta, quando então todos se manifestam, etc. Numa sociedade complexa, mais ainda numa sociedade de classes como a nossa vontade não se expressa de uma forma límpida, e a Constituinte dificilmente reflete a opinião da maioria. Ela é um compromisso. Eu acho que a gente deve dizer as coisas pelo nome que têm.

No caso brasileiro da Constituinte, - a gente tem que ser claro. Quais são os objetivos? Não há condição, na presente correlação de forças no Brasil, forças sociais e forças de todos os tipos, não há condição para se passar do estado de exceção em que nos encontramos, a um estado, digamos, em que, por exemplo, somente a classe dos mais pobres, dos trabalhadores ou do campo ou uma

aliança entre eles seja a que vai impor a regra do jogo. Não há na correlação de forças atual no Brasil, possibilidade de ser efetuar uma tal proposta. A Constituinte não vai ser a expressão da vontade dessa maioria e eu acredito que ninguém pode imaginar que uma Constituinte se manifeste desta forma. A pergunta seguinte é por que fazer uma Constituinte se já se sabe de antemão que vai impor um compromisso?

A resposta é outra vez aquela relação entre os meios e os fins. Porque Constituinte é a maneira pela qual se abre um espaço político para melhorar as possibilidades de que a maioria possa participar da vida política brasileira.

Mas nós, na verdade, estamos discutindo questões já muito avançadas, porque de fato a proposta de uma Constituinte na atual condição brasileira é até muito mais limitada ainda do que isso. É simplesmente uma tentativa, diante da correlação de forças muito negativas que aí está. Mas, as oposições tomando em consideração que existe uma espécie de desgaste político do regime, de que aqueles que suportam, que apoiam o regime, os próprios setores sociais que apoiaram o regime, começam a se afastar dele, porque percebem que as questões básicas apresentadas não são as questões básicas apresentadas por aqueles que se propuseram a assumir o controle depois de 1964, especialmente depois de 1968, não têm sido resolvidas. Quais são essas questões básicas para eles, repito, não para nós, que pensamos em questões mais de base, como a integração do homem do campo, como o aumento da participação dos trabalhadores no controle da vida nacional, das empresas, etc. As questões básicas para eles eram aumentar o poder nacional - esta questão é básica para todos nós, imagino. Mas, como é que eles encaravam a possibilidade de aumentar o poder nacional. Encaravam esta possibilidade dizendo: é preciso ter uma ordem interna que evite a corrupção e que faça uma locação racional de recursos e que transforme a economia numa economia orientada pelos interesses do Estado brasileiro. Nenhum desses três objetivos foi alcançado. A corrupção está aí, é visível. Foi posta a público pelas distensões internas das forças dominantes.

Por outro lado não foi possível obter um crescimento econômico que aumentasse o grau de autonomia real do Estado brasileiro. Esse crescimento se fez com penetração das empresas multinacionais. e os próprios setores dominantes começam a perceber que talvez o regime de exceção tenha servido, apesar dos objetivos de uma espécie de cortina de fumaça, para que outras torças mais poderosas por trás pudessem moldar o perfil do estilo da sociedade brasileira, do estilo de desenvolvimento brasileiro. E por que existe este desgaste, este cansaço por parte daqueles que suportavam este regime e se coloca então a possibilidade de dizer: por que não começar de novo? por que não tentar ver se é possível estabelecer algum mecanismo, alguma forma de compromisso político. Este compromisso político é o seguinte: as oposições brasileiras, apesar de muito sofridas, apesar de que este sofrimento custou para muitos até a vida, estão dispostas, não obstante, em vez de levar uma guerra de morte contra o sistema dominante, a dizer: temos ainda uma chance, uma oportunidade de construir um pacto constitucional que nos permita regulamentar a vida política brasileira por uma década, duas décadas, enfim pela duração que uma constituição possa ter.

E só quem é cego deixa de ver que isto aqui é um país que nos últimos vinte anos ou trinta anos passou de um país agrário a um país semi-industrial. Isto tem consequências. Qual é a consequência imediata? Uma classe trabalhadora do campo que nunca foi tomada em consideração e como que está excluída

pode continuar excluída? Não, a Constituinte tem que ratificar a existência dos bóias-frias. Tem que ratificar a existência da camada trabalhadora. Como é que ratifica politicamente a existência deles? Dando o direito de organização política. Permitindo que os seus pontos de vista se expressem, permitindo que as forças não diretamente políticas, como a Igreja, a Universidade, os Sindicatos não só existam, mas existam em função dessa diversidade da sociedade.

A ordem democrática existe quando se reconhece que estas diferenças às vezes são negociáveis e às vezes não, aí há um impasse. Democracia não soluciona. Não é um passe de mágica para resolver os problemas sociais básicos. Ela é apenas uma forma de permitir que os problemas se coloquem. A sua resolução não vai depender simplesmente da democracia. A democracia encaminha a forma de sua solução, de que maneira se vai dar a negociação, mas ela não soluciona de per si.

A pergunta se a Constituinte vai resolver o problema do povo, a resposta é não. Ela coloca a condição necessária, mas não suficiente. São coisas tão elementares como estas que nós precisamos esclarecer.

Um outro problema que o sr. já diagnosticou é o alheamento da classe trabalhadora da atual disputa política. Está silenciada. Como o Sr. vê a popularização da Constituinte junto à população?

Isto é uma coisa importante, porque nós podemos encarar a Constituinte de duas maneiras. Ou como uma assembléia que vai promulgar um pacto e então, digamos, as elites se juntam na mesma forma moderna em que se faria a transição do absolutismo a uma ordem constitucional; ou nós podemos encarar a Constituinte como um movimento social. É óbvio que as pessoas que pensam na redemocratização substantiva do Brasil devem encará-la do segundo ângulo. Ou a Constituinte passa a ser uma mera lei feita por este Congresso ou por qualquer outro Congresso semelhante a este que tem muito pouca força.

Veja, quando se falava em votação e eleição há uns 4 ou 5 anos, se dizia a mesma coisa. A massa não se interessava pela votação. Em 1974 o que nós vimos? A massa votando entusiasmadamente. Em 1976 nós vimos isto outra vez. Por que não pensar que daqui a pouco existe uma possibilidade de a massa participar ativamente, desde que nós tenhamos a capacidade de dizer de maneira simples qual é a ligação que existe entre questão política, eminentemente política, com uma questão social, com uma questão da inflação, do custo de vida, da exploração, da falta de garantias sociais, enfim todos estes problemas que nós estamos debatendo no dia a dia. Aí, digamos, o elo que permitirá isto é o elo propriamente político. Depende de que? De jornais como Movimento, enfim toda a sorte de jornais que existem e que têm uma certa capacidade, não de chegar à massa, mas pelo menos de chegar àqueles que de alguma maneira influenciam a massa, as igrejas especialmente as igrejas populares, a igreja católica no campo, as igrejas de inspiração umbandista e várias outras formas de religião alguns setores das igrejas protestantes, etc, etc.

Se nós tivermos uma Constituinte daqui a dois ou três meses, esta Constituinte será de pouco efeito. Isto tem que ter um processo, uma oportunidade. Nós não podemos pensar que o Brasil, de repente, vai virar democrático precisa de fato que as forças democráticas estejam ativas, e elas não estão. Eu acho que é preciso dar tempo ao tempo. Ir devagar com o andar, porque o santo é de barro. É realismo político saber entender que quando se põe o carro diante dos bois não se vai longe. Eu acho que é duro dizer, mas nós não podemos ter pressa nessas questões. Não podemos porque não adianta ter pressa: Se nós tivermos pressa agora, o que é que acontece? Imaginemos que amanhã vem uma

Constituinte. O povo vai assistir mais uma vez - como disse um famoso jornalista quando foi proclamada a República - bestificado, a promulgação de uma nova Constituição. Será isto um grande progresso?

É um progresso frente a ordem atual, mas não grande progresso. Grande progresso é quando o povo assiste bestificado à promulgação de uma Constituição mas de alguma maneira participe dela. Indiretamente, pelas associações de bairro, pelas associações profissionais, pelo debate na televisão, precisamos chegar lá, porque no mundo moderno ou debate na televisão ou não se vai ao povo. O povo hoje vê televisão. Um dado básico. Se nós quisermos realmente democratizar, estas questões que estão sendo colocadas aqui entre nós tinham que ser debatidas na televisão. Agora, é possível isto hoje no Brasil? Não é. E não é por que? Porque os setores dominantes têm medo de que daí resulte um enorme protesto social. A expressão normalmente usada é que se destampar o caldeirão ele explode. Eu acho que não explode.

Depois de 13 anos de regime autoritário, uma eleição para uma Constituinte, mesmo que fosse uma eleição livre, poderia ocorrer o que aconteceu em 1946, uma Constituinte dominada pelas classes dominantes, com a eleição de poucos representantes da classe trabalhadora?

Eu acho que isto é um risco bastante grande, mas acho que podemos superar este risco.

Nós estamos há 13 anos sem debate real das questões políticas. Alguém pode levantar uma questão socialista no Brasil? Que tipo de socialismo, se há 13 anos não se fala nisso? Por isto que digo: se não é possível passar do zero ao infinito e por isto eu acho que a Constituinte é um processo em que é melhor que não se faça uma votação amanhã, porque seria uma votação despreparada. Imaginemos que ela venha daqui uns dois anos. Alguém acredita que dentro de um ou dois anos vai haver um Congresso que reflita como um espelho as camadas da população, que a maioria vai estar representada neste Congresso? Em que lugar do mundo isto é assim? Isto é idealismo, não é assim? Agora, a pergunta real é outra: esta Constituinte livre que vai ser eleita será ou não superior aos mecanismos já existentes hoje, onde não há nenhuma capacidade de manifestação popular? Eu acredito que será um passo adiante. Eu acredito que haverá mais capacidade de que os interesses da maioria estejam lá do que estão hoje, mas não acredito que seja uma reviravolta completa, porque seria uma ilusão democrata - que eu não tenho.

Acha possível chegar à redemocratização do país sem passar pela Constituinte? Existe outra alternativa além da Constituinte, uma alternativa duradoura?

Há várias modalidades, há várias proposições de construção que se dão pela via de uma revolta militar, de uma revolta popular. O problema é que hoje no Brasil não vejo possibilidade destes mecanismos funcionarem. Mas preciso dizer muito claramente uma outra questão: também não pode haver revolução democrática no Brasil se as Forças Armadas não evoluírem democraticamente. Vamos imaginar se as Forças Armadas constituem um bloco separado da nação, que a nação quer uma coisa e as Forças Armadas querem outra; nós estamos num impasse muito grave, muito grave. Não é minha hipótese. Minha hipótese é que de uma maneira ou de outra a sociedade repercute nas Forças Armadas. Veja bem: repercutir para mim não é que alguns grupos vão se infiltrar nas Forças Armadas, isto não é um mecanismo correto de fazer uma transformação social. A maneira correta é que as próprias Forças Armadas ou setores dela, pelo menos, comecem a se dar conta de que para o fortalecimento do poder nacional é preciso cimentar a relação entre o povo e o Estado. Obviamente, este cimento não pode haver entre o povo

e o estado de exceção, que é o Estado que nós temos. É por isso que é preciso reformar este Estado também, porque este Estado descolou-se do resto da nação. Isto é um risco, é um risco para as próprias Forças Armadas. Ora, isso que estou dizendo é puro idealismo neste momento. Não é isso que me parece que existe no momento. Mas eu tenho alguma expectativa de que nesse processo alguns setores das Forças Armadas - deixo bem claro que não estou me referindo à *portugalização* ou à *peruanização* das Forças Armadas, não é nada disso; nós estamos no Brasil, com outro condicionamento histórico, outro condicionamento da conjuntura atual - entendam que este regime resultou em corrupção, na exploração da maioria, resultou, é certo, em algum crescimento econômico, não há de negar.

O sr. concluiu na sua conferência, no simpósio do MDB, cujo tema era de Luta pela Liberdade, falando de democracia e como seria essa democracia. Na sua forma de Constituinte, como seria essa Constituinte? Quais as propostas que ela teria?

Uma Constituinte, para ter uma legitimidade neste momento e não ser meramente formal, tem de encarar em primeiro e principal lugar o problema social do povo. Que é imediatamente ligado ao problema econômico.

Uma Constituinte para ser efetiva tem que enfrentar esse problema, e ela não pode enfrentar esse problema se os militares ainda não estão convencidos que esses problemas são de base para o desenvolvimento do Brasil, para a continuidade nacional.

Marilena Chaui

O que pensa sobre a tese da convocação de Assembléia Nacional Constituinte? Ela é justa? É oportuna?

Eu relutaria muito em dizer que é justa e que seja oportuna, embora seja difícil, no presente, colocar-se contra possibilidades políticas alternativas à situação existente no país. Para que uma Assembléia Constituinte fosse justa seria preciso que partisse de uma exigência feita pelos mais oprimidos dentro da sociedade brasileira - o que não é o caso. É verdade que a tese da convocação não emana do aparelho de Estado em sua totalidade, mas nem por isso poder-se-ia dizer que não emana de uma parte dele, ou seja, do partido oposicionista, de sorte que não cabe imaginar que se trate de uma proposta vinda de baixo para cima, mesmo que levemos em conta o fato de que uma fração da sociedade civil concorde com ela.

Por outro lado, para que a tese fosse oportuna teria que pressupor a exigência que a sociedade formularia para si mesma a fim de nascer das cinzas de uma ordem intolerável e esclerosada. Ora, uma Assembléia Constituinte não visa dar nascimento à sociedade, instituí-la como nova, mas apenas institucionalizá-la segundo padrões mais aceitáveis. Não vai nascer uma ordem nova a partir de um pacto social novo (não é uma Constituinte que efetua o nascer de uma sociedade nova), pois o desejo de regressar a uma espécie de grau zero da cidadania não implica em que se chegue ao grau

zero da determinação social e econômica dos cidadãos. Seria preciso que a política perpassasse todas as atividades da sociedade, seria preciso que esta visse a si mesmo como agente político de todas as suas práticas para que uma Constituinte fosse oportuna, isto é, tivesse o papel terminal de um processo e não o papel inicial que estamos a lhe conferir.

Quais deveriam ser as características dessa Assembléia? Concorde com os que propõem uma Constituinte que seja livremente eleita, democrática e soberana? Quais seriam as condições prévias para a instalação dessa Assembléia?

Evidentemente, há um círculo na proposta, uma vez que são colocadas como condições prévias da Assembléia aquilo que seriam suas próprias finalidades, isto é, a liberdade, a democracia e a soberania coletiva. Diante disto, a questão que eu colocaria seria a seguinte: se as condições prévias para a Assembléia se efetivarem, para que uma Constituinte? Sem dúvida, poder-se-ia responder: para dar legalidade à legitimidade restaurada, fazendo-a passar do fato ao direito. Neste caso podemos fazer uma nova pergunta: o que iremos legalizar? O direito de todos à participação política e à liberdade de pensamento e de expressão ou novas formas de participação social? Isto implicaria em indagar quais as classes sociais que aspiram pela Constituinte e o que é o "espírito das leis" para elas. Em suma, a pergunta "o que uma Constituinte iria legalizar", pode ser traduzida em uma outra: qual a forma do poder e de seu exercício que tais classes consideram legítima? Na medida em que a restauração da legitimidade passa pela convocação de uma Constituinte podemos prever que o poder legítimo é de estilo representativo e a experiência histórica já nos ensinou quem confia nessa modalidade de poder e o que dele espera. A Constituinte não nos coloca diante de uma alternativa política na linha da democracia direta, mas apenas na perspectiva da democracia representativa correndo, portanto, o risco de manter a divisão entre dirigentes e dirigidos ou entre a esfera "política" e a realidade social "apolitizada".

Qual a relação da Assembléia Constituinte com as transformações estruturais que há muito vêm se colocando como necessidade histórica para o progresso da sociedade brasileira?

Comecemos por nos colocar de acordo. Se por "transformações estruturais" entender-se transformações da infra-estrutura econômica, a Constituinte fará muito pouco, evidentemente. Se por "transformações estruturais" entender-se transformações na super-estrutura política, também o papel da Constituinte será pequeno, visto que mantém o princípio de que o Estado é o polo legítimo do político. Por outro lado, se por "progresso da sociedade brasileira" entender-se uma adequação mais "racional" entre meios e fins, a Constituinte servirá apenas para sancionar uma visão da história medida pela continuidade temporal, pela "racionalização" da vida econômica e política, pela idéia de eficácia na produção e nos mecanismos de controle institucional na vida social, de sorte que não só agravaria, em nome do "progresso", a dominação do universo mecânico sobre os homens, como justificaria a exploração do homem pelo homem e seria, afinal, mais uma grande mistificação. Para falar em transformações estruturais e em progresso seria preciso ter uma visão mais ampla do social e do político não na forma de um "saber" acerca da sociedade e da política, mas na forma de uma prática nova que constituisse seu próprio saber de si no agir. Isto eu não creio que uma Constituinte poderia trazer. Todavia, ela pode trazer uma outra coisa (e, talvez, malgrado ela mesma). Certamente, o processo de discussão da Assembléia Constituinte cria uma possibilidade de mobilização da sociedade, de sorte que permitiria, pelo menos, considerar

às claras, em debate público, a natureza peculiar da sociedade brasileira, sempre à sombra da tutela do Estado e ora crédula ora incrédula face a ele, mas sempre subjugada aos interesses de classes para as quais convém que a política seja tomada como conjunto de atos vindos de cima para baixo. Seria uma ocasião preciosa para medir nossa crença arraigada na autoridade e nossa submissão a uma forma de poder que não cessamos de legitimar só porque se trata de um poder separado cujos mistérios nos escapam.

Criado um espaço de politização, não haveria como bloquear seu caminho, senão fazendo ressurgir o espectro daquilo que o processo de discussão põe a nu, isto é, o poder autoritário do aparelho de Estado. Não creio que uma Constituinte traga qualquer modificação estrutural para a sociedade brasileira, senão no seu aspecto pedagógico, mesmo que seja para tornar claro o limite e a limitação política de uma Constituinte, para não falar de sua limitação social. Não depósito a menor esperança numa Assembléia Constituinte cujo modelo é a democracia representativa, mas deposito enorme confiança no debate que suscitara entre nós. Se se quiser considerar isto um "progresso", a condição será que, em nome do novo, não ressuscitemos velhos fantasmas populistas e que deixemos os mortos enterrarem seus mortos.

Helio Silva

Tivemos, de 64 até agora, a intermitência da vigência de uma Constituição que é suspensa sempre que o governo militar julga indispensável uma medida que não poderia ser executada em plena vigência constitucional. Os atos adicionais são interrupções da vigência constitucional.

Esta situação anômala, mas real, só poderá ser normalizada através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Até mesmo para dar aprovação aos atos revolucionários que poderão num futuro, mais ou menos próximo, serem julgados pela Justiça, finalmente restaurada.

Eis porque a convocação de uma Constituinte se me afigura a solução que pode normalizar a vida política e constitucional no Brasil.

O clamor público pode tornar urgente a convocação de uma Constituinte, mas só o governo tem feito essa convocação quando compreende a justiça desse reclamo.

Em 1945, Vargas teve a sabedoria política de ceder a convocação da Constituinte com a decretação de uma anistia. Não fora assim em 1934. Por isso, o 1º discurso da Constituinte de então foi o pedido de anistia, formulado pelo Deputado Henrique de Toledo Dodsworth.

Agora, mais do que nunca, precisamos de uma anistia ampla para a pacificação da família brasileira.

Esta anistia que reclamo para os vencidos de 1964. Para os vencedores de 1964. Anistia para os que estão presos. Anistia para os que prendem. Anistia para o governo.

A POSIÇÃO DOS ESTUDANTES

estudantes de São Paulo

Caminhando - Temo-nos colocado insistentemente em defesa da bandeira da convocação de uma Assembléia Constituinte, livremente eleita, democrática e soberana, porque entendemos que **essa** bandeira é uma decorrência clara e irrefutável da própria luta maior pelas liberdades democráticas. Para nós, a luta por liberdades democráticas tem um significado muito preciso. Significa lutar por liberdade de expressão, de organização e de manifestação; pelas garantias e os direitos individuais; por eleições para todos os cargos legislativos e executivos, através do sufrágio universal, igual, direto e secreto. Significa, em síntese, lutar pelo fim do atual regime, que carece de legitimidade, que vem se perpetuando a revelia da maioria da população brasileira.

Com o fim desta atual situação acreditamos que ocorrerá uma reorganização da sociedade brasileira, reorganização que deverá repercutir em vários níveis, desde o nível da vida cotidiana da população até o nível das instituições jurídico-políticas. A Assembléia Constituinte seria o instrumento dessa reorganização. A Constituinte deverá conter portanto em seu bojo todas as classes, setores e grupos sociais emergentes, cuja tarefa será reordenar juridicamente a sociedade após o término deste atual regime. Esta luta pela Constituinte significa assim, levar o movimento pelas liberdades democráticas até às últimas consequências.

Para nós, não se trata da falsa Constituinte com a qual certos setores conservadores vêm acenando nos últimos tempos; não se trata de uma Constituinte que se convoque sem completa liberdade de organização partidária, sem uma total liberdade

de expressão que possibilite que todas as idéias políticas sejam amplamente difundidas no seio da população; uma Constituinte que se convoque sem uma anistia ampla que possibilite que todos os brasileiros possam nela votar e ser votados. É claro que não se trata dessa Constituinte, de uma Constituinte que viria para coonestar a ordem vigente, para tentar emprestar legitimidade a que é ilegítimo. Mas, sim uma Constituinte que viria exatamente como uma alternativa à esta ordem, uma Constituinte que viria justamente dar um novo ordamento ao país. Daí, então, o seu carácter democrático e soberano. Democrático porque em seu seio poderia estar representada toda a nação, e soberana porque ela é que iria, sem nenhum tolhimento, decidir os destinos do país após o término deste período da história brasileira.

Não podemos prever qual será a sua composição; isso dependerá muito da correlação de forças sociais que existir no país no momento de uma democratização. Porém, achamos que desde já devemos levar aos setores populares a preocupação, a consciência da necessidade histórica de uma Constituinte, essa é a única maneira de impedir que estes setores sejam pegos de surpresa.

Aqueles que negam a bandeira da Constituinte e, por outro lado, dizem defender as liberdades democráticas estão seriamente equivocados sobre o próprio significado dessas liberdades, porque, como eu já disse, a bandeira da Constituinte é um corolário da luta pelas liberdades democráticas. Não há como lutar por liberdades democráticas de forma conseqüente sem levantar com energia e amplitude a bandeira da Constituinte.

Liberdade e Luta - Entendemos que a principal luta que se trava hoje no país é a luta por liberdades democráticas. E lutar por liberdades democráticas significa, no momento, lutar pelo fim do atual regime político, que não se coaduna com a vigência das mínimas liberdades democráticas. Nesse sentido, nessa luta, se vislumbra no horizonte a Assembléia Constituinte democrática e soberana. Ela sintetiza toda a luta democrática que vem sendo travada hoje, tanto pelos setores populares mais organizados quanto pelos setores que conseguem expressar-se apenas esporadicamente em manifestações abertas. A luta pela Assembléia Constituinte sintetiza a luta pelas liberdades democráticas em todos os sentidos, tanto ao colocar as questões mais específicas de liberdade de organização e expressão e a questão do hábeas-corpus quanto ao colocar as questões mais amplas que estão ligadas ao projeto democrático que está por se realizar no Brasil, como a reforma agrária e a independência nacional.

Outro ponto importante que se deve colocar é o perigo de se ter uma Assembléia Constituinte sob a **dominação das camadas dominantes da sociedade**, seja pelo fato dela ter sido colocada pelo atual regime, que cerceia qualquer liberdade, ou seja por ela ter sido convocada num regime um pouco mais liberal, impedindo, pelo menos juridicamente, a organização independente da classe operária. Essa Constituinte não teria interesse para a resolução dos problemas da nação. Por isso se justifica a defesa, na ordem do dia, de uma Assembleia Constituinte democrática e soberana, ou seja, precedida de liberdade de organização partidária e soberana, ou seja, precedida de liberdade de organização partidária; precedida por anistia ampla e irrestrita aos presos, banidos e exilados políticos; onde seja possível a representação de todos os setores sociais.

Mobilização - Vemos que a luta por liberdades democráticas deve estar e está numa posição central em relação a todas as tarefas que devemos empreender. Paralelamente a essa bandeira existem outras como a defesa de melhores condições de

vida e trabalho para o conjunto da população. Durante todo este ano levantamos a questão da liberdade de manifestação pública, de se expressar livremente, da liberdade de organização independente para todos os setores explorados e oprimidos da sociedade. A bandeira é reafirmada a cada passo. No caso de Marcos Tito, por exemplo, não colocamos se o deputado sabia ou não sabia a origem do discurso que ele leu, ou se concordasse ou não com as teses levantadas pelo deputado, defendemos o direito de todos os setores sociais construir livremente seus partidos. Quando colocamos estas lutas estão implícitas a perspectiva do fim da atual situação e a perspectiva da convocação de uma Assembléia Constituinte. Sabemos que uma Assembléia Constituinte, livremente eleita, com liberdade de organização de todos os partidos, eleições disputadas livremente, pressupõe o fim da atual situação. Uma Assembléia Constituinte convocada dentro dos limites do atual regime, cercada pela falta das liberdades mais elementares não é a que interessa ao movimento de massas hoje. Na verdade a Constituinte que queremos é aquela que acabe com a atual forma de governo. Uma Constituinte que garanta as liberdades fundamentais para o conjunto da população só vai ser conseguida se o próprio movimento de massas for capaz de avançar. Isto quer dizer que estes setores nada receberão de graça, de presente, sentados numa Constituinte. Nenhuma reivindicação democrática foi conseguida sem o potencial de lutas e mobilização dos setores mais populares. Por exemplo, nas últimas mobilizações, o pouco que os estudantes conseguiram em termos de barrar os maus tratos que os presos estavam sofrendo deu-se porque estavam organizados, porque nossas entidades são fortes. Só com essa organização popular é que conseguiremos implantar no Brasil uma Assembléia Constituinte consequente, livremente eleita, democrática e soberana, que encerre a atual forma de governo.

Refazendo - Temos defendido sempre, enquanto diretoria do DCE, duas lutas centrais para serem travadas pelo movimento estudantil: a primeira delas é a luta por liberdades democráticas e a segunda a luta por melhores condições de vida e de trabalho; e, mais especificamente para os setores estudantis, a luta pela democratização do ensino. Tanto num eixo como no outro, procuramos colocar-nos numa perspectiva que não é especificamente estudantil, nem do setor pequeno-burguês que somos, mas numa perspectiva popular, vinculada à preocupação com a transformação social, transformação que responda aos interesses e atenda aos direitos da maioria da população que hoje é explorada e oprimida. Essa é a perspectiva que sempre desenvolvemos, e questões colocadas como a da Assembléia Constituinte devem ser entendidas sob esta mesma perspectiva. Em primeiro lugar precisamos entender o que é uma Constituinte. Para todo o mundo, é o momento em que se escolhe deputados, delegados, elegendo-os livremente ou não, dependendo do caráter que ela possa ter, com o objetivo de consolidar, através de leis, uma série de conquistas que foram efetivadas pelo movimento de massas em geral ou não. Poderá ser uma Constituinte, nos moldes das propostas por alguns deputados do MDB ou mesmo da Arena, que queira discutir basicamente a transformação da Constituição, a incorporação, por exemplo, do AI-5, ou qualquer coisa do gênero. A Assembléia Constituinte se remete simplesmente a questões relativas à consolidação de leis na Constituição. Assim, temos que ter claro para que serve uma lei. Concretamente, ela em si não tem valor nenhum; só tem valor quando pode ser sustentada e estiver consolidando uma conquista real do movimento de massas, do movimento popular vivo. Atualmente, nós já temos uma Constituição, uma lei que permite a liberdade de expressão, organiza-

ção, manifestação. Agora, a lei por si não significa nada; ela só passa a ter sentido quando existe um movimento organizado que a sustente. Tanto é que, quando o governo utilizou-se de sua força, acabou com todas as prerrogativas legais e constitucionais e implantou o AI-5, revogando as leis em contrário.

Assim, como nos preocupamos com a situação concreta da maioria da população, que é explorada e oprimida, só vemos sentido na discussão de leis ou na preocupação com a consolidação delas na medida em que esses setores populares tenham condições de as sustentar e de interferir, garantindo que elas sejam efetivadas.

Vê-se, hoje, que os setores populares estão desarticulados, sem a menor condição de interferir em questões desse tipo e sem condições concretas de pesar no cenário político no sentido de garantir seus interesses e a sua perspectiva. Não somos contra uma Constituinte, mas achamos que neste momento ela não se coloca devido à correlação de forças e à desorganização do movimento de massas que existe hoje. Achamos que a resposta que podemos dar atualmente é justamente manter o pólo dominado da sociedade, os setores explorados, a grande maioria da população, nas lutas que respondam aos seus interesses, às suas necessidades: a luta por melhores condições de vida, contra o arrocho, contra a carestia, a luta por liberdades democráticas, em que a questão central hoje é a liberdade de organização e expressão.

É desta forma que estaremos contribuindo de modo mais efetivo para que todos esses setores possam cada vez mais estar interferindo na conjuntura, e não necessariamente através de leis. "A lei, ora a lei", diz uma expressão jurídica. A lei serve a quem tem força para usá-la. O Coronel Erasmo Dias, secretário da Segurança do Estado de São Paulo, numa ocasião definiu isto muito bem, disse, que a lei serve principalmente aos que estão no poder. Quem tem condições de interferir na conjuntura hoje não são ainda os setores populares, e tirar os setores populares de uma luta, que já citei, que é a luta principal deles, é se caminhar no sentido contrário ao da transformação da sociedade.

O colega de **Caminhando** colocou que se trata de falar em Constituinte para que os setores populares, quando ela surgir, possam interferir nela. Pensamos que o trabalho com os setores populares não deve ter como objetivo a consolidação de leis; achamos que se deve trabalhar junto aos setores populares fundamentalmente na conquista, na prática, de seus direitos e interesses, em ocupar o espaço político que lhes é devido e caminhar cada vez mais no sentido de garantir seus interesses e direitos. A lei não é de todo desnecessária, mas é absolutamente secundária. Para se caminhar numa perspectiva de transformação social não é preciso necessariamente passar por uma Constituinte que vá, a cada momento, consolidando as conquistas; isso dependerá do momento, da correlação de forças, das questões que serão colocadas. Achamos que, neste momento, não estão colocadas. Existe um exemplo histórico muito claro que é o da Espanha. Lá, sob um regime forte como foi a ditadura franquista, a população, o movimento popular, se organizou e hoje consegue interferir de uma forma mais consequente. Inclusive a questão da Constituinte se coloca lá, hoje, exatamente porque existe um acúmulo de organização independente e popular - que permite que se ponha na ordem do dia esta questão. No Brasil, a situação ainda é muito incipiente.

Resistência - O problema da Constituinte tem que ser visto sob dois aspectos. O primeiro deles diz respeito a certas forças sociais que levantam a bandeira da Constituinte como alternativa política da organização do Estado, diante da crise econômica e política atual. A partir de 1973, com a crise eco-

nômica, alguns grupos econômicos que sofrem com ela buscam saídas políticas para resolvê-la. A proposição da Constituinte, levantada pelo MDB, visa justamente resolver esta crise e não ser uma forma de organização do Estado que venha botar fim ao processo de super-exploração e opressão política exercido pelo atual governo. De qualquer forma, a proposição de Constituinte que o MDB tem levantado visa essencialmente reformar a forma de dominação burguesa implantada no país desde 64. Essa proposta não significará uma conquista por parte dos setores oprimidos da sociedade, da classe operária em particular. Não é nem mesmo uma conquista de um espaço político que seja representativa, capaz de dar um impulso significativo para o processo de luta social no país.

Outras posições políticas têm levantado essa bandeira: Os companheiros de **Liberdade e Luta, Caminhando e Mobilização** levantam também a palavra de ordem da Constituinte, livremente eleita, soberana, precedida de anistia. Procuram deixar claro que ela não se confunde politicamente com a proposição do MDB, que ela é uma proposição política que vem com o fim da atual situação. Deve-se deixar claro, porém, que para eles essas palavras de ordem da Constituinte são de cunho propagandístico. É evidente que, como palavra de ordem propagandística, ela não tem real interferência no processo da dinâmica mesmo das lutas atuais, tanto do Movimento Estudantil como do conjunto do movimento popular. Qual é a perspectiva, então?

A nosso ver, a Constituinte não pode ser colocada como uma palavra de ordem que se torne necessária para o processo que o movimento popular deve passar. A palavra de ordem da Constituinte, como ela é levantada, pouco contribui para o processo das lutas atuais. Essa palavra de ordem não reflete o avanço real do movimento de massas porque é pura e simplesmente uma composição numérica de forças. A Constituinte não pretende ser uma forma de organização de Estado que venha a interessar e resolver os problemas fundamentais colocados na sociedade brasileira, hoje. A Constituinte só terá condições de fazer avançar o movimento de massas no futuro, quando as classes dominantes não forem capazes de impor o seu projeto político. Só nessa situação é que os setores oprimidos da sociedade vão ter condições para resolver seus problemas, que são o arrocho salarial, péssimas condições de trabalho, mudança da estrutura agrária. As tarefas que devem ser colocadas como fundamentais hoje são a luta por melhores condições de vida e trabalho, a luta por liberdade de organização. É em torno dessas lutas que se está decidindo o futuro do movimento.

Liberdade e Luta - Consideramos, mais do que nunca, que é o momento de se colocar a palavra de ordem da Constituinte, por causa do momento de instabilidade. Vive-se hoje um momento de crise político-institucional bastante profunda, onde o regime militar, já não tem base social de apoio no grosso da população e se encontra distanciado, inclusive, daqueles setores que engendraram a sua subida ao poder, setores da própria burguesia. Num momento destes, de desagregação política, qualquer posição política que tenha algo a propor para o movimento de massas, como, no caso, o movimento estudantil, deve, necessariamente, apontar e dar uma resposta para esta situação política. **Contrariando o que disse o companheiro de Refazendo**, não acredito que se organize os setores populares, hoje com o objetivo de transformação sociais somente em cima de questões imediatas. Porque apontar para as transformações sociais significa apontar para o rebatimento político-social da própria gestão da sociedade. Hoje, é fundamental, mais do que nunca, que, ao se levantar a luta por reivindicações do dia a dia, se aponte para a

questão do poder, e a Assembléia Constituinte não só sintetiza todas as reivindicações particularizadas que são levantadas, como dá uma resposta a essa questão do poder. A função da Constituinte é institucionalizar uma nova ordem política, onde se teria necessariamente que levar em conta tanto as liberdades políticas de organização e expressão, quanto às questões maiores como a da reforma agrária.

Colocar, como colocou o companheiro de Refazendo "Lei ora lei" é infantilidade pois se a Assembléia Constituinte se refere à formulação de leis, e se as leis, para serem aplicadas, refletem a correlação de forças da sociedade, as transformações sociais passam sempre por transformações jurídicas. A Assembléia Constituinte não resolverá necessariamente todos os problemas da sociedade brasileira; mas, ela aponta para a solução deles, na medida em que ela coloca claramente a possibilidade de se ter experiência de uma nova forma de governo.

Nós não lutamos por uma Constituinte que possa vir dar término ao atual regime, como vem sendo alardeado por setores liberais da burguesia. Só acreditamos numa Assembléia Constituinte convocada após o fim da atual situação política, ou seja, com amplas liberdades democráticas, após uma anistia, ampla e irrestrita.

Caminhando - Queria aqui polemizar um pouco com a posição defendida por **Refazendo**. Me parece que **Refazendo** comete alguns equívocos importantes na apreciação da questão da Constituinte e daí deriva a sua posição de não defender hoje essa bandeira, que se coloca na ordem do dia. Inicialmente, é importante distinguir claramente os objetivos de futuro daqueles outros que se colocam a curto e médio prazo. Travamos uma luta que aponta para a própria superação da atual sociedade brasileira, para a superação de seus traços fundamentais. Trata-se da luta pela verdadeira emancipação nacional, com o fim da exploração e dominação imperialista no país; pela reforma agrária; pelo fim do arrocho salarial, que é um dado estrutural da nossa sociedade, que expressa a própria super-exploração a que está submetido o trabalhador; pelo fim da carestia, que também é um dado de estrutura, já que esta carestia decorre da presença dos monopólios, cujos preços são sempre inflacionários; por um ensino público e gratuito a todos; enfim, por uma mudança estrutural na sociedade brasileira. É claro que esta é uma luta que nós travamos a longo prazo. Simultaneamente, travamos, também, uma luta contra a atual forma de dominação política no Brasil, contra o atual regime, que procura impedir que os setores populares se expressem, se organizem e se manifestem livremente, que procura impedir que estes setores populares se coloquem em defesa de seus direitos. É importante estabelecer essa diferenciação. Como o colega de **Refazendo** afirmou é possível realmente, como se deu na Espanha, que os setores populares se organizem sob um regime repressivo, mas de um modo geral essa organização que se consegue é muito limitada. Hoje, quem observar atentamente a situação espanhola, perceberá que, embora as forças populares de lá tenham um grau razoável de organização, que estejam por exemplo muito mais organizadas do que as forças populares no Brasil, essa organização ainda é débil e a consciência política das massas populares ainda é incipiente. O próprio espectro eleitoral do recente pleito espanhol permite confirmar essa visão. Um regime de liberdades democráticas é, via de regra, da maior importância para que a conscientização política e organização se desenvolvam até aquilo que é necessário para que os setores populares possam levar avante as suas tarefas históricas maiores.

É evidente que as leis vêm consolidar conquistas.

Neste sentido, a Constituinte que propomos viria aprovar leis que consolidassem a conquista das liberdades democráticas, do fim da atual forma de dominação. É claro que isso representa uma conquista ainda muito limitada se a confrontarmos com a grandiosidade das tarefas históricas que precisam ser cumpridas no Brasil. O papel da Constituinte que deverá se instalar após o fim do atual regime será o de propiciar uma ampla agitação, um amplo debate dos grandes temas, como a questão da dominação imperialista e a questão da terra. O processo eleitoral da Constituinte deverá implicar num grande saldo de consciência e organização para as forças populares. Por outro lado, essa Constituinte teria muitas limitações. Mas isso não é motivo para se negar a Constituinte. É preciso saber quais são as perspectivas e as limitações. O desempenho dela vai depender da correlação de forças em seu interior e, quanto mais os setores populares estiverem presentes e tiverem clareza do que propõem, mais essa Constituinte tenderá a adquirir uma coloração que vá de encontro aos anseios desses setores. Não levantar a bandeira da Constituinte é, na verdade, não apresentar uma alternativa realista e consequente ao atual regime. Não adianta clamar por liberdades democráticas, que significam o fim deste regime, se não se apresenta uma alternativa clara.

Finalmente, quero levantar mais uma questão. Os setores populares podem se organizar sem as liberdades democráticas? Podem; mesmo porque, hoje, no Brasil, existem setores se organizando, como é o caso do movimento estudantil. Isso é ainda muito limitado, e, para que essa organização se desiniba, para que esses setores possam respirar mais e ampliar os seus horizontes de luta, de reivindicações, têm que ir conquistando um espaço político. O caso espanhol, ao contrário do que o colega de Refazendo apontou, em vez de negar o que estou afirmando vem exatamente confirmar. Os trabalhadores espanhóis conduziram, concomitantemente com as lutas por salários e melhores condições de vida, uma luta política por liberdades democráticas, e, hoje, quando essas liberdades estão sendo conquistadas, a capacidade de movimentação desses setores tem aumentado muito. E as forças políticas populares mais consequentes, que querem levar o processo de democratização até o fim e não deixar de pé nenhum vestígio do regime franquista, continuam lutando por uma Constituinte democrática e soberana.

Refazendo - O colega de Caminhando cometeu um grave engano a respeito do que Refazendo coloca como política. Não colocamos que o centro da luta, neste momento, sejam as questões específicas, econômicas; não achamos que o proletariado se organize somente em cima de questões como melhores condições de vida. Essa organização se dá em cima de situações concretas, e, também, por liberdades democráticas, implicitamente ligadas a essas lutas.

Quando o colega de Caminhando coloca que nós estamos confundindo lutas de longo prazo com lutas mais imediatas, achamos que essas lutas não devem ser antagonicas ou não devem estar em contradição com as lutas de longo prazo. O que os colegas de Caminhando acabam fazendo, e, na prática, os colegas de Liberdade e Luta e Mobilização, também, é criar um antagonismo entre a proposta imediata e as de longo prazo. Achamos que, no momento, desviar o movimento de massa para uma perspectiva legalista, em cima da Constituinte, para uma luta que não pode estar se dando sob sua direção, para uma luta em que ele não vai interferir, que não está concretamente colocada para ele, é efetivamente antagonizar a luta imediata com o programa que se tem para o período mais a longo prazo.

Como se luta por Constituinte hoje? Se vão mon-

tar comitês pró-constituinte? A medida que nós estamos sob a dominação de setores não populares, nós vamos ter que dar passos. Não se consegue tudo ao mesmo tempo. Uma coisa é termos um processo de lutas, outra coisa é você colocar isso como objetivo. No debate, essa perspectiva ficou clara, quando se perguntou para os companheiros de Caminhando o que eles achavam melhor, uma democracia burguesa ou um regime forte. É óbvio que é a democracia burguesa; mas uma coisa é a gente colocar isso num processo de lutas e outra coisa é colocar ao movimento uma perspectiva que não é dele. O movimento de massas não está lutando pela democracia burguesa; o movimento de massas está lutando por uma transformação da sociedade. Exemplo disso foi a conquista do Diretório Central dos Estudantes. Na prática, nós conquistamos um espaço político e combatemos uma lei que existe; e não precisamos de uma constituinte para derrubar essa lei e criar outra lei para se ter o DCE.

A alternativa é a da resistência popular. Isso é que vai concretamente por fim ao regime e não a Assembleia Constituinte. A Assembleia Constituinte pode ser assumida por setores de burguesia e por setores de pequena burguesia democrática, que têm condições de interferir; os setores populares não têm condições para interferir nela, portanto, não é uma proposta popular. Não existe uma alternativa imediata para o movimento popular, ela tem que ser construída.

Resistência - É preciso ver que a organização popular se dá num processo de resistência, não porque o movimento não esteja avançando, obtendo conquistas, mas porque é embrionário e, apesar dos avanços não consegue, hoje colocar qualquer alternativa política ao regime.

A luta por liberdades de organização e manifestação pode chegar à luta por transformações de leis. Hoje, essas palavras de ordem visam avançar na ampliação do espaço político dos setores populares e não têm a função de buscar uma forma através da qual isso seja transformado em lei. Evidentemente as leis não são de todo desnecessárias, mas elas não são fundamentais no processo. A transformação dessas conquistas em leis vai ser consequência de um processo de luta. Julgamos que a luta, hoje, por liberdade de manifestação, a luta por melhores condições de vida de trabalho têm como objetivo não a conquista de uma composição numérica chamada Constituinte. Para resolver os problemas fundamentais da sociedade, é preciso que a classe operária conquiste uma correlação de forças que seja favorável a ela.

Caminhando - Para finalizar, eu gostaria de rebaatar algumas afirmações do colega de Refazendo. Segundo as colocações do colega, Caminhando proporia como perspectiva para o movimento de massa a luta por uma democracia burguesa. Isso é totalmente incorreto. Na verdade, o que propomos, como meta para o movimento de massa, é a luta por uma democracia avançada, com um conteúdo autenticamente popular. Uma democracia em que a maioria da população desfrute não das liberdades políticas formais que caracterizam as democracias burguesas, mas de liberdades efetivas. E mais, uma democracia em que as grandes reivindicações populares sejam atendidas; reivindicações como a verdadeira emancipação nacional, a reforma agrária etc, que, nas condições históricas atuais do Brasil, nenhuma democracia burguesa tem condições de satisfazer. Essa é a democracia pela qual lutamos a longo prazo. A conquista dessa democracia é uma tarefa árdua que compete ao povo brasileiro realizar. E, para tanto, precisamos acu-

mular forças. Ora, a existência no Brasil de um regime discricionário, em que mesmo as liberdades formais da democracia burguesa não são respeitadas, tem por objetivo exatamente impedir que o povo brasileiro acumule forças, ponha fim às terríveis condições de exploração e opressão a que está submetido e avance no processo de transformações pelas quais aspiramos. Por isso lutamos por liberdades democráticas; sabendo de antemão que elas são limitadas. Lutamos por elas não como um fim em si, mas para conquistar condições muito mais favoráveis à ampliação e ao aprofundamento das lutas populares, para conquistar condições muito mais favoráveis para o desenvolvimento do processo transformador. E lutar por liberdades democráticas é lutar pelo fim do regime que as anulou. Mas, se lutamos pelo fim deste regime, o que propor em seu lugar? Acredito que, em curto ou médio prazo, dificilmente haverá condições para instauração, no Brasil, da democracia avançada a que eu me referi. Os setores populares estão ainda longe de possuir forças suficientes para isso. Nesse sentido, embora essa democracia avançada seja a meta pela qual lutamos, ela não pode ser apresentada como alternativa imediata de poder. Daí, então, a proposta de uma Assembléia Constituinte. Sabemos que essa proposta é muito limitada, como são limitadas as liberdades democráticas. No entanto, me parece ser a única proposta realista. Quem nega a Constituinte, ou não propõe nada em seu lugar, propõe algo inatingível nas atuais condições, o que dá na mesma.

Evidentemente, isso não significa que a instalação de uma Constituinte seja inevitável, que a Constituinte seja a única via de acesso a um tipo avançado de democracia. Há exemplos históricos que provam o contrário. Muitos fatores podem interferir e determinar um caminho diferente para o processo. Não se trata, aqui, de fazer futurologia, mas, sim, de apresentar a proposta que, hoje, é a mais realista e que parece indicar o rumo mais provável dos acontecimentos.

estudantes do Rio

A tese de eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte tem sido defendida por vários setores da oposição. Qual sua opinião sobre esta proposta? Ela é justa? É oportuna?

DCE da Universidade Federal Fluminense - É uma proposta justa, porque abre perspectivas de ruptura com o tipo de dominação política e social existente no Brasil, que é uma dupla dominação, uma dominação nacional e uma dominação social. E ao mesmo tempo a proposta abre perspectivas de participação ampla às camadas populares, dentre as quais se incluem os estudantes, e até mesmo de transformação da sociedade brasileira, da sua es-

trutura de poder, da sua estrutura política, como também da forma como se organiza a produção e de como se dá a apropriação dessa produção.

Agora, a questão da oportunidade da proposta da Assembléia Constituinte deve ser discutida e aprofundada, primeiro porque hoje, mais do que nunca, o regime vive a contradição de não conseguir se institucionalizar, devido a seu isolamento do conjunto da sociedade, e à sua incapacidade de manter o sistema de dominação sem gerar um descontentamento bastante amplo. Segundo, porque é crescente a aglutinação de todos os setores da oposição democrática que se opõe em esse tipo de regime, setores que hoje não se restringem apenas ao MDB, à oposição consentida e criada pelo próprio regime.

A oposição democrática brasileira é bastante ampla e a todos, hoje, interessa uma ruptura com o tipo de dominação, e a discussão de uma alternativa política capaz de viabilizar, a curto prazo, essa ruptura, que é a proposta de Assembléia Nacional Constituinte.

DCE da Pontifícia Universidade Católica - Inicialmente, para situar o debate sobre a Constituinte, do qual sem dúvida os estudantes não podem ficar à margem, é necessário se situar o atual quadro político do país, a partir da crise do "milagre", da abertura de uma crise econômica, trazendo dissensões claras dentro do bloco dominante, e o impasse a que chega o bloco dominante para resolver seus problemas econômicos, que se reflete a nível político. A gente vê que existe hoje uma parcela da própria burguesia insatisfeita com o regime atual, que uma série de projetos estão começando a se definir. Dentre esses projetos, surge o de uma Assembléia Constituinte, uma discussão que está sendo travada a nível de setores da própria burguesia insatisfeita e a nível dos setores médios da sociedade, hoje, com a crise, em contradição com o regime. Mas, na verdade está fora de discussão de outros setores fundamentais da sociedade, como os próprios trabalhadores, que não se encontram absolutamente em cena política, discutindo alternativas de poder.

A Assembléia Constituinte se afigura como uma alternativa de poder ao atual regime, ao nível das classes que estão em cena, uma alternativa de poder de modificação da dominação, mas que não traz a contestação da dominação; modifica-se a forma de dominação de classe, mas a dominação perdura. Uma Assembléia Constituinte não questiona, hoje, em absoluto, a dominação de classe da sociedade brasileira, e a discussão eu acredito que não seja apenas de se colocar favorável ou contrário a uma Assembléia Constituinte.

É preciso notar que vários outros aspectos como, por exemplo, quem iria convocar essa Assembléia Constituinte, a própria viabilidade dessa Assembléia Constituinte hoje, como ela seria convocada, a partir de quem, se o MDB iria convocar essa Assembléia, se para isso ele iria necessitar de maioria nas eleições; portanto levar, como já foi dito, uma campanha para as eleições de 78 com a bandeira da Constituinte, como fez em 74 em relação à CPI: "Vote no MDB porque o MDB vai convocar a CPI" e agora "Vote no MDB porque o MDB vai convocar uma Assembléia Constituinte". Na verdade, essa é uma discussão em que os estudantes estão interessados, mas não porque a Assembléia Constituinte vá resolver os problemas dos estudantes, que não estão, hoje, interessados na solução apenas de seus problemas. Os estudantes já têm suficiente experiência histórica para saber que o movimento estudantil em si não vai liderar nenhum processo de transformação social ou coisa do tipo. Portanto, o movimento estudantil busca a sua consequência, ele é consequente na medida em que assume perspectivas historicamente conse-

quentes

Não seria uma postura correta do DCE da PUC, no caso, defender a Assembléia Constituinte porque os estudantes, enquanto setores médios, iriam se sentir melhores com essa Assembléia Constituinte ou coisas do tipo. Há que se ver a viabilidade histórica disso, e a possibilidade de convocação dessa Assembléia, de se saber como essa Assembléia pode ser convocada; e, ao que parece, hoje, na atual conjuntura, uma Assembléia Constituinte que venha a surgir, vai ter necessariamente maioria dos setores burgueses insatisfeitos e apontar talvez para uma redemocratização, mas apontar mais ainda no sentido de manter a dominação de classe, e correndo o sério perigo de se colocar outros setores na cauda das propostas que não têm realmente nada a ver com esses outros setores, ao nível de suas perspectivas históricas e tudo o mais. Portanto, esse debate da Assembléia Constituinte está em pauta, está em discussão e a gente deve ver até que ponto esse apoio à Constituinte vai realmente resultar numa perspectiva consequente historicamente de transformação da sociedade brasileira.

DCE - UFF - Existem duas questões básicas que precisam ser vistas preliminarmente. A primeira é assinalar que tipo de dominação se encontra hoje no Brasil, ou seja, quais são as características básicas dessa dominação, e a que serve esse tipo de regime. As duas características essenciais desse regime é que ele serve aos interesses fundamentais do grande capital monopolista, seja o grande capital monopolista internacional seja o capital monopolista nacional a ele associado, e em segundo lugar, aos grandes latifundiários, aqueles que monopolizam a terra no Brasil. Então, isso de imediato vai atingir duramente dois grandes setores das camadas populares brasileiras, os trabalhadores urbanos, sobretudo os ocupados na indústria de transformação, que são submetidos a um sistema de arrocho salarial muito intenso, e as massas do campo, sejam os trabalhadores rurais, sejam os camponeses, que estão sendo expulsos de suas terras, que estão sendo explorados brutalmente, como, por exemplo os *bóias-frias*. Além desses dois setores importantes e fundamentais da sociedade brasileira, observa-se também uma crescente proletarização das camadas médias urbanas, profissionais liberais, etc. Também a pequena e a média empresa, de capital nacional, que são um contingente numeroso, embora economicamente não detenham a hegemonia na economia brasileira, também são vítimas desse tipo de dominação, tendo os seus interesses contrariados, seja pelo grande capital monopolista, seja pelas forças mais reacionárias do campo, dos grandes latifúndios e do monopólio da terra. Então, essa caracterização é fundamental para se entender porque o regime vive numa situação de isolamento tão grande. Basicamente ele se apóia numa minoria da população que detém em seu poder uma parcela considerável da riqueza, quase que toda a riqueza nacional. Sobretudo numa situação de crise em que mesmo as classes dominantes tradicionais hoje não têm espaço para manter a sua dominação e são aliadas do poder pelo setor hegemônico dessas classes dominantes que é fundamentalmente o grande capital monopolista financeiro e o latifúndio. Então, é dentro desse quadro que a questão das liberdades democráticas surge como uma alternativa de luta assumida por todos os setores descontentes da população.

Os trabalhadores, as camadas populares, as camadas médias urbanas são os maiores interessados nas liberdades democráticas. Primeiro, porque eles não têm nada a perder com as liberdades democráticas. Até mesmo alguns setores do grande empresário talvez no futuro tenham a perder com uma dose maior de liberdades democráticas, mas as camadas populares nunca tiveram e nunca vão ter nada a perder com as liberdades democráticas. E é

essa situação de dominação que está levando à convergência de interesses de todos esses setores em torno das bandeiras de luta que se colocam concretamente para a defesa das liberdades democráticas. E a discussão que se trava hoje é saber em que medida a proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte é hoje uma bandeira de luta mais avançada, pelas liberdades democráticas capaz de restabelecer aos trabalhadores os seus instrumentos de luta, e mais ainda, permitir que a ruptura com esse tipo de dominação leve ao estabelecimento da democracia no país.

A Assembléia Nacional Constituinte não implica necessariamente na constituição de um novo pacto social em que fique assegurado um novo tipo de dominação que contrarie os interesses das camadas populares. A Assembléia Nacional Constituinte significa, por enquanto, apenas a ruptura desse tipo de dominação e a sua constituição não implica na supressão de alternativas mais avançadas para as camadas populares. Vai depender fundamentalmente da capacidade das camadas populares levarem adiante esta e as demais bandeiras de luta que são específicas dos trabalhadores, dos assalariados, das massas camponesas, das camadas médias urbanas; a capacidade de fazer com que esse processo de dinamização da oposição democrática no Brasil, de conquista de mais liberdade, de ruptura dessa dominação, leve necessariamente à transformação da forma como se organiza a produção no Brasil, da forma como se distribui a riqueza no Brasil, da forma como se participa do processo de decisão política nacional.

As características da luta da oposição democrática hoje no Brasil são nacionais, na medida em que elas se confrontam com o grande capital monopolista internacional, e são democráticas na medida em que elas vão corresponder às aspirações mais legítimas das camadas populares.

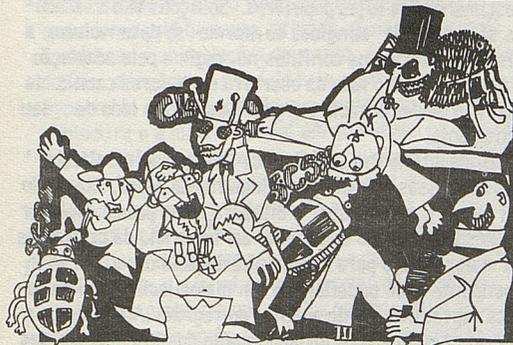
A questão da luta pelas liberdades democráticas sem dúvida é de interesse muito grande dos setores populares; realmente eles não têm nada a perder com as liberdades democráticas, mas têm muito a perder com o tipo de condução que se pode dar nessa luta, quando se sabe que no momento a luta por liberdades democráticas pressupõe necessariamente uma conciliação de classe, em que no caso, os setores populares, por não estarem organizados, estariam sendo entregues praticamente de mãos atadas aos setores dominantes. É clara a contradição que existe entre um Papa Júnior (empresário de São Paulo), que está interessado nas liberdades democráticas, e o Severino da obra que, segundo se coloca estaria também interessado em liberdades democráticas. Não se pode colocar o Sr. Papa Júnior de mãos dadas com o operário que trabalha na empresa dele, ambos numa luta por liberdades democráticas; parece claro quem teria a perder com isso. E em relação à questão da Constituinte, sobre a questão de o debate não ser sobre a favor ou contra, mas como a ANC se daria, foi colocado que seria necessária a expressão de todos os setores. Realmente, essa é a questão. Não é suficiente se colocar a necessidade da expressão de todos os setores e eles imediatamente, como num passe de mágica, iniciariam a sua expressão. Na verdade, o que se tem de conquistar hoje é que os setores populares se expressem, se organizem. E isso não é conseguido simplesmente com uma fórmula mágica de uma Assembléia Constituinte. Essa Assembléia Constituinte não seria representativa apenas na medida em que estivesse desvinculada da Lei Orgânica dos Partidos, mas seria representativa na medida em que ela tivesse representados todos os setores, e mais, que ela fosse realmente conquistada por esses setores, e não doada pelas classes que hoje estão em cena política, como uma solução para os seus próprios problemas econômicos e seus impasses institucionais.

DOCUMENTO

- A CRISE POLITICA
- SOBRE AS TENDENCIAS POLITICAS NO MOVIMENTO DE MASSAS
- SOBRE O TRABALHO DE MASSAS
- SOBRE A CONSTITUINTE



· A CRISE POLITICA



Alimentado pela crise econômica e pelo crescente descontentamento da burguesia, já há algum tempo o MDB passou a adotar uma linha mais visível de oposição ao regime. Conseguiu com isto atrair para si a participação ativa de representantes da pequena burguesia democrática e canalizar nas eleições o protesto das massas populares. No estreito espaço político deixado ao exercício da democracia burguesa, a oposição cresceu e, com isto, passou a ser um fator de enfraquecimento do regime e de estímulo ao próprio crescimento das lutas de massas. Isto obrigou o governo a alterar sua linha favorável ao processo gradual de abertura do espaço político para a manifes-

tação das inquietações das classes dominantes. Passou a adotar uma linha de "endurecimento gradual", isto é, - uma linha que, para manter o poder absoluto de decisões na área militar e tecnocrata, precisa punir os excessos da oposição, precisa manter parcialmente sob censura os meios de comunicação, precisa adotar novas leis e regras no sentido de conservar a ARENA como partido majoritário e o MDB como partido que deve tão somente desempenhar no parlamento a farsa de oposição.

Essa política de endurecimento gradual por parte do governo é agora o meio como ele busca se equilibrar entre a chamada linha dura e o crescimento da oposição burguesa. Nessa situação que as atuais manifestações de massas se apresentam como um novo fator de instabilidade política.

Por um lado, as manifestações servem de pretexto para as campanhas anti-subversão que buscam sensibilizar as bases militares do regime e assustar a burguesia. A essas campanhas se somam as atividades dos órgãos repressivos que procuram fazer um levantamento geral das forças políticas que trabalham em diversos pontos do movimento de massas, tanto na área estudantil como em outros setores. Com este levantamento pretendem provar a existência da subversão por toda a parte e se preparar para uma escalada repressiva, caso esta se transforme numa arma necessária para forçar uma solução de direita para a crise política e para os atuais impasses.

Por outro lado, entretanto, as manifestações de massas ainda que tenham alcance limitado, agrava o quadro de isolamento do regime e, ao exprimirem uma capacida-

de grande de mobilização de massa, Criam uma defesa - contra uma escalada repressiva sobre os setores mais organizados e conscientes do movimento. Naturalmente que os defensores da linha dura usam as manifestações dos estudantes, dos professores, dos jornalistas e de outros setores intelectuais, as lutas e atividades no meio operário e mesmo os pronunciamentos da Igreja e da imprensa oficial, como pretexto para suas campanhas pelo revigoreamento da ditadura e da luta contra a subversão. Mas o governo e seu esquema militar prefere por ora não adotar uma ofensiva frontal frente as lutas de massas, tanto - por temer que esta ofensiva provoque reações maiores - (uma vez que há uma capacidade grande de mobilização da massa), como por temer um maior isolamento político, uma vez que a oposição burguesa, ainda que vacilante e heterogênea continua crescendo e continua exigindo uma solução "democrática" para a crise atual.

As reformas políticas de abril e a cassação do deputado Alencar Furtado, reduziram ainda mais o espaço de exercício da democracia burguesa, sem entretanto garantirem uma maior estabilidade política ao regime, e nem - tampouco satisfazer as facções que disputam a liderança das forças armadas e da burguesia na sucessão presidencial. As reformas de abril por um lado, dificilmente evita rão a vitória eleitoral do MDB em 1978 e, por pressentirem isto, diversos parlamentares da ARENA vêm defendendo o adiamento das eleições (com a prorrogação dos atuais mandatos) ou a implementação de novas reformas políticas (co mo a extinção dos atuais partidos e criação de quatro ou cinco novos) a fim de evitar o triunfo da oposição. E a cas sação de Alencar Furtado, após um discurso numa rede de rádio e televisão, que conseguiu grande audiência, por outro lado trouxe um novo desgaste para os que ainda acreditavam nas propostas de distensão do governo Geisel, sem entretanto contentar os setores mais reacionários - das forças armadas, que pressionavam por uma cassação mais vasta que envolvesse ainda trinta outros parlamentares.

Tendo como pano de fundo uma grande instabilidade econômica, com uma inflação que se aproxima de 50 por cento ao ano, com uma dívida externa cada vez mais difícil de ser paga, com reivindicações cada vez mais insistentes de diversos setores das classes dominantes (produtores de café, soja, empresários ligados à indústria de base, etc.), a situação política do país oferece um quadro extremamente contraditório. Na ARENA cresce um setor favorável à moderação e à um acordo com o MDB, capaz de fortalecer o esquema Geisel na sucessão presidencial e a uma reversão da linha de endurecimento. No MDB acirram-se as disputas entre um setor favorável a um acordo de cúpula com o regime visando a sua institucionalização e um setor mais inclinado a uma solução democrática para a atual crise política, ainda que nos marcos da democracia burguesa. No próprio exército, oficiais graduados vêm a público defender a volta a democracia, ao mesmo em que estariam fazendo circular nas forças armadas manifestos pedindo a Geisel a convocação a uma Constituinte e a supressão dos atos de excessão. Vai se gestando, assim, um amplo movimento de mocrático de oposição burguesa não deixa de ser heterogêneo tanto no campo das propostas políticas concretas como no campo dos seus

interesses econômicos imediatos. Nele podem ser incluídos setores da Arena e do MDB e diversos órgãos da imprensa oficial, a Igreja, associações empresariais e mesmo alguns sindicatos e associações profissionais. Durante as comemorações dos 150 anos de fundação dos cursos de Direito no país, realizadas na primeira quinzena de agosto, este movimento deu um novo passo no sentido de se transformar num movimento político mais amplo, ao ser divulgado um manifesto de juristas, chamado de "Carta aos brasileiros", onde o regime é chamado literalmente de ditadura e onde é pedido o "estado de direito, já", com o fim dos atos de excessão e a realização de eleições livres.

Por outro lado, os postos de comando na vasta rede - que exerce o poder de decisão da ditadura mostram já agora, sinais de divisão, e é o caso, por exemplo; das atitudes do reitor da Universidade de Brasília e da ação na - quefa Universidade dos órgãos de segurança, que se coloca claramente a serviço da linha dura e da agitação nos meios militares. A favor de uma sucessão presidencial - capaz de revigorear a ditadura militar através da única arma, a seu ver possível hoje: a luta contra a subversão para salvar a "democracia".

Essas divisões no esquema de poder da ditadura, a formação de um amplo movimento democrático nacional e o próprio crescimento das lutas de massas não formam ainda uma correlação de forças favorável a uma solução "democrática" para o conflito no bloco dominante. Isto se torna evidente pelo próprio fato de o governo ter que utilizar uma política gradual de endurecimento para manter o equilíbrio estável no regime, tentando neutralizar a linha dura, manter a unidade militar; adiar uma solução mais acabada para o conflito entre ditadura burguesa e democracia burguesa.

Não se pode dizer, portanto, que a ditadura esteja prestes a cair. Não se pode nem dizer que a queda da ditadura seja uma das soluções mais acabadas para a crise atual. E enquanto perdurar, de um lado a fraqueza das lutas populares, e de outro a vacilação do movimento democrático frente às provocações da linha dura e frente ao próprio crescimento das lutas populares. Soluções mais acabadas só podem ser atingidas conforme se desenvolvam a crise econômica e os conflitos no regime pela adaptação da ditadura para o lado da abertura de maiores canais de exercício da democracia burguesa ou para o lado de seu fechamento.

Ainda que tenha seu alcance limitado, as manifestações de massas têm um papel importante agora. Elas não têm forças para derrubar a ditadura, mas podem explorar as divisões do bloco dominante em benefício da criação de um maior espaço para sua manifestação e organização independente e em benefício de um maior isolamento da política repressiva e anti-popular do regime. Além disso, o próprio crescimento e fortalecimento das lutas de massas exercem pressões sobre o movimento democrático, pressões que, de um lado, desempenham o papel de atrair seus setores mais combativos para o lado de um movimento popular independente e, de outro, desempenha o papel de empurrar o movimento democrático para o lado dos seus setores moderados na busca de um acordo com as forças do regime, acordo este que, pelo menos, enfraquece uma tentativa de golpe de direita por parte da linha dura.

COLABORE COM A IMPRENSA OPERARIA CLANDESTINA NO BRASIL

SOBRE AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS NO MOVIMENTO DE MASSAS



A oposição burguesa tem levantado o restabelecimento do estado de direito e das liberdades democráticas e a convocação de uma assembléia constituinte como alternativa aos impasses e conflitos no regime e no bloco dominante. Frente às cassações, as reformas de abril e aos atos de excessão, o MDB propõe para alcançar aqueles objetivos, a "resistência democrática".

Aqueles objetivos e temas, que transpassam diversas instituições burguesas formadoras da opinião pública e de um consenso político, influenciam as lutas populares e buscam atraí-las para os limites de um amplo movimento democrático nacional. Por outro lado, ainda não se en- contra formado um partido que represente os interesses da classe operária e o nível da luta e organização dos trabalhadores está bastante atrasado. É nessa situação que as últimas manifestações de massa, particularmente estudantis, atingiram o nível da luta política, dando um passo importante na formação de um movimento popular contra a ditadura e a miséria social em que vivem os trabalhadores e a maioria do povo. Com isto puderam ficar mais nítidas as tendências políticas no interior do movimento de massas e como elas refletem na prática os problemas da atual situação política e da atual correlação de forças, como elas se relacionam com a luta e os objetivos de uma ampla frente nacional pelas reformas democráticas.

Um dos problemas da prática política atual pode ser representado pela opção que se tem que fazer em torno do caminho que melhor contribui para fortalecer a luta contra a ditadura e a exploração capitalista, para criar nesta luta uma força política capaz de representar um bloco das classes dominante. O que se pode notar com as últimas experiências é que, de modo geral, dois caminhos se destacam. Um destes caminhos separa a luta contra a atual forma de domínio de classe da luta contra o próprio domínio de classe. Privilegia-se então a luta pelo alargamento da democracia burguesa, pela conquista das liberdades democráticas burguesas, deixando para a propaganda em círculos mais restritos a luta contra o domínio de classe. Dessa forma, se dá prioridade à formação de um bloco o-

posto à atual forma de regime, ou seja, uma ampla frente democrática nacional; cujo objetivo é o restabelecimento da democracia burguesa para que, a partir daí, passe ao primeiro plano a luta contra o domínio de classe.

O outro caminho toma a luta contra a ditadura como a luta contra um regime que é hoje a forma de exercício do domínio de classe, que serve de arma ao desenvolvimento da exploração capitalista e não a um sistema de produção em extinção, pré-capitalista. Este caminho não ignora que agora esta forma de governo das classes dominantes está em contradição com diversos interesses imediatos da burguesia, e não é capaz de manter uma aliança estável no bloco dominante. Nem se coloca contra uma solução "democrática" mas reconhece que esta solução só poderá representar um passo a frente na luta dos trabalhadores e do povo se ela for produto de um recuo imposto por esta luta, cujos objetivos estão mais além do que essa solução, tanto no campo das liberdades políticas, como no campo das melhorias das condições de vida. Isto implica em que o bloco das classes dominantes e setores explorados e oprimidos que vai se formando nas lutas de massa, seja independente do bloco democrático ou da frente ampla nacional, não apenas no terreno da propaganda, mas nas formas de luta, de organização, na agitação política, nas palavras de ordem unificadoras e formadoras de um consenso no meio das massas.

Na prática, esses dois caminhos se apresentam misturados, há aspectos de um e de outro nas principais tendências políticas do movimento de massas, tendências que se tornaram mais visíveis com as últimas manifestações. Embora a base dessas manifestações tenha sido pequena burguesa, principalmente estudantil, elas não deixaram de indicar tendências políticas presentes no conjunto da luta de classes, as tendências que formam o conjunto do movimento de esquerda no país.

Uma dessas tendências não representa mais que a aplicação tática e dos objetivos políticos que partem da oposição burguesa ou da frente ampla pela democracia. Assim, no movimento de massas e em particular em seus pontos altos, como é o caso do atual movimento estudantil, a linha de ação empregada pelos defensores da frente ampla democrática é desmobilizadora. Visa rebaixar estes pontos altos, de modo a canalizar as manifestações e discontentamentos existentes ou para os problemas específicos ou para fortalecer a ligação entre o movimento de massas e as instituições burguesas; fazendo dessas manifestações não mais do que um dos "clamores nacionais" que partem de toda a sociedade e aumentam com isto a distância entre "Estado" e "Nação".

Entretanto, é a própria situação política e econômica que estimula o crescimento das lutas de massas. Com isto, se criam melhores condições para se desenvolverem as formas próprias de luta e avançar a organização livre e independente, o que já é suficiente para criar problemas e impasses para uma política de frente ampla sob direção burguesa. Porque as formas próprias de luta e o avanço na organização livre e independente das massas servem de pretexto para as ameaças da linha dura, entram inevitavelmente em choque com a repressão, aumentam a agitação política e, conseqüentemente, afugentam da "frente" os representantes da burguesia. Por outro lado, o argumento de que é possível se conquistar a direção de um amplo movimento democrático adotando-se suas bandeiras e as formas de luta e organização compatíveis com

a aliança de distintos setores e classes, tanto dominados e exploradas, como dominantes e exploradoras, é totalmente falso. A direção burguesa dessa frente não se dá simplesmente porque pesam dentro dela as forças comprometidas com a burguesia, afinadas com seus interesses de classe, forças moderadas e vacilantes. Mas se dá pelos objetivos políticos, pelas bandeiras de luta, pelas formas de organização e de luta que nela predominam. Rompe-se pois a frente ampla democrática a cada momento em que o movimento de massas que se quer enquadrar nessa frente for capaz de ampliar uma agitação política independente ligada aos interesses dos trabalhadores, for capaz de adotar formas próprias de luta, como são as greves, os atos públicos, as manifestações de rua e outras; for capaz de avançar na organização livre e independente das leis e das instituições burguesas. Para enquadrar o movimento de massas numa frente ampla democrática, atua-se portanto, numa linha de desmobilização, de rebaixamento dos pontos altos do movimento, de burocratização das conquistas no terreno da organização livre. Defende-se temas e palavras de ordem que partem da oposição burguesa e os principais objetivos na luta contra o atual regime são as liberdades democráticas e o restabelecimento da democracia burguesa. E, como forma de restabelecer a democracia burguesa e resolver os atuais impasses políticos no regime, propõe-se a convocação de uma assembléia constituinte.

Mas, no movimento de massas, os que se unem em torno das liberdades democráticas e da constituinte não são apenas os adeptos da frente ampla democrática. Esses temas também se colocam como objetivos principais na luta contra a ditadura para aqueles que consideram que o regime está prestes a cair e que, em consequência disto, a política justa no movimento de massas é agora uma política de ofensiva. Uma política de ofensiva, isto é, uma política que busca levar o movimento de massas à ofensiva contra o regime é totalmente irreal. Apesar da crise política, a ditadura ainda é bastante forte e a oposição burguesa ainda é bastante vacilante frente a um crescimento das lutas populares. Além disso, as lutas de massa só contam agora com a capacidade de mobilização e organização existente no movimento estudantil. Querer transformar o movimento estudantil em foco insurrecional como meio de despertar ou generalizar uma insurreição popular é pura fantasia, quando se sabe que o movimento dos trabalhadores e outros setores do povo pobre se encontra quase totalmente desorganizado, seus sindicatos estão sob controle dos pelegos, suas lutas espontâneas não ultrapassam ainda pequenos problemas ao nível de fábrica ou bairro. Na prática, se quer jogar com o movimento da pequena burguesia; em particular os estudantes numa prática de choques diretos com o regime para provocar o choque entre a linha dura e a oposição burguesa, como

se esta oposição estivesse disposta a isto. Na prática se confia que os enfrentamentos diretos com o regime acabem provocando um golpe pelo lado da democracia. Embora diferentes na forma e nas intenções, eis aí duas linhas presentes no movimento de massas e que não deixam de refletir a influência, pela direita ou pela esquerda, da oposição burguesa e de suas alternativas para o atual conflito no bloco dominante. Uma quer rebaixar os pontos altos do movimento de massas e colocar as manifestações e lutas populares atrás da oposição burguesa. A outra quer fazer dos pontos altos do movimento de massas tropas de choque e fazer da pequena burguesia a vanguarda da derubada da ditadura. Uma e outra tomam como objetivo principal na luta contra a ditadura a convocação de uma constituinte e o restabelecimento das liberdades democráticas. São essas as principais palavras de ordem que defendem nas manifestações e lutas populares.

Tanto os pontos mais altos como os mais baixos do movimento de massas se enquadram numa política geral de defensiva. Isto porque a ditadura é ainda forte, tendo uma margem grande para se adaptar pelo lado de uma abertura parcial ou para o lado de um maior endurecimento conforme se desenvolvam a crise econômica e as contradições na burguesia e no regime. E, por outro lado, a luta e a organização dos trabalhadores e outros setores do povo encontram-se bastante atrasadas. Estes fatores limitam o alcance da luta estudantil que representa agora um ponto alto do movimento popular.

Ao se levantarem nas lutas estudantis bandeiras e objetivos que representam interesses do proletariado na luta contra a ditadura e a miséria social, isto não tem como finalidade conduzir estas lutas para uma ofensiva contra o regime em nome dos trabalhadores, ainda ausentes da luta política. Surgindo nas lutas políticas dos estudantes esses objetivos e bandeiras servem para colocá-los ao lado dos trabalhadores, servem à ampliação da agitação política revolucionária, servem para a criação de um consenso revolucionário e independente no meio das massas populares e de uma unidade política contra a ditadura e a miséria social.

Os estudantes não têm força para derrubar a ditadura e muito menos para levar esse processo até o fim. Entretanto, embora submetidos a um quadro geral de defensiva frente ao poder das classes dominantes, as lutas políticas dos estudantes não devem ser rebaixadas como se tivessem que esperar pelos trabalhadores. E nem devem ser entendidas como lutas passivas frente à política repressiva e anti-popular da ditadura e frente às condições de ensino num sistema voltado para a super-exploração dos trabalhadores. Resistindo à política repressiva, às condições de ensino impostas, divulgando bandeiras de luta do interesse da classe operária, denunciando arbitrariedades do regime, despertando outros setores para a política, as lutas estudantis servem de pretexto para as campanhas da linha dura. Porém, não se pode tomar estas provocações como determinantes da prática política; senão, não restaria outro remédio que esperar o dia em que o regime, de boa vontade, resolvesse se liquidar. Uma coisa é não fazer provocações, é não levar parcelas do movimento ao ataque contínuo contra as forças repressivas; é não adotar a ofensiva contra um inimigo muito mais forte. Outra coisa é capitular frente às ameaças e provocações dos agentes do regime, é deixar de aproveitar o poten-



cial de luta existente que permite abrir maiores espaços - para a manifestação política dos estudantes e de outros setores do povo e para o avanço da organização livre e independente.

O movimento estudantil, como parte do movimento popular que tem nos trabalhadores a sua principal força, participa como ponto mais mobilizado e organizado da resistência contra a exploração capitalista e a política anti-popular e repressiva do regime. Ao contrário de uma política ofensiva ou de frente ampla democrática, é uma política de resistência que pode melhor contribuir para o enfraquecimento do regime, para se conquistar vitórias parciais no campo dos direitos e das melhorias nas condições de vida, para desenvolver a organização independente e a consciência política, para ampliar e fortalecer um movimento político de caráter popular contra a ditadura e a miséria social. Entretanto, como é impossível num momento de defensiva ou de resistência popular conquistar vitórias capazes de não só transformar o regime mas também atingir a própria dominação burguesa, isto cria entre as forças que lutam para avançar a resistência dos trabalhadores e do povo uma confusão acerca das conquistas parciais e dos objetivos políticos da luta contra a ditadura. Essa confusão não deixa também de ser uma das maneiras como se realiza a influência das palavras de ordem e das alternativas da oposição burguesa sobre o movimento de massas e sobre os setores democráticos da Igreja, da Imprensa, das associações de profissionais liberais, etc.

Uma coisa é participar ativamente de cada luta concreta, das lutas que buscam conquistar um direito ou uma melhoria nas condições de vida, ainda que modestas; uma coisa é trabalhar para unir estas lutas ou a resistência dos trabalhadores e do povo em torno das palavras de ordem políticas ou objetivos frente ao regime que expressem um processo de soluções dos problemas sociais e políticos de modo a atender os interesses dos trabalhadores e da maioria do povo; uma coisa é, nesse caminho de lutas, a ditadura se ver obrigada a recuar para formas mais democráticas de dominação. Outra coisa é trabalhar para unir a resistência em torno de objetivos frente à ditadura que representem apenas transformações parciais do regime, que representem apenas a ampliação das liberdades burguesas, esquecendo-se de que essas transformações parciais só representam um passo à frente na luta dos trabalhadores e do povo se forem o resultado de um recuo imposto por essas lutas, cujos objetivos políticos precisam estar, portanto, à frente desses recuos ou concessões.

Vejamos então, por exemplo, a oposição que se tem criado dentro do movimento de massas, em particular nas manifestações políticas dos estudantes, entre liberdades democráticas e completa liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores e oprimidos.

Naturalmente que essa oposição não se deve a uma questão de forma, a um pedantismo em não querer se expressar uma só coisa com as mesmas palavras. O primeiro objetivo é uma palavra de ordem levantada pela oposição burguesa e não deixa de simbolizar a exigência de uma transformação parcial no regime (reformas democráticas, mudança da forma política de dominação da burguesia) ainda que se queira dar a ela um tom mais ou menos radical. Enquanto vanguarda, enquanto propaganda em grupos res- tritos, podemos encaixar esta palavra de ordem em toda uma teoria capaz de lhe dar um ou outro significado numa

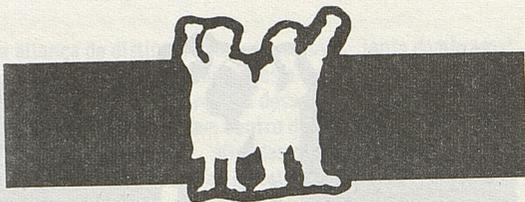


estratégia e numa tática de luta contra a ditadura. Mas, como agitação ampla, como palavra de ordem que penetre nas massas, ela não escapa da conotação que lhe dá a burguesia, ela representa um "clamor nacional" por uma redemocratização do regime, que de fato é o objetivo capaz de alargar juridicamente as liberdades burguesas no terreno de um sistema de dominação de classe.

O segundo objetivo não está em contradição com vitórias parciais, incluindo-se aí as chamadas liberdades democráticas, ou seja, as liberdades conquistadas juridicamente numa sociedade sob o domínio da burguesia e que melhoram a margem de ação legal das classes exploradas e oprimidas. Esse segundo objetivo encampa também essas liberdades e todas as conquistas parciais no campo da liberdade política. Mas avança em relação a elas, uma vez que não as toma como o geral, como um dos objetivos principais na luta contra o regime, uma vez que a conquista da completa liberdade de organização e manifestação aos trabalhadores e oprimidos só se efetiva integralmente num momento onde possa surgir um governo provisório sustentado pelas organizações de massas das classes trabalhadoras. Deste modo, não se toma a forma autoritária do regime como primeiro inimigo a vencer, mas se toma como inimigo a enfrentar e vencer a ditadura como forma de dominação da burguesia.

Um dos motivos importantes para não se tomar as liberdades democráticas como bandeira principal na luta ou na resistência contra o regime está em que nossa preocupação em relação à massa não é simplesmente fazê-la encampar objetivos políticos mais modestos (nós devemos defender toda reivindicação da massa por mais modesta que seja) sob o argumento de que suas lutas são ainda frágeis. E deixar para a propaganda e, círculos reduzidos, bandeiras de luta mais "ambiciosas". É da maior importância criar no meio da massa no terreno da política, um consenso contra a ditadura e a miséria social, identificar a ditadura com o domínio de classe e as formas de opressão e miséria social que recaem sobre os trabalhadores e a maioria do povo. Isto porque é necessário criar no terreno da própria sociedade capitalista um movimento popular independente, um bloco de classes e setores explorados e oprimidos contra o bloco dominante. E os temas que saem da oposição burguesa, que são trabalhados por diversas de suas instituições na formação de um consenso de democracia burguesa no meio do povo só servem para confundir as massas, para manter nelas a dominação ideológica da burguesia.

Além disso, na própria sociedade capitalista, a capacidade de os trabalhadores levarem à prática a sua liberdade política ou à sua democracia, ao formarem, por exemplo, organizações livres e democráticas, a partir das fábricas e dos bairros, esta forma de democracia nada tem a ver com a democracia burguesa (desde que o movimento tenha força para conservar sua independência). São formas embrionárias da democracia proletária que pode e de



ve nascer na sociedade capitalista, sustentada pela força da luta de massas. Por exemplo, não precisou que fosse derrubada a autocracia na Rússia de 1905 para que surgissem os soviets como órgãos da democracia e poder do proletariado e campesinato. E, quando a democracia burguesa surgiu em fevereiro de 1917, esses soviets representavam um duplo poder, a forma de democracia das classes exploradas e oprimidas, a sua forma de poder em oposição às formas de poder da democracia burguesa.

Lutar então pela conquista da completa liberdade de manifestação e organização aos trabalhadores e oprimidos não significa deixar de lado as vitórias parciais no terreno da liberdade política (como, por exemplo, o direito à greve, à revogação do decreto 477, etc), mas significa que quanto mais fortes forem as lutas por esse objetivo, mais fácil será arrancar, no caminho, concessões do regime, inclusive obrigá-lo a recuar para formas mais democráticas de governo. Dessa forma, as massas e suas parcelas avançadas não vão se iludir com concessões parciais ou com recuos forçados, mas vão ser estimuladas a continuar a luta para levar até o fim o processo de enfraquecimento do poder das classes dominantes.

Tomar, então o parcial ou o que pode ser arrancado sob forma de concessão ou recuo do regime e das classes dominantes como objetivo principal na luta contra a ditadura, significa ficar preso à ilusão de uma frente ampla democrática, capaz de não assustar a burguesia e capaz de levá-la a cumprir aquilo que deveria ser o seu papel; afinal há de se pensar, o capitalismo para se desenvolver e se livrar de seu passado, precisa de uma democracia parlamentar. Ou então significa ficar preso a uma concepção de que se deve desenvolver a luta política de forma gradual, para ir gradualmente superando a consciência atrasada das massas, de que, a cada momento, se deve lutar por um objetivo político em relação ao poder, que gradualmente vai se aproximando de um fim desejado teoricamente. Aplicado esse raciocínio a outras questões, seria o mesmo que fazer primeiro a luta econômica e só depois a luta política; ou primeiro a luta contra a forma autoritária de governo e só depois a luta contra o domínio de classe; ou primeiro lutar pelo fim do AI-5 e só depois pelo fim de todas as leis repressivas; ou primeiro lutar pelo bom tratamento aos presos ou pela soltura de alguns presos e só depois lutar pela liberdade de todos.

Uma política de resistência democrática, ainda que sob o argumento de que, no período de defensiva tem uma importância especial lutar por objetivos parciais frente ao regime, acaba por deslocar o esforço de criar uma frente dos trabalhadores e outros setores oprimidos do povo, para em troca, buscar a formação de uma frente democrática na qual assumem o papel de destaque os setores mais intelectualizados da pequena burguesia e os opositores burgueses. Certamente que, para o surgimento de um bloco que reúna os trabalhadores e demais setores oprimidos existem hoje grandes obstáculos, sobretudo porque as atividades voltadas para a criação deste bloco ainda não po-

dem se apoiar em lutas efetivas da classe operária.

Estas dificuldades não devem, entretanto, levar a que se promova ou se aceite (ainda que temporariamente) a predominância das reivindicações políticas e das formas de luta e organização formuladas pela oposição liberal. Quando, pela boca das manifestações estudantis, se gritam e se fortalecem as palavras de ordem ressuscitadas pela oposição burguesa, não se pode idealizar este fato como se esta fosse a forma mais avançada de fazer os estudantes romperem o seu isolamento, ou como se isto fosse necessário para, primeiro, se atingir uma consciência democrática e depois, essa consciência ganhar um colorido social. Ao se manter uma política de resistência em virtude de se compreender que a luta dos trabalhadores está atrasada e que não se pode agora lançar contra um inimigo muito mais forte, é porque se pretende acumular forças na resistência contra a exploração capitalista e a política anti-popular e repressiva do regime, fazendo surgir um forte movimento de resistência popular, independente, sob direção do proletariado. Mas, ao se manter as liberdades democráticas como bandeira principal frente à ditadura e unificadora da resistência, o que se faz, independente das intenções, é dar força ao movimento democrático burguês e apontar para a direção da democracia burguesa como sendo a forma de solucionar os problemas políticos e sociais que afligem os trabalhadores e o povo. E daí a contradição ou direção proletária ou direção burguesa.

Contudo, se as palavras de ordem como liberdades democráticas e Constituinte e outros temas originários da oposição burguesa têm importância a prazo na formação da consciência do proletariado e de outros setores do povo e na unificação de suas lutas, nas experiências recentes, em particular na luta política dos estudantes, não foi a sua predominância o lado mais importante desses movimentos.

As próprias manifestações de massa ocorridas após o 1º de Maio acabaram por exigir uma melhor explicitação das diferentes propostas políticas. Se, num primeiro momento, já era precária a unidade do bloco que se formou em defesa das liberdades democráticas o qual aglutinava as forças favoráveis à política de frente ampla sob direção da oposição burguesa, a política de ofensiva e a política de frente democrática, logo a seguir os caminhos políticos começaram a ser melhor precisados. E aí a bandeira de "liberdades democráticas" foi perdendo a magia em que parecia envolta, pois os partidários de uma política de resistência passaram a explicar melhor o que entendiam por liberdades democráticas, aumentando o caráter proletário de sua agitação política, enquanto que as demais passaram a dar mais destaque a outra bandeira: a da Constituinte.

Naturalmente que o movimento de massas, que através do setor estudantil dá o primeiro passo nas lutas políticas, vai estar sujeito a influências de palavras de ordem e dos temas que surgem na oposição liberal para expressar o conflito atual no bloco dominante. E só será possível ultrapassar essa influência com o fortalecimento e com o crescimento de baixo para cima da influência de uma política proletária e revolucionária. Da mesma forma que se luta em movimentos econômicos para ultrapassar esse limite, deve-se lutar em movimentos políticos onde predomina a influência de uma política liberal para ultrapassá-la.

A própria luta de massas é o principal fator a contribuir para o fortalecimento de uma política proletária e o enfraquecimento das influências liberais. E isto se comprova

nas últimas manifestações, quando fica evidente o atraso dos temas liberais frente ao lado mais revolucionário dessas manifestações. O lado representado pela capacidade de mobilização do movimento estudantil em torno de problemas essencialmente políticos, pelo avanço da organização livre e independente, pelas formas próprias de lutas adaptadas à situação atual, pela participação ativa da massa, pela capacidade de o movimento abrir espaço político para manifestações de insatisfação popular, para a solidariedade com os trabalhadores, para o despertar para a política de outros setores.

Os estudantes se mobilizaram adotando a greve e manifestações públicas como forma de defender os presos do 1º de Maio e, conseqüentemente, as atividades e comemorações que no movimento operário visavam transformar essa data num dia de luto e de luta. Resistiram a mais uma ação da política repressiva do regime e levantaram nessa resistência a bandeira da liberdade a todos os presos políticos e perseguidos pela ditadura. Também avançaram na sua organização livre e independente e criaram formas de organização apropriadas à participação de todos os setores interessados na luta pela defesa dos presos do 1º de Maio, contra as torturas e pela liberdade de todos os presos e perseguidos políticos. Os comitês 1º de Maio são uma experiência importante na medida em que se mostraram capazes de exercer o papel de comissões de luta abertas à participação de vários setores e tendo como finalidade coordenar ações comuns em setores diferentes, no caso, a defesa dos presos políticos do 1º de Maio. Não vendo esse lado positivo e revolucionário das últimas manifestações de massa e só vendo nelas a presença da influência de palavras de ordem que saem do vocabulário da oposição burguesa, não é surpresa surgirem dentro do movimento pessoas pessimistas que não vêem outra coisa a fazer do que o já gasto recurso de "recuar" para uma prática da propaganda. Bem, pensam essas pessoas, o movimento de massas explodiu na área da pequena burguesia e, além disso, as massas mostraram-se "intoxicadas" pelo democratismo pequeno-burguês. O que se poder fazer, então, a não ser um lento trabalho de propaganda em círculos restritos até que o movimento operário se levante e acabe com esse democratismo? Esse pessimismo e essa maneira de ver a prática política não deixa de ser um outro modo de como se manifesta nas lutas atuais a influência da burguesia: lavam-se as mãos agora porque o futuro inevitavelmente pertence aos que têm as posições teóricas mais justas!

Embora tenha predominado nas últimas manifestações as bandeiras que fortalecem as propostas políticas da oposição burguesa no meio dos setores oprimidos, estas manifestações representaram objetivamente um grande passo no fortalecimento da resistência popular ao regime. Então como recuar para a propaganda, se o movimento avança, se seu avanço cria a força e as experiências para se desenvolverem as formas próprias de luta e as formas de organização livres e independentes; para que as massas despertem para a política, para que por meio da luta desenvolvam a sua consciência e superem as influências liberais. Essa atitude, além de ser uma capitalização, mostra o quanto pesa uma oposição que se quer fazer entre aqueles que detêm um conhecimento teórico da luta de classe e uma consciência política e as lutas concretas das massas. Caso as lutas não se ajustem perfeitamente às posições conhecidas teoricamente como as mais justas, então abre-se uma cisão entre os seus defensores e as lu-

tas concretas, o que tanto pode tomar a forma de apatia como de sectarismo.

Os temas que representam um caminho revolucionário na luta contra a ditadura não detêm o poder de penetrar no movimento simplesmente porque são justos teoricamente. E nem é seu papel ser uma arma capaz de contar por uns poucos à luta e manifestação concretas das massas. A sua presença e a sua força na direção do movimento precisam, antes de tudo, do crescimento da força e da liderança de uma política revolucionária a partir das bases do próprio movimento. O caminho para isso não está na propagação em círculos reduzidos ou outros expedientes da mesma natureza, mas está na prática no meio das massas "contaminadas" ou não, estando ganhas para uma posição da qual discordamos ou não.

Participando ativamente das próprias experiências das massas e ajudando-as a avançar o lado revolucionário de suas experiências, fortalecer a sua capacidade de luta, a independência de suas organizações e o comprometimento com as aspirações e interesses dos trabalhadores, só assim será possível fazer crescer de baixo para cima a força de uma política revolucionária e dessa forma abrir o caminho para que a agitação e propaganda que desenvolvemos e o trabalho de organização política se convertam em bandeiras capazes de expressar a predominância do caminho que na luta contra a ditadura interessa à classe operária.

SOBRE O TRABALHO DE MASSAS



As manifestações estudantis, ocorridas em diversos pontos do país, não deixam de representar, num nível mais alto, os sintomas de reanimação do movimento de massas em seu conjunto. Naturalmente que essa reanimação não é forma ainda, entre os trabalhadores, um quadro de crescimento mais rápido e mais generalizado das lutas de massas, mas oferece uma realidade mais rica no conjunto do movimento, onde suas particularidades locais mudam com maior rapidez. Mais do que antes, essa situação exige de nós um maior empenho e uma maior capacidade de desenvolver as linhas de trabalho de massas capazes de traduzir em cada situação concreta e em cada local os aspectos essenciais de uma política revolucionária para o momento atual.

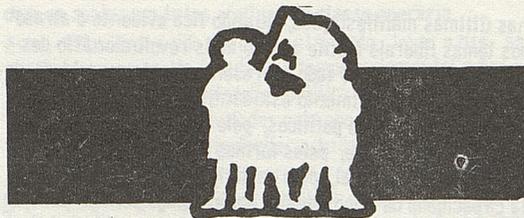
Um dos obstáculos ao desenvolvimento do nosso trabalho de massas é que nem sempre sabemos aplicar, de modo flexível e criativo, os aspectos essenciais de nossas posições às diversas situações concretas e às diversas parti-

cularidades locais do movimento de massas. Muitas vezes tomamos esses aspectos essenciais como formulas rígidas, como instrumentos já prontos para o trabalho de massas, o que acaba por reduzi-lo ou a um trabalho de divulgação de palavras de ordem de política geral, numa espécie de competição com outras forças - como se as palavras de ordem de política geral tivessem em si um poder de convencer ou um poder mágico de atrair as massas - ou a um trabalho de organização partidária mais amplo. Embora seja da maior importância o esforço no trabalho de agitação política guiado por bandeiras de luta independentes e de interesse da classe operária, assim como o empenho em ampliar a organização partidária, o trabalho de massas não se reduz a essas questões. Estas questões se combinam com os outros diversos aspectos do trabalho de massas, em formas e em caminhos apropriados a cada situação, de modo a despertar maiores setores da massa para participar, para decidir, para se organizar de forma independente, para lutar com suas próprias forças e com suas próprias armas.

As posições mais práticas capazes de tornar mais eficiente o trabalho de massas não podem ser produzidos por antecipação, ou para o conjunto do movimento, ou por terem sido as mais avançadas num momento ou num local. Assim, não se pode ter uma só forma de luta como se fosse sempre a mais avançada, não se pode ter um só caminho para avançar a organização independente, não se pode ter um só caminho para avançar a organização independente, não se pode ter uma só forma de desenvolver a agitação política e só um modelo de aplicação de nosso programa político a cada luta e a cada movimento, não se pode ter um só caminho para avançar a organização partidária na massa.

Mas, por outro lado, as formas e caminhos que o trabalho de massas precisa assumir na prática devem manter-se sob a mesma direção, a mesma unidade política. Hoje, buscamos traduzir ao nível do trabalho de massas uma política independente de resistência à ditadura e à exploração capitalista. Ou dito de outra forma, buscamos fortalecer na resistência dos trabalhadores e do povo uma direção proletária, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista ideológico. Essa política visa desenvolver a resistência dos trabalhadores e do povo, ou seja, a resistência popular, de forma independente da burguesia e do bloco dominante.

Contudo, é preciso compreender que essa independência não se fortalece da noite para o dia e nem vai surgir de uma forma pura e acabada. Nas lutas populares vão se apresentar aspectos que favorecem a força do movimento democrático burguês e aspectos que favorecem o avanço de uma resistência popular independente. Fortalecer uns aspectos e enfraquecer outros representa um processo de disputa, no movimento de massas, entre direção proletária e direção liberal burguesa. Isto, entretanto, não significa que o centro de nossa luta se volte contra as reformas e mudanças que a oposição liberal reivindica agora, em relação ao regime atual. Mas significa que, no esforço geral que se processa na sociedade, de diferentes formas e direções, para enfraquecer a ditadura, o nosso trabalho se faz presente na reanimação atual das lutas de massas para fortalecer a direção operária, para fortalecer a participação ativa das massas na solução de seus problemas, as formas independentes de organização de massa, a formação no meio dos trabalhadores e do povo de um consenso político e ideológico independente do bloco dominan-



te e a construção partidária da massa.

Quando dizemos isto é porque compreendemos que, no momento atual, a oposição liberal ou o movimento democrático burguês exerce necessariamente influência nas lutas populares, participa de um modo ou de outro do esforço para enfraquecer a ditadura; mas compreendemos também que a oposição liberal está buscando maior apoio popular para uma outra forma de dominação da burguesia ou para seus acordos com a ditadura: compreendemos que a oposição liberal recua e tira a sua máscara liberal na medida em que as lutas dos trabalhadores e do povo avançam de forma independente, tornando inseparável a luta contra a ditadura da luta contra a miséria social e, consequentemente, contra o domínio de classe.

De modo geral, uma política independente de resistência à ditadura e à exploração capitalista coloca para a massa de massas a necessidade de traduzir, ao nível da massa, de suas lutas e das particularidades de seu movimento em cada local, os seguintes aspectos mais importantes: uma política capaz de determinar a cada situação os fatos e os problemas que despertam e mobilizam maiores setores da massa para uma participação ativa nas decisões acerca de suas soluções e nas lutas que daí resultam; uma política capaz de determinar as formas de luta que melhor correspondem a uma ampla participação da massa na defesa de suas reivindicações e na resistência aos fatos concretos da opressão e exploração capitalista; uma política capaz de levar as massas, em suas lutas, a criarem ou fortalecerem suas organizações representativas e independentes, ou capaz de determinar formas particulares de organização independente para o desenvolvimento de uma luta ou como meio de se caminhar para formas mais avançadas; uma política capaz de combinar com o nível de consciência existente e com os problemas e necessidades mais urgentes das massas uma agitação política independente, dirigida por temas e palavras de ordem políticas apropriadas e que correspondam aos interesses de classe do proletariado na luta contra o regime e a exploração capitalista; uma política capaz de desenvolver no meio da massa, a partir de suas lutas e de atividades mais amplas, a construção partidária.

A tradução desses aspectos numa linha de trabalho de massas no movimento estudantil já vai contar com um nível maior de organização independente, uma maior tradição de luta, uma maior capacidade de mobilização. Pode-se dizer mesmo que existe no movimento estudantil um consenso mais ou menos generalizado na massa, acerca da necessidade e da possibilidade atual de se lutar contra as violências praticadas pelo regime, contra a sua política educacional, contra as precárias condições de ensino e a falta de verbas, pelo ensino gratuito, contra as arbitrariedades das direções das escolas e contra atos e portarias que proíbem a manifestação e organização livre dos estudantes. O mesmo não acontece, contudo, entre os trabalhadores, cuja tradição de luta e nível de organização são bastante frágeis; mas, de uma forma mais lenta, aí tam-

bém se desenvolve a reanimação das lutas. Por enquanto foram poucos os exemplos de luta mais amplas, com maior participação de massa. Entretanto, os descontentamentos não deixam de se manifestar em inúmeras pequenas paralizações parciais, greves-tartaruga, reações nas filas do INPS ou de compras de alimentos, ou depredações de ônibus e trens. Também não deixam de se manifestar no crescimento do número de pessoas que participam de atividades sindicais mais combativas e das atividades e lutas nos bairros populares.

A atividade sindical em oposição ao sindicalismo pelego na área fabril e as atividades comunitárias nos bairros populares são, de modo geral, as formas que servem de ponto de partida para o trabalho de massas no meio dos trabalhadores. Essas atividades ainda contam com imensas dificuldades para se ampliar de modo a levar setores maiores da massa a participarem delas. Um dos motivos é o grande período de estagnação das lutas de massas e de completa inoperância das organizações oficiais existentes. Outro motivo é ainda uma rigidez no uso dessas atividades por parte dos setores mais combativos, onde muitas pessoas ainda conservam uma série de moralismos em nome da não diluição de uma prática revolucionária, como se esta fosse incompatível com as alianças provisórias, com os compromissos com setores mais atrasados em ações concretas, com o trabalho mais amplo e aberto através do uso de instituições ou órgãos sindicais atrelados ou a serviço da burguesia.

Hoje de modo geral, os problemas que mais afligem as grandes parcelas da massa trabalhadora nas fábricas e nos bairros são os baixos salários, o desemprego e a elevação rápida do custo de vida. Esses problemas podem, então, servir de meio para dinamizar as atividades de oposição sindical e as atividades comunitárias na massa, se cada oposição sindical e cada trabalho comunitário for capaz de colocar em prática, de modo adequado a cada local, campanhas sobre o crescimento do desemprego, sobre as péssimas condições salariais, sobre a elevação rápida do custo de vida. Campanhas que visam atingir as fábricas, os bairros e os sindicatos, buscando trazer maiores setores da massa a participar delas, buscando comprometer com elas os sindicatos e outras instituições; campanhas que devem estimular a luta por melhores salários e por reajustes trimestrais, contra o desemprego e por um salário desemprego, contra a carestia e pelo congelamento dos preços.

Naturalmente, os diversos fatos e campanhas capazes de mobilizar maiores setores da massa ou levá-los a uma participação mais ativa não são criados pela nossa imaginação; são fatos concretos e campanhas baseadas em questões que mais afligem elevam o descontentamento da massa. Por esta razão, elas favorecem as ações unitárias das quais participam diversas tendências, inclusive as que buscam nessas ações fortalecer a ligação das aspirações imediatas e das lutas do povo explorado e oprimido com o movimento democrático burguês. Entretanto, é o fortalecimento dessas ações mais amplas no meio da massa para elevar o seu nível de participação, de decisão e de organização que cria as experiências capazes de contribuir para quebrar o atraso de consciência e a predominância, que muitas vezes existe, da influência de instituições ou or-

ganizações de massa atreladas. É através dessas experiências que podemos ampliar as condições para penetrar na massa uma agitação revolucionária e a influência das forças partidárias que se criam em seu meio.

Ao contrário de ser um meio de competição de tendências, onde cada uma se vê na obrigação de sempre criar fórmulas originais para se diferenciar das outras, o trabalho mais amplo no meio da massa deve servir para avançar a resistência, para organizá-la e para torná-la independente. As ações unitárias têm grande importância para isto sempre que são um meio, ainda que atrasado do ponto de vista de nossa consciência política independente para criar uma experiência mais ampla, somar forças contra a apatia e contra posições reacionárias ou mais atrasadas que influenciam a massa. Numa atividade de oposição sindical mais ampla para enfrentar, por exemplo, uma campanha salarial pelega, ou uma chapa patronal de direita, a unidade na ação prática é inferior ao que desejamos atingir em termos de uma oposição consequente contra o sindicato pelego e pela organização independente nas fábricas; nela fazemos concessões que avançam a luta no conjunto, melhoram as condições para ampliar a resistência da massa e favorecem o crescimento do nosso trabalho político independente, de agitação, propaganda e organização partidária. Assim, também fazemos concessões quando, por exemplo, resolvemos levar à prática uma proposta mais atrasada que ganhou uma assembléia ou reunião representativa da massa. Uma proposta mais atrasada para nós pode representar para a massa uma proposta certa. Em muitas ocasiões, é levando-a à prática que podemos desenvolver junto com a massa a sua experiência, influenciando-a e ajudando-a a superar o seu atraso.

Quando pretendemos unir forças em cima de problemas concretos e imediatos (por exemplo, com campanhas contra a carestia, o desemprego e os péssimos salários) para estimular a participação da massa no seu enfrentamento, para ampliar na massa as oposições sindicais e os trabalhos comunitários, o que queremos também é criar melhores condições para avançar a organização independente no meio dos trabalhadores.

Naturalmente, este avanço na organização independente não pode ser entendido, nas circunstâncias atuais, como surgimento, por toda parte, de comissões de fábrica representativas, ou de comissões de moradores. Para surgirem como órgãos independentes e representativos, estas comissões necessitam se apoiar num processo de lutas mais intenso no meio dos trabalhadores. Hoje, essas formas de organização estão em estado mais embrionário, muitas vezes sustentadas por setores combativos, por trabalho de oposição, por trabalho comunitário nos bairros.

Contribuindo para o desenvolvimento dessas formas embrionárias de organização independente e representativa nas bases do movimento, é necessário criar formas de organização da resistência dos trabalhadores tanto local como de articulação com outros setores. Duas formas se destacam agora: os comitês de resistência e as comissões de luta. Tanto nas fábricas como nos bairros, frente a uma luta de acordo com as decisões da maioria. Essas comissões surgem com a luta e geralmente deixam de existir quando esta se esvazia. Mas, naturalmente, também dei-

xam saldos, na medida em que criam uma experiência e pessoas mais combativas se mantêm organizadas, embora sem contar com o respaldo do movimento.

Estas comissões de luta têm importância também como coordenação de lutas que ultrapassam os limites da fábrica e do bairro, como uma luta contra a carestia nos bairros, por exemplo. Ou, como foi o caso no movimento estudantil, na luta contra as prisões do 1º de Maio. Criou-se o Comitê 1º de Maio que desempenhou papel importante enquanto comissão coordenadora da luta, aberta a todos os setores. Comissões desse tipo, sustentadas por lutas concretas, existem enquanto as lutas existirem. Não devem ocupar o lugar das formas próprias de organização de cada setor, como se fosse um órgão de direção, e não devem ser confundidas com assembleias populares. Seu papel é coordenar as ações unitárias decididas nos setores através de suas próprias formas de organização. É importante fazer estas distinções, pelo menos hoje, porque, com o atraso das lutas dos trabalhadores, qualquer comitê são mais geral do tipo do Comitê 1º de Maio vai, independente das manobras que são feitas, representar setores da pequena burguesia mais mobilizados e, desse modo, não é justo tomá-la como organização do tipo assembleia popular, da qual participam todos os setores oprimidos e explorados.

Já no caso dos comitês de resistência, eles devem assumir a coordenação mais permanente de diversas atividades já organizadas, mesmo que embrionárias, num bairro, numa fábrica, numa área fabril, numa região. Criados estes comitês, onde já existam condições e onde já são uma necessidade, eles se apoiam nas organizações existentes para coordenar o conjunto de atividades que compõem, no local, a resistência no meio da massa. O crescimento desses comitês no meio dos trabalhadores poderá, no futuro, criar uma base mais real para o exercício da democracia dos trabalhadores e de outros setores do povo.

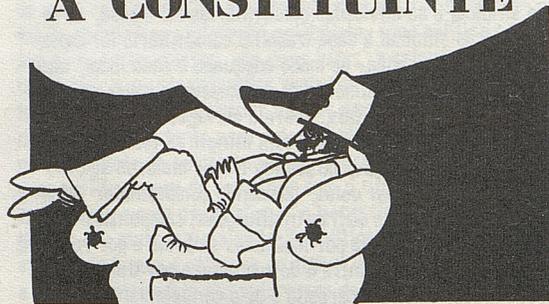
Em todas as ações unitárias, em todas as atividades mais amplas onde chegamos a acordos com outras forças, não nos diluimos nessas ações e atividades enquanto força política, enquanto organização partidária na massa. Mantemos nosso trabalho independente, em particular a agitação política, a propaganda e o trabalho de organização partidária. Por exemplo, no caso das oposições sindicais é necessário entendê-las como um movimento mais amplo que se torna unitário em cima de fatos e ações concretas. Não se pode vê-lo como um movimento coeso em torno de um programa coeso em torno de formas e normas de organização. São diversas tendências e grupos que desenvolvem uma luta ao nível de oposição sindical e que formam, então, um amplo movimento de oposição sindical. Sua unidade pode crescer e devemos lutar para isto; mas deve crescer em cima do enfrentamento comum de fatos concretos, como é uma campanha salarial, como são as eleições sindicais, como é uma campanha especial de abono, como pode ser um manifesto contra prisões, etc.

Como forma de trabalho de massa mais ampla e como meio de combinar a luta contra o sindicato pelego com a luta pela organização independente nas fábricas, a atividade de oposição sindical é também uma base para se desenvolver a formação de tendências políticas partidárias na massa. Assim, uma tendência mais homogênea que desenvolve um trabalho amplo de oposição sindical não deixa de ser uma fração partidária ao nível sindical. Essa fração

não se deve limitar à área de influência de uma só organização política, mas sim das organizações políticas ou grupos independentes que estejam próximos no terreno das posições políticas e que estejam de acordo com uma mesma plataforma que, no campo da oposição sindical, seja uma proposta consequente.

Uma unidade política ao nível de oposição sindical, capaz de cumprir as necessidades táticas de uma ou mais forças políticas representa pois, uma unidade de fração partidária na massa, no caso, ao nível sindical. Essa unidade não é uma reprodução total das posições e do programa político de uma ou mais forças, mas sim sua aplicação no nível de uma prática sindical combativa. O fortalecimento dessas organizações partidárias mais amplas no meio da massa, tanto na área sindical quanto ao nível das atividades de bairro, e a sua combinação com a formação de círculos nas fábricas e nos locais de moradia, é o modo de avançar a construção partidária com o trabalho de massas. Assim, num movimento mais amplo de oposição sindical, se desenvolve uma tendência mais homogênea, mais combativa e consciente e que representa uma fração partidária no terreno da luta sindical. Assim também os círculos mais amplos numa fábrica representam uma tendência partidária no trabalho de massas e nas formas de organização existentes.

SOBRE A CONSTITUINTE



As proposições políticas e as palavras de ordem que as sintetizam e tornam mais acessíveis a um público mais amplo, refletem o pensamento dos setores ou parcelas mais esclarecidos das diferentes classes de que se compõe a sociedade. Expressando a interpretação que tais setores ou parcelas fazem da realidade social e o desenvolvimento que desejam imprimir a esta realidade, as proposições políticas são uma referência de grande importância para a compreensão dos diferentes interesses em jogo nas lutas sociais. E quanto mais aberta e acirrada é a luta social, mais nítidos ficam os interesses de classe de uma proposição política; se esta proposição se dispõe a fazer avançar as lutas e a organização das massas oprimidas e golpear os opressores, ou se se dispõe a paralisar ou mesmo enfraquecer as lutas e a organização dos oprimidos e facilitar o avanço da reação. Ao inverso, quanto mais a luta social é incipiente e restrita a uma reduzida parcela da população, quando as massas trabalhadoras e o povo oprimi-

do estão desorganizados e sem disposição para o combate, ou mesmo quando despertam lentamente de um longo período onde predominou a apatia e o desânimo, quando por estes motivos é difícil prever, com alguma exatidão, como e em que direção se desenvolverão as lutas sociais. Nestas circunstâncias torna-se difícil perceber de imediato o significado das proposições políticas e das palavras de ordem, dos interesses mais ou menos elaborados que elas representam.

O movimento social, as mobilizações de massa, auxiliam portanto, no esclarecimento das posições em disputa. Mais ainda, são fundamentais para que as massas por suas próprias experiências, venham a assumir no decorrer de um processo de lutas e mobilizações as perspectivas que melhor expressam suas necessidades e aspirações. Eis porque todos os grandes revolucionários sempre concordaram que um poderoso movimento social vale dez vezes mais que qualquer programa ou proposição abstrata, embora também concordassem que sem tal programa e posições é impossível influenciar decisivamente o movimento social, é impossível dirigir corretamente a luta de classes, visando a destruição do Estado burguês e a construção do socialismo.

A colocação em prática das proposições gerais que são elaboradas buscando influir nos rumos do movimento social não pode resumir-se à sua exposição ou demonstração lógica, por mais correta que elas sejam. Na atividade cotidiana, é imprescindível que elas se vinculem estreitamente aos problemas mais imediatos que sensibilizam as massas, criando condições para que surjam alternativas capazes de enfrentar aqueles problemas (reforçando a organização do movimento, fortalecendo a sua capacidade de combate, incorporando novas parcelas à luta, desenvolvendo a sua consciência política) e para que as proposições originais sejam enriquecidas e desenvolvidas com a experiência prática.

A polarização da disputa de influência entre as tendências políticas, traz consigo o risco de deslocar inteiramente esta disputa para esferas fora da capacidade de entendimento das massas. Isto é, traz consigo o risco de esta disputa ocorrer apenas na forma de debates, intervenções, documentos, etc, que exigem um raciocínio mais abstrato, mais complexo. Se tais coisas são necessárias, e de fato o são, elas representam apenas um dos aspectos da atividade política de massas que, além disso, não pode ser confundido com o trabalho de agitação política propriamente dito.

Em geral, todos os revolucionários se dispõem a realizar o trabalho de agitação política, o trabalho que procura elevar a compreensão das massas oprimidas acerca de seus interesses mais gerais, pois seria uma ilusão acreditar que o conjunto de problemas que afligem os trabalhadores e o povo pobre podem ser solucionados sem profundas alterações no poder político e na produção econômica da sociedade. O que se torna necessário é compreender mais claramente este trabalho à luz das mobilizações de massa.

Se é verdade que as massas trabalhadoras só atingem a consciência de seus interesses fundamentais ao longo de um processo de lutas, no curso do qual são experimentados diversos caminhos e proposições políticas, é igualmente verdade que esta experiência prática é, por si só, insuficiente para forjar aquela consciência. Cabe, precisamente à agitação política auxiliar na superação deste im-

passo divulgando o mais amplamente possível a verdadeira natureza e o alcance das necessidades e aspirações das massas, na forma de reivindicações, palavras de ordem, manifestos, moções, etc., a fim de tornar mais e mais consciente todo descontentamento frente à situação de miséria e opressão, todo sentimento de revolta, toda disposição de luta. E para que a agitação esteja efetivamente vinculada às necessidades e aspirações das massas não basta que ela espelhe a verdade que está total ou parcialmente oculta aos olhos ainda pouco acostumados na luta política. Além disto é preciso que a agitação, em combinação com os demais aspectos da atividade revolucionária entre as massas seja capaz de responder aos problemas imediatos sentidos pelas massas, seja capaz de discutí-los e esclarecê-los, de organizar e mobilizar um grande número de pessoas para solucioná-los, e uma vez travada a luta, discutí-la e preparar novos combates. Para ser ao mesmo tempo conseqüente e eficiente, o trabalho de agitação deve, também ele, representar um e não mais que um aspecto da atividade, junto ao qual devem estar associados o trabalho de organização propriamente dito, o trabalho de esclarecimento, a aproximação partidária, etc.

Com base nestas considerações iniciais, passemos agora à discussão de uma das bandeiras erguidas nas recentes manifestações públicas contra o regime - a que propõe a convocação de uma Assembléia Constituinte. Este desta que a Constituinte explica-se em razão desta proposta partir dos anseios de liberdade do povo oprimido e procurar ligar estes anseios a uma alternativa imediata de poder que ocupe o lugar da ditadura. Se esta proposta corresponder ou não à situação concreta em que se encontram as lutas políticas em nosso país, se ela contribui para fortalecer a resistência popular ao regime e em seu interior a política da classe operária, discutiremos mais a frente. Antes disso é preciso conhecer as diversas constituintes sugeridas ultimamente nos debates políticos e nos meios de informação.

A idéia da Constituinte surgiu num seminário realizado pelo MDB em Recife, em 1971 (embora, a rigor, desde o golpe de 1964 ela apareça vez por outra no cenário político). Desde então, esta idéia vem sendo lembrada esporadicamente pelas mais variadas personalidades, com os mais variados propósitos. Assim por exemplo, o senador Dinarte Mariz (ARENA do Rio Grande do Norte), que no Congresso representa o setor mais reacionário das Forças Armadas, a chamada linha dura, volta e meia discursa em defesa da criação de uma Constituinte que produza uma constituição integrada por todos os atos e leis de exceção existentes.

Recentemente, ante as reformas políticas com as quais a ditadura procurou barrar o crescimento eleitoral do MDB (deixando clara a farsa que representam os partidos consentidos nas eleições e no parlamento), coube ao senador





Marcos Freire (MDB de Pernambuco retomou a proposta da Constituinte feita no seminário de 1971. Vendo que as reformas impostas pelo regime abalariam o apoio popular que o partido recebe nas campanhas eleitorais, uma vez que o povo tem maiores condições agora para perceber que a atividade parlamentar está inteiramente neutralizada, o MDB abraçou com entusiasmo a idéia de convocar uma Assembléia Constituinte. Para seus setores "moderados", o povo deve votar maciçamente no MDB em 1978 pois, contando com maioria na Câmara e no Senado, o partido poderia transformar o Congresso em Constituinte e aprovar reformas que levassem o país à democracia, ao "Estado de Direito". Este setor, que representa o ponto de vista liberal-burguês na oposição ao regime, pretende manter os trabalhadores e o povo em geral afastados do processo de tomada de decisões políticas, pretende alterar o mínimo possível a situação de miséria e opressão em que vive a maioria da população brasileira, e é por isto que se dispõe desde hoje a negociar com o regime uma forma de institucionalizá-lo. Seus representantes sabem que a ditadura não promoverá eleições que permitam ao MDB desencadear, por conta própria, um processo de reforma política, e que a possibilidade de uma vitória eleitoral do partido de oposição fará com que o regime introduza novas reformas políticas, quer antes, quer depois das eleições de novembro de 1978. O Congresso Nacional não é o centro de decisões políticas do país e só terá uma participação maior nestas decisões se a ditadura o permitir, e nos limites em que ele permitir, a fim de institucionalizar o regime criado em 1964. Para a ditadura, isto representaria um alargamento de suas bases políticas e sociais de sustentação a ser negociado em troca de medidas que alarguem e tornem mais representativos os canais de exercício da democracia burguesa. Os políticos liberais compreendem isto perfeitamente e a constituinte que propõem não é nada mais que a oficialização de um organismo de negociações imune à "radicalismos" e à exigências de transformações mais profundas da realidade econômica, política e social do país, especialmente as que podem surgir das massas populares.

Já o chamado "setor autêntico" do MDB, propõe uma Constituinte que seja antecedida por uma amnistia a todos os presos, banidos e cassados, e pela revogação do AI-5 e de todos os "atos de exceção" de modo a permitir a livre troca de idéias e a associação livre das diversas correntes de opinião da sociedade. Não resta dúvida que esta proposta de Constituinte tem um caráter democrático pois suas condições permitiriam uma ampla discussão de todos os problemas existentes no país, a formação de partidos políticos que defendem efetivamente os interesses dos trabalhadores. Não se deve, portanto, colocar em dúvida as intenções democráticas das pessoas ou tendências que formulam esta proposta.

Agora, trata-se, isso sim, de discutir se é com base neste tipo de democratismo que o povo oprimido conseguirá libertar-se das correntes forjadas pela ditadura. Sim, porque, em primeiro lugar, o povo oprimido encontra-se desorganizado e sem condições de desfechar uma ofensiva

capaz de obrigar o regime a conceder maiores liberdades; o proletariado, vanguarda dos oprimidos, pelo lugar que ocupa na produção econômica da sociedade, por sua capacidade de organização e luta, por seu interesse no fim de toda exploração e opressão, começa hoje a reerguer lentamente e com enormes dificuldades o seu movimento. E sem a intervenção ativa da classe operária o povo oprimido não tem condições de conquistar uma melhoria significativa em termos de direitos políticos.

Em segundo lugar, a conquista de liberdades implica necessariamente no dismantelamento de toda a engrenagem que foi montada para extrair o máximo de lucros daqueles que trabalham, para prender, torturar e matar os que se insurgem contra a miséria e a opressão, para manter o povo amordaçado e acorrentado. Enquanto esta engrenagem estiver montada e funcionando, qualquer concessão será apenas uma caricatura de democracia, qualquer permissão será apenas um fantasma da liberdade.

Pois bem: como convocar uma Assembléia Constituinte livre e popular se o povo oprimido não tem, atualmente forças para isto? Responde-nos o deputado federal Fernando Coelho (MDB pernambucano), expressando as idéias do "setor autêntico" do MDB:

"Nas circunstâncias atuais, uma Constituinte somente poderia ser convocada pelo chefe do poder executivo. O fundamental é que ele sinta o acerto desta solução e vá ao encontro desta aspiração popular. Contaria com o apoio do povo e das Forças Armadas." (entre vista ao jornal "Movimento" de 2 de maio de 1977).

Ora, é no chefe do poder executivo, no ditador-chefe no gorila Geisel, que o povo deve depositar suas esperanças de liberdade, de fim de opressão policial do regime? Por que não dizer também que o fim das torturas só pode ser conseguido com o apoio do carrasco Fleury e de seus comparsas que imperam sem restrições nas prisões da ditadura? Pode o povo oprimido esperar que seus tiranos, por sua livre e espontânea vontade, concedam liberdade e não prisões, feijão e não bombas de gás lacrimogêneo? Isto seria uma ingenuidade que nenhuma pessoa que tenha acompanhado as recentes manifestações populares seria capaz de cometer. O que dizer então de políticos experimentados como são os do MDB... E dizer que estas "ingenuidades" contam com um apoio importante nas forças armadas é uma descarada mentira.

A condição básica e essencial para uma Constituinte livre e popular ou qualquer outra forma de poder popular é a de que este poder possa ser exercido livremente pelas massas que sofrem a opressão do poder burguês. Em qualquer tipo de poder popular os trabalhadores e o povo pobre devem participar ativamente das decisões políticas, não apenas escolhendo seus representantes a partir de uma ampla discussão dos problemas do país e dos meios de solucioná-los, como também através do controle e fiscalização de todos os atos do governo.

Tanto o livre debate quanto o controle e a fiscalização dos órgãos públicos são essenciais para que um poder seja efetivamente popular, para que a participação dos trabalhadores e do povo nas decisões políticas não seja uma simples repetição dos rituais mistificadores da democracia burguesa, onde o voto de de tempos em tempos se pode efetuar é preparado por afirmações demagógicas, campanhas publicitárias, etc., de determinadas personalidades sobre as quais, uma vez eleitas, não se tem o menor controle. Sem a participação ativa dos trabalhadores e do povo, tal como

colocada acima, não pode existir poder popular; sem a mais completa liberdade esta participação é ilusória e restringe-se de fato ao voto neste ou naquele candidato.

Ora, no Brasil, o fim da exploração e da repressão contra o povo é uma necessidade imprescindível para a implantação de qualquer tipo de poder popular. Nenhum remendo na situação institucional ou jurídica do país seria suficiente para garantir a mais completa liberdade de manifestação e organização ao povo oprimido de modo a que este seja capaz de influir efetivamente nas decisões políticas. E, nas circunstâncias atuais, uma Constituinte, ela própria, não seria mais que um remendo. Teoricamente (isto é, na dependência de contar com a boa vontade do regime), ela poderia significar um pouco mais de liberdade e de direitos. Mas, passando do terreno teórico para a prática, onde prevalece um nível baixo de organização e consciência dos trabalhadores (e da grande maioria do povo), onde a ditadura ainda é suficientemente forte para ditar as regras do jogo, uma Constituinte não produziria mais que alterações superficiais no cenário político, cujo resultado seria não a liberdade e sim a institucionalização do regime. E, por mais que o regime faça concessões — que, frisamos, não seriam muitas nem significativas — por mais que os representantes das classes oprimidas se esforçassem para aproveitar as brechas que por ventura seriam abertas, esta Constituinte, certamente, refletiria os longos anos em que predominaram a opressão policial, a demagogia dos políticos liberais e a apatia política e, neste sentido não seria muito diferente do atual Congresso, seja em termos dos elementos que o compõem, seja em termos das idéias que nele circulam. Independente, pois da participação de representantes dos oprimidos (cuja validade ou não deve ser discutida frente ao fato concreto de sua convocação, a Constituinte seria controlada e fiscalizada pela ditadura, objetivando sua institucionalização.

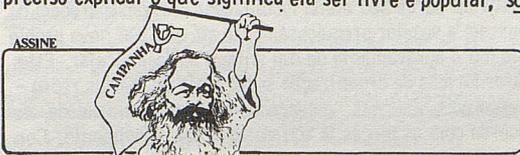
Se um futuro poder popular em nosso país assumirá pelo menos num momento inicial a forma de uma Assembléia Constituinte ou se uma Constituinte livre poderá ser útil para chegar a este poder, não é possível afirmar hoje. Tudo dependerá do desenvolvimento das lutas políticas. O que é possível afirmar hoje é que a proposta de uma Constituinte livre e popular, enquanto alternativa imediata à ditadura não leva em conta que vivemos numa fase onde os trabalhadores encontram-se na defensiva onde o povo oprimido não tem condições de impor um recuo ao regime. Este continua decretando salários abaixo do custo de vida, continua cassando deputados, continua prendendo e torturando os que lutam pela liberdade. Assim, necessariamente, a proposta de convocar uma Constituinte ou parte de uma avaliação totalmente deformada da situação política (na qual o regime estaria fraco e isolado, em franco recuo ou, ao menos paralizado, e o movimento popular em vigorosa e firme ascensão), ou parte da intenção de criar uma frente ampla de diversas classes (inclusive setores descontentes da burguesia e da cúpula das forças armadas). Por mais desgastada que a ditadura esteja pelas críticas que vem recebendo de diversos setores, instituições e associações profissionais, por mais abalado que esteja o seu prestigio entre a população, ela ainda detém com firmeza a direção política do país. A atual crise política não produziu ainda uma força capaz de retirar-lhe das mãos este controle. O movimento não está organizado e mobilizado de modo a assumir diretamente esta tarefa de desequilibrar e mesmo derrubar o regime, e estas fraquezas acabam por

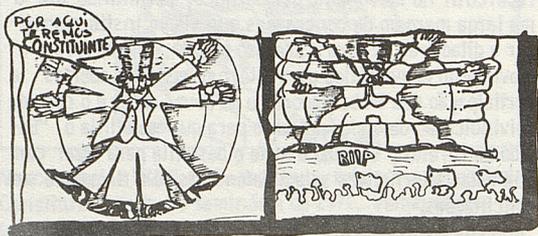
repercutir no movimento democrático, permitindo-lhe uma larga margem de concessões que visam institucionalizar a ditadura. Embora a pressão popular já empurre o movimento democrático para alternativas mais abertas à participação dos trabalhadores e do povo, como é o caso da reivindicação de eleições livres para que se atinja o "Estado de Direito", ela não é forte o bastante para fazer com que estas alternativas sejam defendidas com firmeza e sem conciliações.

Assim, concentrar os esforços de reorganização do movimento operário e popular numa tentativa de atrair setores descontentes da burguesia e da cúpula militar para a luta pela liberdade política tornaria obrigatório aceitar, por exemplo, que uma nova constituição incluía os chamados "mecanismos de defesa do Estado" (isto é, grande parte das leis e decretos repressivos existentes), aceitar que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores seja um objetivo a ser alcançado no futuro, através de reajustes salariais pouco acima do custo de vida, a fim de "não estimular a inflação", nem diminuir os lucros das empresas. Concessões que, como se vê, não correspondem aos interesses dos trabalhadores e do povo oprimido. Ninguém é contra a participação daqueles setores descontentes na luta pela liberdade política ao lado das massas oprimidas. Se isto ocorrer o regime ficará ainda mais isolado e enfraquecido. Serão, entretanto, aliados momentâneos e extremamente vacilantes em razão dos compromissos que têm com o regime de opressão. O fato de se colocarem ou não ao lado dos trabalhadores e oprimidos num determinado momento, dependerá da força de atração do movimento operário e popular, da firmeza com que a classe operária defenda a mais completa liberdade política e de sua capacidade de mobilizar e lançar à luta por este objetivo grandes parcelas da população brasileira.

A luta pela liberdade aos trabalhadores e pelo fim da miséria social coloca na ordem do dia um conjunto de tarefas práticas visando a organização da resistência popular à ditadura. E isto nada mais é que convocar os trabalhadores e oprimidos para enfrentamento de suas necessidades e aspirações através de propostas de luta e organização que estejam adequadas ao momento político que atravessamos. Não se resume, pois, nem ao enfrentamento de problemas específicos ou econômicos nem tampouco a uma atividade de organização propriamente dita. Não exige tampouco nenhuma limitação nos objetivos políticos da luta contra a ditadura nem da capacidade de mobilização do movimento popular, pois é a defesa intransigente destas questões que permitirá transformar o programa político da classe operária, o programa mais avançado de transformações da ordem social existente, no elemento de coesão do movimento popular.

Em termos práticos, a proposta de iniciar hoje uma campanha pela convocação de uma Assembléia Constituinte livre e popular não encontra entre as massas populares um nível de organização e mobilização que a sustente. Para que seu caráter seja compreendido, evitando confundir esta proposta com as perspectivas de redemocratização defendidas pela ala liberal do movimento de oposição, será preciso explicar o que significa ela ser livre e popular, so





bre que bases ela deve se assentar, etc. Ou seja, ficará re legada (onde, ao invés da Constituinte, é muito mais pro- veyoso desenvolver a idéia de um governo revolucionário' provisório sustentado pelas organizações de massa dos tra- balhadores e do povo). Para as massas, a proposta de uma Constituinte livre e popular não parecerá em nada dife- rente das propostas liberais. Estará se abdicando de avan- çar num caminho próprio, independente, para reforçar a imagem que estes setores pretendem forjar de legítimos ' defensores da mais ampla democracia. Como se isto fôsse essencial para chegarmos ao fim da ditadura, como se o movimento democrático fôsse assumir de modo consequen- te as bandeiras da própria democracia burguesa sem para isto sentir-se pressionado pelo movimento popular, como se os trabalhadores e o povo oprimido não tivessem seus ' interesses e objetivos próprios na luta contra a ditadura .

Todo o trabalho político que esteja voltado de modo con- sequente para o fortalecimento do movimento operário e popular deve levar em conta, em primeiro lugar, a situa- ção de defensiva em que se encontra este movimento. E , em segundo lugar, que a defesa de melhores condições de vida e de trabalho é fundamental para incorporar novas e maiores parcelas da população à resistência, mas que ao lado disto é preciso intensificar a denúncia do regime, de suas arbitrariedades e de seus crimes, e a divulgação das manifestações de protesto popular, a fim de que os oprimi- dos tomem consciência de que a conquista de liberdades ' políticas é uma necessidade tão imediata e importante quan- to maiores salários, congelamento dos preços, etc.

O desenvolvimento destas lutas e as vitórias parciais ' que venham a ser conquistadas representam um espaço político ganho pelo movimento popular que deve ser garan- tido pelas mais variadas formas de organização da resistên- cia. Primeiro, formas de organização de base do movimen- to que refletem os avanços e recuos de cada luta, de cada mobilização. Quando o movimento avança, estas formas ' de organização se ampliam e tendem a se tornar represen- tativas, enquanto que quando o movimento recua apenas ' os elementos mais dispostos e combativos mantêm um es- treito compromisso com elas. Em segundo lugar, formas ' de organização que visam coordenar um movimento mais amplo que congregue diversas organizações de base, diver- sas categorias profissionais, ou mesmo diversas classes e setores sociais. Também estas formas de organização refle- tem os fluxos e refluxos do movimento e cada luta que este trava, e nas condições atuais elas tendem a surgir ou a se tornar efetivas quando um problema sensibiliza parcelas ' da massa, ao passo que, quando este problema deixa de e- xistir ou perde seu efeito mobilizador, elas desaparecem ou passam a vegetar preguiçosamente até que um novo proble- ma (ou o agravamento de um antigo) as faça vicejar. Estas duas formas de organização serão mais ou menos repre- sentativas, estáveis, ameaçadas em sua continuidade, de acordo com as forças já acumuladas pelo movimento. Con-

tinuando; em terceiro lugar, formas de organização políti- ca do movimento que tem como objetivo coordenar uma in- tervenção mais consciente e planejada, em um certo nú- mero de atividades de resistência. Pelo seu caráter, estas formas de organização devem ser mais estáveis, baseando sua unidade num nível mais elevado de compreensão das' atividades que são desenvolvidas nas bases do movimento. Finalmente, em quarto lugar, formas de organização ' mais diretamente vinculadas ao trabalho de construção do partido revolucionário operário.

Certamente que toda esta atividade e as formas de or- ganização que lhes são próprias estão condicionadas a si- tuações concretas de massa, de alargamento da área de in- fluência de uma perspectiva política, e na prática não se diferenciam umas das outras como numa exposição teóri- ca. No dia-a-dia da luta elas combinam características as mais variadas, tornando possível (e desejável), por exem- plo, que uma atividade na base do movimento englobe de- núncias de arbitrariedades do regime, ou que uma oposi- ção sindical prepare uma folha volante protestando contra prisões de companheiros combatentes para distribuir nas' empresas.

A união ou enfrentamento conjunto destas atividades' e respostas organizatórias compõe o que chamamos de or- ganização da resistência popular e está voltada para o de- senvolvimento independente desta resistência, para que ela se organize no movimento, pela base e de modo autóno- mo. Entendida neste sentido, a perspectiva de organização da resistência popular não só cria condições para que as ' massas trabalhadoras e oprimidas acumulem forças para ' passar à ofensiva na luta pela conquista da liberdade políti- ca e pelo fim da miséria social, como também possibilita a criação, no decorrer desta luta, de formas embrioná- rias de poder popular nos locais de trabalho, nos locais de moradia e em níveis mais gerais.

Qualquer edificação necessita de bases sólidas para ' sustentá-la. E quanto mais imponente é a construção; , mais firmes devem ser suas bases. Também em política es- te raciocínio é válido, principalmente quando se tem em ' mira a constituição de um poder popular. A proposta de convocar uma Assembléia Constituinte livre e popular é, ao seu modo, uma tentativa de avançar nesta direção. Seu defeito é não levar em conta que um verdadeiro poder po- pular nasce e se sustenta sobre organizações autônomas' e independentes dos trabalhadores e do povo, que em nos- so país a existência dessas organizações é uma condição ' fundamental para que se conquiste a mais completa liber- dade, e que todo o esforço que desenvolvemos hoje neste ' sentido realiza-se sob um regime policial que ainda nos ' impõe uma situação de defensiva. Defensiva que não signi- fica reduzir ou limitar nossa atividade; pelo contrário, o momento exige que ela se torne mais ampla, mais rica e mais decidida.



O HOMEM NOVO

*um estudo
sobre o pensamento
do Che Guevara*

eder sader



Com o mesmo empenho que havia posto a conformação de combatentes exemplares na Serra, Guevara irá se lançar à conformação do "novo homem", movido por interesses solidários e coletivos, livre da mesquinhez e do individualismo. E do mesmo modo que, na luta contra a opressão burguesa, combateu os que esperavam ver chegar a revolução do determinismo dos fatores objetivos, combaterá depois da tomada do poder os que pretendem chegar ao socialismo através do simples crescimento econômico. Se os homens não se transformam ao mesmo tempo que se desenvolvem as técnicas, não se será possível edificar uma sociedade comunista.

Che, como Fidel, parte de uma posição democrática-humanista radical. O lema do partido ortodoxo ao qual pertencia Fidel era "vergonha contra dinheiro", o grito indignado do cidadão honesto contra a corrupção dos milionários, dos generais, dos funcionários da tirania. Como todos os liberais de nossa época também o partido ortodoxo de Fidel não usou seu lema mais do que para fazer propaganda política. A guerrilha do 26 de julho quis dar-lhe consequência e, nesse processo, teve que vincular os objetivos democráticos às profundas transformações sociais necessárias à libertação econômica das massas do país.

"La guerra nos revolucionó. No hay experiencia más profunda para un revolucionario que el acto de la guerra; no el hecho aislado de matar, ni de portar un fusil o el de establecer una lucha de tal o cual tipo, es el total del hecho guerrero, el saber que un hombre armado vale como unidad combatiente, y vale igual que cualquier hombre armado, y puede ya no temerle a otros hombres armados(...) e ir aprendiendo cómo la fuerza de uno no valga nada si no está rodeada de la fuerza de todos; e ir aprendiendo así mismo cómo las consignas revolucionarias tienen que responder a palpitantes anhelos del pueblo; e ir aprendiendo a conocer del pueblo sus anhelos mas hondos y convertirlos en banderas de agitación política."

Mas, também como Fidel, a transformação do democrata radical em revolucionário comunista não acarretou a eliminação do aspecto humanista. Os valores da honestidade, da inteireza pessoal não passaram a ser encarados como "preconceitos pequeno-burgueses" mas sim ganharam outra dimensão no contexto de uma concepção marxista.

Os primeiros escritos pós-revolucionários em que Guevara trata do problema dos novos valores humanos são as transcrições de seus discursos nas universidades. Falando do papel do estudante, da universidade, do médico, de nota uma preocupação central: apontar-lhes sua situação privilegiada em relação aos trabalhadores, seus deveres em relação a eles, seus deveres em relação a todos que ainda não se liberaram em qualquer parte do mundo; apontar-lhes a superioridade humana daqueles que entregam suas existências à revolução sobre os que se fecham sobre seus interesses individuais. Mas o poder de argumentação desse elementar discurso moral repousou sempre na transparente franqueza de suas palavras: aí estava alguém que se havia jogado por inteiro, que nada tinha de seu que não fossem as armas para seguir o combate e cuja única ambição era assumir as trincheiras mais difíceis. Face a esse exemplo irreprochável tornavam-se difíceis as razões do individualismo.

Mas se os primeiros discursos não são mais do que combates às mais primárias reações do individualismo burguês, em seguida o próprio desenvolvimento do processo

ESTE ARTIGO É PARTE DE UM TRABALHO MAIS EXTENSO SOBRE O CHE, PREPARADO PARA SER PUBLICADO EM UMA ENCICLOPÉDIA.

revolucionário lhe vai exigir que enfrente os problemas da criação de novos valores em condições novas e mais complexas.

No artigo "Contra o burocratismo" (fevereiro 1963) ele procura as causas e os remédios para essa enfermidade centralista que mata as iniciativas das massas e impõem à sociedade o impessoal e lento ritmo da engrenagem estatal.

Explica como, após a tomada do poder, destruída a máquina estatal do regime batistiano, imperou a administração "guerrilheira".

"... y se traducían en que solamente las grandes consignas revolucionarias eran seguidas (y muchas veces interpretadas de distintas maneras) ... La forma de resolver los problemas concretos estaba sujeta al libre arbitrio de cada uno de los dirigentes". ("Contra el burocratismo", Obra II, pág. 176).

Foi para enfrentar essas tendências ao voluntarismo que se começaram a ordenar os organismos administrativos e, dada a falta de quadros médios, a controlar centralizadamente a execução de cada política. Esse novo aparato burocrático vai herdar, segundo Che, muitos dos vícios da burocracia corrompida do antigo regime. Mas ainda que sua condição de fonte de "prebendas e de lacayismo" (...) aproveitadores que constituían la 'corte' del político de turno" tenha desaparecido com a revolução, com o triunfo da Revolução, "agregaríamos a causas viejas nuevas motivaciones".

A primeira razão que dá para o desenvolvimento do burocratismo é

"... la falta de interés del individuo por rendir un servicio al Estado y por superar una situación dada." (id, pág. 178).

Seja por falta de convicção ideológica seja por desespero por não saber resolver uma situação, as pessoas

"... se refugiam en el burocratismo, llenan papeles, salvan su responsabilidad y establecen la defensa escrita para seguir vegetando..." (idem)

Uma segunda razão invocada por Guevara é a da própria falta de uma organização racional: sem uma ordenação metódica do aparato administrativo, os vários responsáveis se chocam, ordens de diverso sentido se cruzam anulando-se, exigindo sempre em sua irracionalidade mais

funcionários e mais papéis para solucionar as questões mais simples. E ele é o primeiro a se auto-criticar por haver incorrido nesses erros ao pretender destruir o "guerrilheirismo" na administração.

E a terceira causa que apresenta também é, como a segunda, fruto de despreparos para a especificidade das novas responsabilidades: a falta de "conhecimentos técnicos" suficientemente desenvolvidos para poder tomar decisões acertadas e em pouco tempo". Essa carência traz como consequência o "reunionismo":

"Las discusiones suelen volverse interminables, sin que ninguno de los expositores tenga la autoridad suficiente como para imponer su criterio. Después de una, dos, unas cuantas reuniones, el problema sigue vigente hasta que se resuelve por sí solo o hay que tomar una resolución cualquiera por mala que sea." (idem, pág. 179)

O artigo se termina indicando as atividades que deverão combater cada uma dessas três causas do burocratismo: o ordenamento da organização e do estilo de trabalho a educação política, o exemplo ideológico e o combate ao parasitismo; finalmente o estudo em massa para suprir as deficiências em conhecimento especializados.



a sociedade como escola

Considerando que os homens não são produtos passivos do "desenvolvimento econômico", a concepção que ele borará Guevara da edificação socialista vai repousar sobre o papel consciente dos indivíduos - enquanto classes sociais revolucionárias, enquanto militantes de vanguarda - para transformar as relações e valores vigentes.

Mas o Che não fala pois de algum indivíduo abstrato e nem idealiza os homens que devem promover as transformações revolucionárias na sociedade.

"Las taras del pasado se trasladan al presente en la conciencia individual y hay que hacer un trabajo continuo o para erradicarlas. (...)

"La nueva sociedad en formación tiene que competir muy duramente con el pasado. Esto se hace sentir no solo en la conciencia individual, en la que pesan los residuos de una educación sistemáticamente orientada al aislamiento del individuo, sino también por el carácter mismo de este período de transición con persistencia de las relaciones mercantiles. La mercancía es la célula económica de la sociedad capitalista; mientras exista, sus efectos se harán sentir en la organización de la producción y, por ende, en la conciencia." (El Socialismo y el Hombre en Cuba", Obra II, pág. 371).

Deixaremos para um tópico à parte o raciocínio de Guevara sobre a problemática econômica desse período de transição. Anotemos somente que esse homem prático e pouco habituado a finas sutilezas teóricas vai investigar a fundo o significado real da transformação comunista, utilizando os mais áridos textos de Marx para situar-se melhor na situação que vivia. Chega até os "Manuscritos Econômicos-Filosóficos" para apoiar-se em sua concepção do comunismo como "verdadeira solução do conflito entre o homem e a natureza e do homem contra o homem", como real apropriação de sua essência e, por isso mesmo, como um fenômeno consciente. O Che sublinha a palavra "consciência" e insiste que "sem esta consciência, que engloba a de seu ser social, não pode haver comunismo". Voltando à genuí



ina concepção de Marx, o comunismo não será o resultado "objetivo" do desenvolvimento econômico sob um Estado "socialista", mas sim o próprio processo pelo qual a humanidade se auto-apropria de seu ser.

O Che comenta que as revoluções socialistas até aqui existentes se deram no que Lenin chamara "elos fracos da cadeia imperialista", que foram sempre países pobres,

"En estos países no se ha producido todavía una educación completa para el trabajo social y la riqueza dista de estar al alcance de las masas mediante un simple proceso de apropiación. (...) Resta un gran tramo a recorrer en la construcción de la base económica y la tentación de seguir los caminos trillados del interés material, como palanca impulsora de un desarrollo acelerado, es muy grande." (idem, pág. 372)

Ele duvida dos resultados de um comunismo buscado com as alavancas dos interesses individuais herdados do capitalismo. Para chegar àquele é preciso ir forjando as novas alavancas, os homens motivados por novos valores.

Para isso, "a sociedade inteira deve converter-se em uma gigantesca escola". Diretamente, através dos valores transmitidos pelos sistemas educacionais e de propaganda indiretamente, através já dos hábitos criados nas massas pelos próprios comportamentos transformados, os indivíduos sofrem o impacto da nova sociedade e são impelidos a uma auto-educação.

"En nuestra ambición de revolucionarios, tratamos de caminar tan aprisa como sea posible, abriendo caminos, pero sabemos que tenemos que nutrirnos de la masa y que ésta sólo podrá avanzar más rápido si la alentamos con nuestro ejemplo." (idem pág. 374).

Não se trata portanto de que a vanguarda mais consciente queime etapas e caminhos aceleradamente sem levar em conta a percepção que tenha o povo desses progressos. Os progressos reais em direção do socialismo e do comunismo não se medem simplesmente pela elevação dos bens produzidos e repartidos na sociedade mas fundamentalmente pela amplitude do controle que os trabalhadores vão adquirindo sobre o conjunto da produção e da vida social. Daí a insistência sobre a participação consciente, lograda da em torno dos novos valores.

"Esto se traducirá concretamente en la reapropiación de su naturaleza a través del trabajo liberado y la expresión de propia condición humana a través de la cultura y el arte." (idem, pág. 376)

A promoção do "trabalho liberado" depende da eliminação da força-de-trabalho enquanto mercadoria e implica portanto num longo processo e que só pode realizar-se plenamente em escala mundial. Mas isso não quer dizer que



8 de outubro de 1977
há 10 anos
da morte de Che Guevara
nas montanhas da Bolívia
o Che
e centenas de outros
militantes, que morreram
nas câmaras de tortura
ou
combatendo a opressão...
...viverem hoje
nas lutas do nosso povo
contra a ditadura militar
e seu exemplo conduzirá
os trabalhadores no caminho
da revolução proletária

"HAY QUE ENDURECERSE
PERO SIN JAMAS
PERDER
LA TERNURA"



só resta esperar que esse processo mundial se cumpra para que o trabalho deixe de ter essa natureza alienante. Um dos temas mais insistentemente tratados pelo Che nesse período foi o do trabalho voluntário e não por acaso.

Um dos aspectos do trabalho liberado estaria em que ele deixa de ser uma forma de assegurar-se a subsistência para ser um aporte pessoal - pelo qual se retrata o trabalhador - a comunidade. Os dirigentes revolucionários devem apontar essa característica e, através do trabalho voluntário, impulsionar na prática essa tendência, valorizando aqueles que disseram se tornarem exemplares.

Observando a situação em Cuba, constata Che a manutenção de "aspectos coercitivos no trabalho, mesmo quando ele é voluntário" pois aí muitas vezes se produz a "compulsão moral". Ao homem cubano falta-lhe ainda, segundo Guevara: "lograr la completa recreación espiritual ante su propia obra, sin la presión directa del medio social, pero ligado a él por los nuevos hábitos. (...) El cambio no se produce automáticamente en la conciencia, como no se produce tampoco en la economía (idem, pag. 376)

Estaríamos idealizando o próprio Che se não anotássemos uma lacuna evidente em sua concepção dessa educação social. Pois em todas as passagens ele fala da falta de consciência dos indivíduos acerca das novas características do trabalho. Mas praticamente não fala de como, nas condições existentes, o trabalho já apresentava essas novas características. Certamente na sociedade cubana os trabalhadores do calçado podem ter consciência de que seus produtos servirão para calçar seus irmãos, os trabalhadores da cana de açúcar podem ter consciência de que com as divisas obtidas pela venda do açúcar o país terá mais hospitais, escolas e se defenderá melhor contra as ameaças constantes dos Estados Unidos. E Guevara, como Fidel estimula os exemplos daqueles que se sacrificam individualmente encontrando satisfação em aportar mais à produção social. Mas evidentemente o próprio trabalho começará a apresentar-se em sua nova condição, como modo genuíno de expressão social humana, quando os trabalhadores dirigirem esse processo. Em outras palavras, as instituições de democracia operária - generalizadas na literatura socialista como "conselhos operários" -, estão praticamente ausentes nos textos que nos deixou o Che.

E essa lacuna é expressiva também da natureza de seu

pensamento. Ela não pode ser explicada por alguma hipótese recusa às formas de participação popular, por alguma concepção totalitária e burocrática do socialismo, pois como vimos, suas preocupações centrais o colocam exatamente do lado oposto. Todo seu esforço é para aumentar a participação consciente de cada um nessa obra gigantesca de transformação radical da condição humana.

Aqui se juntam seu realismo prático e seu voluntarismo de revolucionário para, a nosso ver, explicar suas proposições. Ele se coloca diante do objetivo grandioso da transformação das relações sociais em um país pobre como Cuba, a partir da transformação das relações no trabalho. Seu realismo: constata a fragilidade das organizações populares em Cuba nesse momento, a grande distância que houve entre a consciência da pequena vanguarda e das grandes massas, e teme mais do que nada a institucionalização de órgãos burocráticos que terminem produzindo o efeito oposto ao desejado, ou seja rompendo o vínculo direto e espontâneo que se estabelecera entre o povo e seus dirigentes a começar por Fidel. Seu voluntarismo; essa massa, mesmo se ainda não dispões de um nível mais elaborado de organização, demonstrou sua combatividade e espírito socialista em várias oportunidades (e ele se refere constantemente aos exemplos de sacrifício dos camponeses na Serra, de todo o povo quando da invasão de Playa Giron, etc) e agora, diante do exemplo cotidiano dado por seus líderes, haverá de elevar-se rapidamente e responder a todos os chamados.

Sua aversão ao burocratismo e à visão dogmática do socialismo se revelam outra vez quando fala da cultura e da arte. Combate, é certo, a concepção escapista dos artistas que voltam os olhos da realidade. Mas não por isso aceita a solução dogmática encontrada em outros países, onde "la cultura general se convirtió casi en un tabú y se proclamó el summun de la aspiración cultural una representación formalmente exacta de la naturaleza, convirtiéndose ésta, luego, en una representación mecánica de la realidad social que se quería hacer ver; la sociedad ideal, casi sin conflictos ni contradicciones, que se buscaba crear". (idem, pág. 378)

Aprofundando a crítica, ele aponta a ligação entre esse dogmatismo na arte e o conservadorismo burocrático que teme os problemas vivos do presente:

"Se busca entonces la simplificación, lo que entiende todo el mundo, que es lo que entienden los funcionarios. Se anula la auténtica investigación artística y se reduce el problema de la cultura general a una apropiación del



presente socialista y del pasado muerto (por tanto, no peligroso). Así nace el realismo socialista sobre las bases del arte del siglo pasado." (idem pág. 379)

Porisso se opõe à criação de assalariados dóceis tanto quanto ao financiamento público de artistas descomprometidos com os problemas de seu povo. Mas a arte é produto da vida e só uma sociedade revolucionada produzirá uma arte revolucionária. "Podemos intentar injertar el olmo para que dé peras, pero simultaneamente hay que sembrar perales".



os novos valores

Quais são os valores novos que devem caracterizar o "homem novo", produto e produtor da sociedade socialista? No discurso que fez no ato de comemoração do segundo aniversário das Organizações Juvenis integradas ("Que debe ser un joven comunista"), o Che os descreve.

Depois de invocar o orgulho de sentir-se comunista, o que, segundo ele, não se reduz a fórmulas mas se expressa em cada momento, aponta

"un gran sentido del deber hacia la sociedad que estamos construyendo, con nuestros semejantes como seres humanos y con todos los hombres del mundo." (Que debe ser un joven comunista", Obras II, pág. 172)

O sentido do dever em relação à sociedade socialista em construção não deve, no entanto, significar nem submissão aos aparelhos políticos que os enquadram. E nem o dever em relação aos outros povos pode ser uma atitude fria e impessoal. Porisso está sempre questionando as coisas estabelecidas e interessado nas experiências que ainda não conhece. A isso chama:

"gran sensibilidad frente a la injusticia; espíritu inconforme cada vez que surge algo que está mal, lo haya dicho quien lo haya dicho. Plantearse todo lo que no se entienda; discutir y pedir aclaración de lo que no esté claro; y declarar guerra al formalismo, a todos los tipos de formalismo. Estar siempre abierto para recibir las nuevas experiencias, para conformar la gran experiencia de la humanidad..." (idem, pág. 172)

Não podemos deixar de reconhecer nessa concepção a mesma idéia do lema humanista que um dia Marx disse ser seu preferido: "Nada de humano me é estranho".

E enfim, sua frase mais singela e despreziosa

"Hay que endurecerse, pero sin jamás perder la ternura"

Outra oposição dialética pode ser anotada em sua atitude face ao individualismo. Embora ataque intransigentemente o individualismo enquanto expressão de egoísmo, não adota o ponto de vista da "massificação" nem valoriza os que se apagam na mediocridade. Pelo contrário, ele exalta a ambição individual por superar-se, por ser o primeiro, por "ser um exemplo vivo". Mas então ao exaltar a emulação, o que valoriza não é a luta selvagem na qual cada um procura melhorar sua situação em detrimento dos outros, mas o empenho individual por ser um exemplo de entrega à comunidade (entenda-se a sociedade socialista, os povos oprimidos, os companheiros de combate).

Em seguida temos sua noção de sacrifício. O revolucionário deve estar disposto a sacrificar-se em todo momento. Nos combates, a audácia que decide combates exige essa disposição de lançar-se até os limites extremos; na vida co

tidiana, o espírito de entrega disposto a assumir as tarefas mais difíceis, a dar o exemplo da sociedade a construir. Mas também esse sacrifício deve ser entendido sob uma nova ótica, diferente da ótica cristã. Ele não é o contrário do prazer de viver, pois não é motivado por uma condenação da carne e das "coisas mundanas". Aqui também o Che assume a contradição dialética entre o prazer da vida e a disposição de entregá-la. O sacrifício está ligado ao próprio prazer de lutar pela libertação da humanidade e pela alegria de sentir-se seu arquiteto. O que ele dá de si ele não perde mas, pelo contrário, deixa plasmado no mundo, sobrevivendo a si mesmo nas suas obras.

O sentido do dever e a permanente rebeldia contra as injustiças, ele o expressa em termos bem próximos; o jovem comunista deve:

"ser tan humano que se acerque a lo mejor de lo humano, purificar lo mejor del hombre por medio del trabajo, del estudio, del ejercicio de la solidaridad continuada con el pueblo y con todos los pueblos del mundo, desarrollar al máximo la sensibilidad hasta sentirse angustiado cuando se asesina a un hombre en cualquier rincón del mundo y para sentirse entusiasmado cuando en algún rincón del mundo se alza una nueva bandera de libertad." (idem pág. 173)

Nesse humanismo temperado pela luta de classes, o melhor do homem é obtido pelo trabalho liberador, pelo compromisso, mas sobretudo pelo exercício da solidariedade (que, em seus termos, será sempre uma luta) para com os que enfrentam as injustiças. Ele não significa o homem tal qual é. O homem tal qual é atualmente comporta elementos antagônicos: existe uma parte da humanidade opressora, por isso individualista, mesquinha, logo desumana. E existe uma parte oprimida, interessada na libertação coletiva, logo solidária e expressão do "melhor que há no homem". Esse elemento de luta fará com que seu humanismo não seja contemplativo, de simples invocação das bondades contidas nos homens. Se trata, como já vimos, de um humanismo que implica, ao lado da entrega apaixonada aos que sofrem as injustiças, o ódio destrutivo em relação aos que as praticam. Não se trata pois de um pacifista que creia na redenção dos homens pelo amor, mas de um revolucionário disposto a enfrentar por todos os meios disponíveis aos agentes da ordem opressora.

Essa dialética do amor e do ódio, da paixão e do cálculo aparece múltiplas vezes em seus escritos e se encontra mesmo plasmada em algumas de suas frases que se tornaram já clássicas. No artigo "El Socialismo y el Hombre en Cuba":

"Déjeme decirle, a riesgo de parecer ridículo, que el revolucionario verdadero esta guiado por grandes sentimientos de amor. (...) Quizás sea uno de los grandes dramas del dirigente; éste debe unir a un espíritu apasionado una mente fría y tomar decisiones dolorosas sin que se contraiga un músculo. Nuestros revolucionarios de vanguardia tienen que idealizar ese amor a los pueblos, a las causas mas sagradas y hacerlo único, indivisible. No pueden descender, con su pequeña dosis de cariño cotidiano, hacia los lugares donde el hombre común lo ejercita." (El Socialismo... pág 382)

O êxito da luta depende de um raciocínio frio e calculista, disposto a empregar os meios necessários para enfrentar um inimigo poderoso e diabólico. Mas ao mesmo tempo, se esse calculismo não se submete à paixão pelos oprimidos, será o próprio sentido da luta que se perderá.

Vitoriosos no combate poderão ser derrotados por terem finalmente absorvido os valores dos vencidos.

Na "Mensagem através da Tricontinental", mostra como seu humanismo é inseparável do ódio mais implacável contra os agentes da opressão:

"El odio como factor de lucha; el odio intransigente al enemigo, que impulsa mas allá de las limitaciones naturales del ser humano y lo convierte en una efectiva, violenta, selectiva y fría máquina de matar. Nuestros soldados tienen que ser así; un pueblo sin odio no puede triunfar sobre un enemigo brutal." (Mensaje...pg. 596).

O amor ao povo e o ódio contra seus inimigos, a paixão pelo trabalho e pela luta e a frieza de cálculo para cumprilos com êxito, a entrega aos demais e a ambição de estar entre os melhores, o sacrifício e a alegria de viver, teriam que culminar num amplo espírito internacionalista. Ele assinala que Cuba é um exemplo para a América e para outros povos que lutam por liberar-se e lembra aos jovens que o escutam que devem estar sempre dispostos a honrar esse papel.

E depois de enumerar todas as qualidades que deve ter o novo homem, o Che finaliza com os argumentos que caracterizam todos os verdadeiros revolucionários: vontade inquebrantável, aspirações humanistas que raíam a utopia e a disposição de lutar até o fim por elas:

"Y si se nos dijera que somos casi unos románticos que somos unos idealistas inveterados, que estamos pensando en cosas imposibles, y que no se puede lograr de la masa de un pueblo el que sea casi un arquetipo humano, nosotros tenemos que contestar, una y mil veces que sí se puede, que estamos en lo cierto, que todo el pueblo puede ir avanzando, ir liquidando las pequeñas humanas, como se han ido liquidando en Cuba..." ("Que debe ser..." pág. 174)



O DIALOGO DE GEISEL...



LIBERDADE S/A



O PEREIRA SEMPRE FOI A FAVOR DO DIALOGO!



... E O CONCLAP O CONGRESSO DOS EMPRESÁRIOS

COM A REALIZAÇÃO DO IV CONCLAP ESTAMOS EM CONDIÇÕES DE APONTAR QUAIS SÃO OS ANSEIOS DOS EMPRESÁRIOS, E QUE NÃO SÃO SOMENTE DOS EMPRESÁRIOS, MAS DE TODO O POVO BRASILEIRO!



QUEREMOS REFORMULAÇÃO!

QUEREMOS REFORMULAÇÃO!

QUEREMOS LIBERDADE!

QUEREMOS LIBERDADE!



QUEREMOS MAIOR PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO!

QUEREMOS MAIOR PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO!



QUEREMOS QUE O PROGRESSO ECONÔMICO EMERJA DO LIVRE JOGO DAS FORÇAS DE MERCADO, ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA PROPRIEDADE PRIVADA!

QUEREMOS SEER EXPLORADOS!



REINALDO



geandré

LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE!... PARA QUEM GANHA MAIS QUE 30.000 SALÁRIOS-MÍNIMOS!...



AGNER



CONFERENCIA DE M. BANDEIRA: UM DEBATE NA CASA DO BRASIL

Contando com a participação de aproximadamente 200 pessoas (muitos residentes da Casa, estudantes e outros setores da colônia brasileira em Paris), realizou-se no dia 7 de novembro último, na Casa do Brasil, uma conferência-debate animada por Muniz Bandeira, político e professor brasileiro, sobre a Crise Política no Brasil e suas perspectivas".

M. Bandeira abriu sua exposição analisando o golpe militar de 64. Para ele o movimento operário, que vinha num período de importantes mobilizações, começou um pouco antes de 64, a transbordar as direções trabalhistas de vido a uma "esquerdização" que seria fruto de um aumento da audiência de organizações "esquerdistas-pequeno-burguesas" junto à classe operária e da provocação da CIA que estaria, segundo ele, infiltrada no movimento (citou a confraternização de operários e marinheiros como sendo uma ação da CIA).

Esta ruptura entre as massas e o populismo ("burguesia nacional") teria isolado o movimento operário, "afastando-o do seu canal natural de desenvolvimento" e, por aí, tirando-o do guarda-chuva político deste setor social. Assim, teriam sido criadas as condições para o golpe militar, que teria sido articulado pelo imperialismo visado exclusivamente a quebra do movimento operário e não o programa de reformas da burguesia nacional, pois que este te-

ria sido quase que inteiramente realizado pelo próprio movimento político militar.

M. Bandeira comete um grave erro quando vê neste processo de ruptura com as direções burguesas, onde a classe operária começa a buscar sua independência e autonomia, um simples desbordamento "esquerdista" das direções populistas. Por outro lado, esquece de mencionar o fundamental: Que o golpe militar não foi efetivamente articulado contra a "burguesia nacional", mas que teve nesta uma aliada e colaboradora.

Por isso só consegue ver nas mobilizações de 68 "um último espasmo das mobilizações anteriores a 64" e não uma nova tentativa de consolidação desta ruptura com as direções burguesas.

A partir deste ponto de vista e usando o militarismo como bode espiatório, passa a reivindicar, uma auto-crítica dos setores combativos (que nessa ocasião procuravam desenvolver uma alternativa independente das direções reformistas) e a propor, para o período atual, uma Frente Ampla Unitária e Anti-Fascista.

Esta Frente Ampla assume, para M. Bandeira, o papel de desenvolver o movimento operário dentro de uma perspectiva de revolução democrático-burguesa, que o recolocaria no seu "rumo natural". Concretamente isto tem como consequência a priorização de canais e formas burguesas de luta política que atrelarão a classe operária à ideologia e aos objetivos da burguesia, haja visto o baixo nível de consciência e de articulação da classe e a própria correlação de forças na sociedade brasileira.

M. Bandeira não compreende nem que esta Frente tende a reproduzir esta correlação de forças (desfavorável à classe operária), nem que os interesses históricos da "burguesia nacional" não estão em contradição antagônica com os interesses do imperialismo (ao contrário, no essencial eles o refletem), o que a coloca ao lado deste todas as vezes em que a mobilização autônoma da classe operária põem em risco sua dominação, tal como já assistimos em abril de 64.

As perspectivas levantadas por M. Bandeira suscitaram críticas dos presentes, principalmente relativas ao desprezo que este manifestou pelo programa estratégico proletário (à luz do qual devemos elaborar nossa tática) e ao consequente democratismo de suas posições.

Apesar da resistência oposta por alguns, do próprio M. Bandeira e da condução (relativamente) anti-democrática da discussão, esta foi bastante polarizada, suscitando um importante debate

político, onde interviram vários elementos exteriores à Casa. Muitas intervenções ressaltaram a importância deste tipo de discussão, tanto do ponto de vista da informação sobre a realidade brasileira, quanto da dinamização da vida política da colônia brasileira em Paris; observação em relação a qual estamos inteiramente de acordo.

LSA E Z.A.

GRUPO DE MULHERES NA BELGICA SOLIDARIZA-SE COM A IMPRENSA FEMINISTA



Nós resolvemos arranjar uma forma de tratar a nossa opressão específica de forma específica: entre nós. Foi daí que em março deste ano, a gente formou um grupo de mulheres brasileiras na Bélgica.

Tá funcionando.

O grupo reúne uma vintena de mulheres. A gente se reúne cada mês ou mês e meio, pra discussões e balanços coletivos. Em geral com café, biscoito e muito papo.

Os sub-grupos (são 5) não andam funcionando como foi previsto no início. Sua dinâmica foi imprimida muito mais pelas solitações que a realidade concreta, que norteia nossas vidas hoje, no exterior e também no Brasil, nos impôs.

Foi assim que depois de um seminário sobre o livro "L'âge de la femme" nós, em discussão sobre os problemas do feminismo no Brasil, decidimos fazer um ato para finanças, em solidariedade à nossa imprensa feminista. Decidimos passar um filme e vender uns docinhos e salgadinhos e, com o arrecadado, dar uma forcinha pro "Brasil Mulher" e pro "Nós Mulheres".

A gente não tinha muita informação sobre como andava o debate lá dentro, mas sabíamos que a mulherada dos jornais estava enfrentando uma crise financeira.

Bem, pensado e realizado! Todo mundo trabalhou: alugamos o filme, ajustamos o local, fizemos os tais docinhos e salgadinhos e...

Foi bom! No 14 de outubro às 8 horas, mais ou menos 250 pessoas (o suficiente para garantir um ou dois números de cada jornal), num clima agradável; um filme excelente (Lucia); comi

da com gosto de Brasil e, sobretudo, o prazer grande de nos sentirmos ligadas de alguma maneira ao trabalho das mulheres lá na terra.

O grupo, e isso foi o mais importante, com essa atividade ganhou corpo, cresceu, se transformou em algo que quer, numa experiência coletiva, para dar passos novos no sentido de elevar nosso nível de consciência, e encontrar as formas capazes de dar tratamento aos problemas de nossa condição.

MILENA

ATO EM MEMORIA DO CHE



Quase mil pessoas, a grande maioria latinoamericana, se reuniram no dia 25 de outubro para realizar um ato de homenagem a Che Guevara pelos dez anos de sua morte.

O ato, organizado pelo Comitê Latinoamericano de homenagem ao Che, contou em seu programa com canções revolucionárias, mensagens de solidariedade de organizações latinoamericanas, francesas e africanas, um filme "Hasta la victoria, Siempre!", e com uma intervenção preparada pelo comitê.

Além da homenagem ao Che, de mostrar que não esquecemos nossos mortos e que não estamos dispostos a perder seus assassinos, seus torturadores, seus exploradores e opressores, o meeting teve o significado de ser uma atividade unitária de um conjunto de organizações revolucionárias latinoamericanas. O PRT (Argentina), o PRTB (Bolívia), o MRP, MR-8, PCBR e MEP (Brasil), a JRR-III, MAPU e MIR (Chile), o MIR (Peru), o MLN-Tupamaros e o PVP (Uruguai), apoiaram o ato. E através de suas bandeiras (colocadas atrás do estrado), de notas e da mobilização de seus militantes e simpatizantes, participaram ativamente garantindo o sucesso da homenagem.

Uma primeira e pequena manifestação da disposição de unidade e de concretizar uma solidariedade continental. Como apontava o discurso central: uma demonstração da disposição de que "melhor, aperfeiçoar nossa tática a escala continental é nosso objetivo, o que testemunha o caráter continental de nossa resistência..."

Dez anos após sua morte, o Che inspira o internacionalismo militante, o internacionalismo necessário.

M. JOSE

CAMPANHA DE FINANÇAS EM SOLIDARIEDADE AO MEP



Uma campanha de finanças foi desenvolvida no exterior, após a Ditadura prender uma série de companheiros de vanguarda do movimento estudantil e popular, em uma ofensiva que procurava golpear ao MEP.

A campanha teve o apoio das organizações revolucionárias no exterior e do Grupo Campanha, que compreenderam a necessidade de reforçar organicamente ao MEP, para que este possa melhor defender-se da ofensiva repressiva, resguardando-se assim a esquerda revolucionária e outros setores combativos do movimento, em seu conjunto.

Mais uma vez, o Comitê Brasil Anistia (CBA) se mostrou lento e burocrático para desenvolver campanhas rápidas, não se mostrando um instrumento efetivo, nem de defesa dos presos, nem de denúncia política da atividade da repressão. Neste sentido, a atividade unitária e solidária da esquerda revolucionária sem substituir uma atividade mais ampla do conjunto da esquerda, mostrou-se como um instrumento efetivo importante para cobrir as debilidades do CBA, assim como para desenvolver uma atividade mais avançada e de uma dimensão superior: a de propagandar e defender de maneira especial as atividades e instrumentos da ação revolucionária no Brasil.

Uma série de atividades foram desenvolvidas nesta campanha de finanças. Foi vendido por um preço solidário o Nova Luz n.º 21 (Jornal do MEP), publicado justo após a onda repressiva, assim como recolhidas contribuições solidárias. Foi organizada uma campanha de trabalho voluntário onde diversos companheiros doaram à campanha um dia de seu trabalho. Por último foi organizada uma campanha de moedas, aonde um número importante de companheiros recolheu todas as moedas que passavam por sua mão (abaixo de um certo limite, ex: 20 centimes), durante o período de um mês. Para levar a cabo esta campanha da moeda, foram distribuídos cerca de uma centena de cofres de papelão, com um texto explicativo impresso (ver a foto).

A campanha de finanças deu um resultado palpável que mostrou, na prática, mais uma forma de solidariedade efetiva às atividades que se desenvolvem no interior do país.

M. LOREDO



ESQUERDA REVOLUCIONARIA DIVULGA COMUNICADO DE SOLIDARIEDADE AO MEP

... "Aproveitando-se do período das férias escolares a Ditadura Militar desencadeou, durante os meses de julho e agosto, uma ofensiva repressiva contra a vanguarda operária, estudantil e popular

.. "No Rio de Janeiro o aparato policial desenvolveu uma ofensiva contra o MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado), prendendo e torturando 21 camaradas (operários, estudantes, funcionários, engenheiros).

"A repressão contra os setores de vanguarda busca aniquilar o conjunto do movimento revolucionário e os focos de resistência combativa que foram formados nestes últimos anos.

"A Ditadura pensa, desta maneira, criar as condições necessárias para superar as contradições no seio das classes dominantes, institucionalizar o Regime, restringir as possibilidades para o movimento revolucionário de capitalizar as brechas criadas por este processo e resolver a crise política da melhor maneira possível para o grande capital.

"As numerosas pressões e as torturas não conseguiram, no entanto, desarticular e destruir a resistência dos setores de vanguarda e da esquerda revolucionária em geral.

"Para reduzir os riscos e diminuir as brechas criadas por esta ofensiva é necessário que novos camaradas de vanguarda entrem na clandestinidade. E, por outro lado, é também necessário defender os camaradas presos.

É preciso (...) preservar a infraestrutura do movimento revolucionário".

Para que isto se concretize, uma ampla campanha de apoio financeiro se desenvolve, tanto no Brasil quanto no exterior. A participação nesta campanha é uma maneira concreta de nos solidarizarmos com a resistência contra a Ditadura.

Assinam: as seções exteriores do

MR-8

PCBR

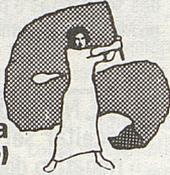
MRP

MEP

CORREIO



carta
de uma
companheira
ao g.b.m. (1)



REFLETIR SOBRE NOSSOS PROBLEMAS

Queridas companheiras,

Hoje, pensando no nosso trabalho, resolvi escrever pro'cês: tive muita vontade de ter imediatamente (eu e a minha pressa né?) alguma de vocês do meu lado para um longo papo; as idéias apareciam na minha cuca, um montão de coisas prá dizer.

Primeiro eu queria falar pro'cês o que eu penso do trabalho de mulheres e do Movimento de Mulheres; não vou fazer aqui um discurso sobre a nossa opressão, porque nós somos essa própria opressão e estamos lutando contra ela para mudar as coisas. Depois, eu sei que a gente se entende nas entrelinhas, não é? Se por um lado a gente tem consciência do que é essa opressão, por outro, os meios para combatê-la e modificar a situação não estão tão claros.

É certo que eu defendo (mais do que nunca) que a gente se una em torno de um Movimento para lutar pela nossa liberação; que a gente construa um instrumento representativo da nossa luta e capaz de levá-la à frente juntamente com a luta mais global dos trabalhadores por uma sociedade nova, por um homem novo. O caminho para a construção, nós sabemos, é longo e duro. Ligar esse movimento ao conjunto das lutas sociais é que é realmente a grande questão.

Até hoje os MLFs que existem estão, efetivamente, encontrando uma grande dificuldade de se integrar com as lutas sociais e com os setores mais oprimidos. Sim, eu sei, há o problema da resistên-

cia dos trabalhadores e de diversos setores sociais em aceitar o nosso movimento; achando sempre que somos um punhado de "loucas desvairadas" gritando pela liberação do nosso umbigo. (é o sexismo (1) que a gente tem que combater e não camuflar este debate mesmo.)

No entanto, deixando de lado essa questão (que é muito importante) fica o problema de que até hoje os MLFs não conseguiram trazer para dentro de si a grande massa das mulheres trabalhadoras, e que ele é essencialmente um movimento da pequena burocracia radicalizada. Um movimento justo, que levanta reivindicações justas, que luta pela emancipação das mulhe pelo seu "lugar-ao-sol-social". E porque até hoje a gente se encontra nesse impasse?

Digo impasse (não sei se vocês concordam) porque sinto que efetivamente se a gente não conseguir chegar à grande massa das mulheres oprimidas, que são as trabalhadoras, que vivem a dupla jornada de trabalho, que estão embotadas pela ideologia dominante (mãe / esposa / lar) e que no entanto são as grandes defensoras dessa mesma ideologia (moral / tradição / família / propriedade), pararemos a meio caminho da nossa luta.

O que fazer para mudar essa situação? O que fazer para ir ao encontro dessas mulheres, sacudi-las, trazê-las para a briga pela nossa causa comum? Para mim as dúvidas afloram. Será que são as nossas formas de luta? Será que é a nossa concepção de luta feminista? Sei lá, acho que é tudo isso e mais alguma coisa. (Eu estou falando aqui de nós, quer dizer, o movimento de Liberação no geral, sua organização autônoma, o que a gente defende).

Temos que discutir mais e trazer para dentro do movimento essa questão. Impulsionar um máximo de debate, um máximo de perguntas. É refletindo sobre isso, me colocando como uma mulher que está dentro do Movimento, que se sente parte dele, que luta pela sua evolução e pelo seu reforçamento que eu estou escrevendo prá vocês, prá colocar essa série de questões que estão na minha cuca e na de vocês também, eu sei.

Acho que a gente tem que traçar uma posição ofensiva em relação ao contato com as trabalhadoras, ir ao encontro delas, mostrar a sua opressão cotidiana pela sua prática cotidiana. Mas como? Como fazer chegar às trabalhadoras esse questionamento do dia-a-dia que para nós está tão claro? Foram feitas para ser assim e assado; isso tem consequência nisso e naquilo;

isso faz com que a gente se comporte assim e não de outra maneira. Como fazer chegar isso às trabalhadoras? Como sensibilizá-las de que se hoje é assim, amanhã poderá ser "tudo de outra forma" se a gente lutar contra essa opressão, se a gente "tomar em mãos" nossa vida e entrar "de sola" nessa luta?

... "Ha socialistas que se opõem a emancipação das mulheres tanto quanto o capitalismo se opõe ao socialismo"...

Talvez abrindo, no início, alternativas de trabalho onde essas mulheres se integrem. Mas o pior é que sinto estar falando o óbvio! No fundo, a questão está em como levar esse trabalho, partindo da importância do Movimento para a Revolução.

Essa questão preocupa também a grande parte das companheiras feministas aqui da Europa: ir à classe operária, chegar à mulher trabalhadora. Agora, não se pode falar em trabalho com a classe operária, e em especial com a mulher trabalhadora, sem falar nas organizações ou organismos que lutam e representam essa classe: partidos políticos, organizações políticas e sindicais dos trabalhadores (tanto nas fábricas, quanto nos bairros).

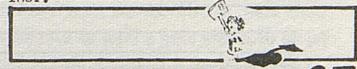
Eu acho que aí está o ponto de ligação entre o Movimento e os trabalhadores. Sem romper com a autonomia do Movimento que nós defendemos, sem passar por cima da democracia que esse Movimento forja dentro de si, sem passar por cima de sua forma específica de organização, o Movimento pode e deve se ligar em cima de lutas concretas e unitárias a esses organismos e se impor enquanto representante de uma força social: trabalhar juntos, incorporar em cada programa de luta desses organismos as reivindicações das mulheres, impulsionar formas de organização de mulheres dentro desses organismos, etc.

É dessa maneira que a gente vai conquistando nosso caminho de liberação hoje e não no socialismo de amanhã, como muitos dizem. Não podemos mais aceitar sermos o peso negativo dos processos revolucionários. Temos que

NOTAS

(1) ESTA CARTA FOI ESCRITA AO G.B.M. POR UMA COMPANHEIRA QUE NOS PERMITIU A SUA PUBLICAÇÃO.

(1) sexismo: sectarismo que divide pelo sexo, portanto pode vir do homem ou da mulher.



lutar por uma participação ativa, pois sem nossa participação não haverá nenhuma real revolução.

Vejam por exemplo, num comitê de fábrica que se propõe a defender o direito dos trabalhadores, não há lugar para a participação ativa das mulheres, para as suas reivindicações? Claro, afinal somos metade da humanidade e do desenvolvimento social que ela antecipa a cada dia. Vamos lá, impor nossa luta, mostrar nossa força, não ostensivamente mas com propostas de atuação. Um comitê de fábrica pode lutar por uma creche, por salário igual para trabalho igual, pelo acesso da mulher a todos os postos de produção, pela criação de restaurantes coletivos, pelo direito de licença para atender ao filho doente à mãe ou ao pai, etc...

Ao mesmo tempo com esse trabalho chamar mais mulheres à participar, conscientizar mais mulheres de que um ser ou é político, ativo e luta por seus interesses, ou é esmagado pela sociedade. É nas pequenas lutas e nas pequenas experiências - quando não se pode ou não se tem oportunidade de viver as grandes - que as mulheres sentirão a sua força e a sua capacidade de ser e de se transformar.

Não é preciso dizer que se esse comitê de fábrica (usando o mesmo exemplo) não lutou até hoje pelas reivindicações específicas das mulheres é porque ele é, seguramente, formado por uma maioria de homens, e nós sabemos muito bem que no estágio em que está a nossa luta, só nós mulheres seremos a força capaz de mobilizar e defender nossas reivindicações, só nós seremos quem lembrará aos companheiros que tal e tal reivindicação faz parte da vida das trabalhadoras da fábrica, não é?

... Foi uma história longa e paciente esse processo da conquista de um espaço político para o movimento feminista ...

Sei lá gente, eu tô com a cabeça cheia de coisas. Vou tentar colocar no papel mas sinto que o que já escrevi



não exprime a fundo o que eu tô querendo dizer. É duro quando a gente pega o lápis pra falar de nós e da nossa luta. Não estamos acostumadas. Não só não estamos acostumadas a escrever, como o nosso universo foi durante anos um universo restrito, caseiro, passivo, bestial, e sair dele é uma luta mesmo (embora isso às vezes não esteja tão claro para uma intelectual. Ela tem sempre a impressão de que está por fora disso).

Eu queria falar agora das organizações revolucionárias que lutam ao lado da classe operária e com as quais eu acho que o Movimento tem que ter um relacionamento importante. Quando eu escrevo sei que estou me baseando muito mais na minha experiência aqui na França, mas estou tentando ao máximo "desnacionalizar" esse ponto, porque acho que ele não está resolvido em canto nenhum e pelo contrário, se a gente vai ao histórico das lutas das mulheres a gente vê o quanto de regressão houve, o quanto levanta-se hoje questões de há quase um século. A gente pode ver por exemplo, as discussões de Bebel com Proudhon, ou mesmo as de Lenine com Clara Zetkin. Bebel em 1880 escrevia o seguinte: Há socialistas que se opõem tanto à emancipação das mulheres quanto o capitalismo se opõe ao socialismo. Todos os socialistas reconhecem a dependência do trabalhador do capitalismo e, não podem compreender que outros, especialmente os próprios capitalistas, não o consigam também reconhecer. Mas o mesmo socialista, muitas vezes não reconhece a dependência das mulheres dos homens, porque o assunto toca o seu próprio e querido ego mais ou menos de perto. O esforço de defender interesses reais ou imaginários

que, é claro, são indubitáveis e indisputáveis, torna as pessoas assim cegas!

Atual, vocês não acham? E os que se cem anos que nos separamos de Bebel, a que levaram? O que se passou nesses cem anos de solidão? Sem dúvida esses cem anos de solidão tem muito a ver com a história das contra revoluções surgidas mas também das revoluções traídas que pouco se preocuparam com a questão da mulher, retardando a emancipação das mulheres nas sociedades socialistas e portanto no conjunto do Movimento Comunista Internacional.

... Não podemos mais aceitar sermos o peso negativo dos processos revolucionários...

Não penso abordar aqui esses problemas, mas acho que é muito importante refletir sobre o que se passou "durante esses tempos". Refletir sobre o caminho que o feminismo seguiu desde os primeiros socialistas até os nossos dias é realmente essencial para que a gente compreenda o "pedaço da história" em que estamos hoje (sem pra isso justificá-lo). Mas, vamos voltar às organizações revolucionárias. Eu estava falando no relacionamento do Movimento com elas, mas acho que a gente deveria começar pelo contrário: relacionamento das organizações com o movimento. O que as organizações revolucionárias de um modo geral, colocam sobre o feminismo e sobre o Movimento Autônomo de Mulheres pela sua liberação?

Se a gente pegar o exemplo da Europa, vamos ver que só depois que o Movimento se afirmou enquanto tal, quer dizer, enquanto força social combativa, que atuava, que saía às ruas, que organizava mulheres, é que as organizações revolucionárias começaram a se preocupar com a questão feminista e com a sua intervenção dentro do Movimento.

Mas, ufa!!! foi uma história longa e paciente esse processo de conquista política. Passou primeiro pelo descrédito, pela desconfiança (c'est dure hem!) pelo "bando de históricas pequeno-bur

guesas", pela saída massiva de companheiras militantes das organizações revolucionárias, entrou pelo paterno e veio até os dias de hoje onde, efetivamente, uma grande parte das organizações revolucionárias colocam a questão da luta pela liberação da mulher na ordem do dia (ou foram forçadas a...)

E no Brasil, como isso se dá?

Não existindo um Movimento como o que se tem na Europa, atuante, combativo para levar as organizações revolucionárias a uma reflexão mais profunda e que se desdobre num enfrentamento concreto do movimento, significa para nós o fundo do poço? Isso sem falar naquele velho papo de que o "feminismo é coisa das europeias, coisa de capitalismo avançado, ou prá burguesa..." que a América Latina é o continente subdesenvolvido, faminto, oprimido e que não tem tempo de ficar se ocupando dos problemas, a luta tem que ser maior, mais global contra a fome, pelo pão."

É o começo de um caminho que nós já sabemos de cor e saltado todos os desvios e dificuldades.

E imagino as perguntas que muitas feministas me fariam, se lessem o que acabo de escrever: "mas como se sentir no 'fundo do poço' só porque as organizações revolucionárias não amadureceram a questão? No fundo você não acredita no movimento, na força dele. Você acredita mais na atuação das organizações do que na própria potencialidade do movimento não é? Sabem, não é isso. Acredito na sua potencialidade mas o Movimento não pode estar sozinho. Hoje me preocupa muito a questão da ligação do nosso Movimento com a classe operária, e eu não posso deixar de dizer que sinto que essa ligação passa pela nossa relação estreita com a vanguarda operária. É nesse sentido eu penso especialmente nas companheiras militantes das organizações revolucionárias e que eu acredito, têm um papel essencial em levar a sua organização a enfrentar essa luta política e ideológica cada vez mais acertadamente.

Que a gente não opte por freiar o potencial de luta do nosso movimento em função dessa relação com as organizações, isso jamais! Mas que a gente se preocupe com o nosso relacionamento especial com essas companheiras, a começar por discutir a relação poder / submissão/opressão que a maioria delas vive dentro da própria organização.

Que isso não forge entre nós um desrespeito, como eu já vivi na prática,

de que ela, a militante, só está no movimento para capitalizá-lo para sua organização, recebendo ordens da sua direção "de homens". Que ela, na certa, é a secretária, ela é quem se ocupa da burocracia interna, ela é quem cuida dos filhos pois o marido é mais importante para a organização do que ela, ela é quem não abre a boca nas reuniões públicas, etc.

Essa é uma situação real, sim, principalmente se tratando das organizações revolucionárias latinoamericanas, mas é uma situação que tem que ser invertida. Um combate que leve as companheiras a "sentir sua situação", a se revoltar contra ela, a lutar pela sua transformação. Daí pra frente essa companhia terá entendido a força do nosso movimento e será uma de nós, onde ela estiver, disso eu tenho certeza.

Bem, eu paro por aqui.

A gente se encontra no caminho pra discutir, né?

Tchau. Amo vocês e a nossa luta.

Amélia

(que hoje sabe o que é ser mulher de verdade)

BROCHURA DO GRUPO
DE COORDENACAO PARA O BRASIL
DA ANISTIA INTERNACIONAL

**"desenvolvimento,
meio ambiente e
bomba atômica"**

Colonia, 19;1.1977

Caros amigos,

Anexo enviamos nossa brochura em português sobre os acordos nucleares entre o Brasil e a RFA, que estava anunciada há muito tempo:

"desenvolvimento, meio ambiente e bomba atômica!"

Pensamos que esta publicação será muito importante porque o nível de informação sobre os acordos, os tratados de vigilância pela IAEA e sobre as lutas da população, "iniciativas populares" contra as usinas nucleares na Europa, etc, é ainda pequena.

E por causa disso que estamos interessados numa grande divulgação da

brochura especialmente entre:

- os meios políticos e científicos no Brasil;
- os físicos, técnicos brasileiros, etc, vivendo ou trabalhando fora do Brasil;
- os comitês de solidariedade com o povo brasileiro, brasileiros exilados, etc.

Quanto à questão financeira, é evidente que a brochura será gratuita para os destinatários no Brasil mas, na Europa, USA, etc, será preciso vendê-la a DM 2,50 + taxa de expedição; ficariamos felizes se os comitês pudessem ajudar também financeiramente na distribuição para o Brasil.

Saudações fraternais
Peter

VIOLENCIA CONTRA JORNAL MOVIMENTO

Prezado assinante:

... a edição de nº 116 do jornal MOVIMENTO foi apreendida em São Paulo, de pois de já aprovada pela censura da Polícia Federal em Brasília. No sábado, dia 17, policiais armados, sem apresentarem nenhuma razão e sem nenhum tipo de mandado judicial, foram à redação para apreender nosso jornal. No mesmo dia apreenderam na distribuidora 17 000 exemplares da edição 116. As violências se sucederam: na mesma semana os jornais dos assinantes de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul foram recolhidos; nosso chefe de sucursal e o chefe do departamento de vendas em Salvador e nosso correspondente em Fortaleza tiveram de prestar depoimentos na Polícia Federal; nossa sucursal em Curitiba foi invadida e exemplares de Movimento apreendidos; no dia 24 de setembro, 4 vendedores foram presos e interrogados por 4 horas no DEOPS de São Paulo, e no último dia 30 nosso diretor Presidente Raimundo Rodrigues Pereira foi intimado a prestar depoimento no Departamento de Polícia Federal.

Não é a primeira vez que sofremos arbitrariedades deste tipo. Antes, três edições de Movimento já haviam sido proibidas:

Por que tanta violência?

Para nós as causas dessa violência são mais profundas:

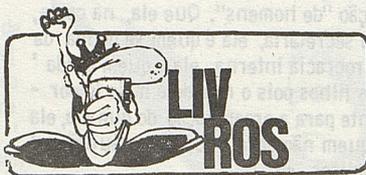
1 - Movimento se definiu, desde seu início, como um jornal que está ao lado dos cidadãos brasileiros em suas lutas por liberdades democráticas, pela independência do país e pela elevação do padrão de vida material e espiritual dos

trabalhadores:

2. A praticada equipe que faz Movimento e que trabalha há mais de 5 anos de censura prévia, permite concluir que a liberdade de imprensa, quando coloca a serviço das causas populares, parece ser intolerável para o atual regime. É a censura, além de impedir o exercício prático e imediato dessa liberdade, age como um instrumento de destruição econômica desses jornais. Ao perceber que eles, dependem essencialmente de seus leitores, procura torná-los inviáveis economicamente, tentando afastar seus compradores possíveis, impedindo-os de serem atuais, agradáveis de ler e de tratarem dos problemas que mais interessam. Basta dizer que a apreensão do nº 116 traz a Movimento um prejuízo da ordem de cem mil cruzeiros.

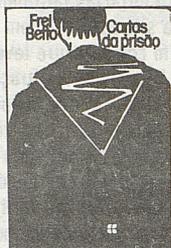
No entanto, estamos dispostos a continuar. A cada nova investida da censura temos respondido com a intensificação de nosso trabalho e com a mobilização crescente de leitores para apoiar a manutenção desta imprensa. Assim, o apoio político e material de nossos brasileiros e principalmente de nossos assinantes é uma forma concreta de lutar contra censura, de responder à sua agressão, de manter a imprensa democrática em nosso país e de lutar por seus objetivos.

Neste sentido, estamos enviando-lhe esta carta e conclamando a todos os que compreendem a importância desta imprensa para que nos ajudem a responder a mais este golpe.



UMA DENUNCIA
DAS TORTURAS

M.SOUZA



FICHA DE LIVRO:

Nome: Cartas da Prisão

Autor: Frei Betto

Edit.: Civilização Brasileira 1977

As cartas do Frei Betto vão de fevereiro de 72 a setembro de 73, período que, passada a fase da tortura, a justiça militar considerou que devia "pagar" pela sua atuação junto à Esquerda Revolucionária, no setor de documentação.

Ao ler as "Cartas da Prisão" que Frei Betto escreve a seus familiares, a amigos e a outros religiosos, a gente pode ter uma boa visão do que é o dia-a-dia de um preso político brasileiro.

Este dia-a-dia é o de um religioso que não se curvou diante da repressão como mostram as suas cartas; e a

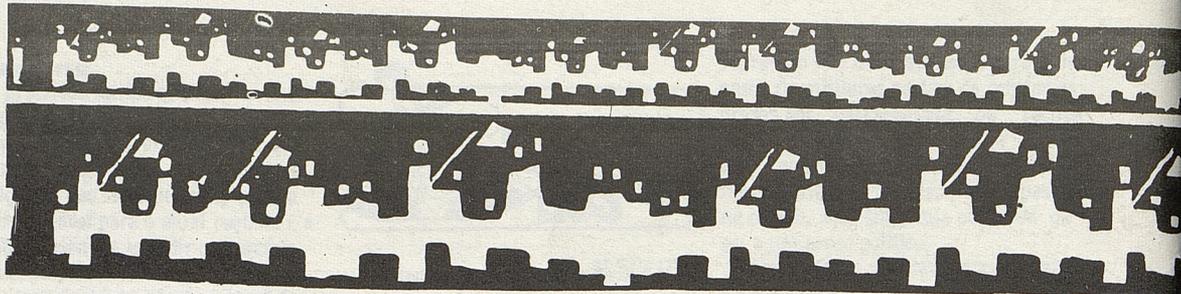
repressão tem um tratamento para cada caso. Os militares gostam de rotular os presos em "barra-pesada", ou "recuperável" ou ainda "de boa família" etc. Porém o que fica nas cartas do Frei Betto não é o que um "cristão firme" passou na prisão, mas sim o que passa em geral a um preso político.

Uma diferença notável a assinalar é a relativa liberdade com que escrevia e recebia cartas. Eu estive preso na mesma época (no Rio) e qualquer trecho das minhas cartas que não se referisse à família era censurado. Foi censurada uma carta onde eu tecia considerações à respeito do tempo: "Hoje, aqui, o tempo tem outro significado. Ele já era. O que existe é o contratempo é o passatempo. Um dia a mais é um dia a menos..." Como foi censurada também uma carta onde, escrevendo para minha companheira, eu dizia que apesar de tudo eu era feliz e se tivesse que viver a minha vida de novo eu não a modificaria em nada de substancial.

Por suas cartas podemos recolher por outro lado, alguns elementos para um melhor conhecimento das contradições no seio da Igreja. Ele desenvolve algumas reflexões sobre a contradição entre o direito econômico e o evangelho. Na sua linha de reflexão o Frei Betto tenta resolver também a contradição entre o materialismo histórico e a fé.

Enfim, é uma leitura agradável que não devemos deixar de lado. Como diz Alceu Amoroso Lima no prefácio, o Frei Betto consegue associar a realidade vivida integralmente com uma inteligência dotada do dom da expressão verbal.





PRESOS POLITICOS: UMA VITÓRIA DOS SETORES COMBATIVOS	1
REVOLUCIONÁRIOS DENUNCIAM REGIME NO TRIBUNAL MILITAR J. Maria	3
CARTA -DENUNCIA DOS "PRESOS DO MEP"	9
MORRER PELA BOCA T. Rodrigues e R. Nonato	11
CLAUDIO E FRANCISCO COMENTADOS POR ADULTOS Ines de Castro	13
REGISTRO DE LUTAS Antonia de Souza	15
ENTRE AS INSURREIÇÕES E AS FRENTES POPULARES M. Garcia	23
DOCUMENTO SOBRE A CONJUNTURA Jornal "Nova Luta" - MEP	43
O "HOMEM NOVO" EM CHE Eder Sader	57
CARTAS, COMUNICADOS, LIVROS	63
DOSSIER ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE (Páginas Amarelas)	